



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

WELINTON RICARDO DA SILVEIRA PORTO

**SOBRE A POSSIBILIDADE DA EXPLICAÇÃO PESSOAL
DIANTE DE EXPLICAÇÕES CIENTÍFICAS E INTENCIONAIS**

**BRASÍLIA
2015**

WELINTON RICARDO DA SILVEIRA PORTO

**SOBRE A POSSIBILIDADE DA EXPLICAÇÃO PESSOAL
DIANTE DE EXPLICAÇÕES CIENTÍFICAS E INTENCIONAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção de título de mestre em Filosofia.

Linha de pesquisa: Teoria do Conhecimento e Filosofia da Ciência.

Orientador: Dr. Agnaldo Cuoco Portugal

BRASÍLIA
2015

WELINTON RICARDO DA SILVEIRA PORTO

**SOBRE A POSSIBILIDADE DA EXPLICAÇÃO PESSOAL
DIANTE DE EXPLICAÇÕES CIENTÍFICAS E INTENCIONAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção de título de mestre em Filosofia.

Aprovada em: 14 de agosto de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Agnaldo Cuoco Portugal (Presidente)
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Luiz Henrique de Araújo Dutra (Membro Externo)
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Paulo César Coelho Abrantes (Membro Interno)
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Samuel Simon Rodrigues (Suplente)
Universidade de Brasília

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, o professor Agnaldo Portugal, por tudo que tem feito por mim nessa jornada filosófica: pelos diálogos, sua atenção e rigor para com a construção deste trabalho. Para gáudio meu, foram mais de dois anos (desde a graduação) de uma convivência inspiradora. Ao professor Agnaldo, muitíssimo obrigado.

A minha esposa, Flávia, e filhos (Rafael, Débora, Tiago, Estevão e, in memoriam, Rute); vocês foram fantásticos neste tempo. Obrigado pela compreensão e por me amarem como sou.

Agradeço aos professores da Banca Examinadora. Ao professor Paulo Abrantes, pelas correções e indicações de obras essenciais para a conclusão deste trabalho. Ao professor Samuel Simon, pelas observações no Exame de Qualificação. Também, ao professor Luiz Henrique Dutra, de cuja produção filosófica faço proveito há algum tempo, na minha formação em filosofia. A todos, muito obrigado.

Quero ainda agradecer ao Seminário Redemptoris Mater de Brasília, na pessoa do Senhor Reitor padre Juan José Armendáriz, e, especial agradecimento ao padre Francisco-Javier Romero Perez, Decano-diretor do Centro de Estudos Filosófico-teológicos Redemptoris Mater de Brasília, por ter me incentivado a cursar o mestrado.

Por fim, obrigado amigos (Maria do Carmo, Iraídes, Vander e Luiz) e irmãos (Helenice, Betânia e todos da minha comunidade neocatecumenal) pela valiosa contribuição, mesmo que indireta, de cada um de vocês.

RESUMO

Este trabalho apresenta o conceito de explicação científica, desde Hempel até modelos mais recentes, onde são abordadas as dificuldades da explicação científica hempeliana, bem como a estrutura comum do “o quê” e do “por que”, presente nos formatos de explicação científica. Depois, descreve o conceito de explicação pessoal de Richard Swinburne, especificando suas implicações metafísicas e sua adesão a uma filosofia da mente particular, comparando esta com outras propostas de explicação. A partir disso, verifica se a explicação pessoal pode ser tratada como um dentre os variados níveis de explicação possíveis ou se aquilo que ela pretende explicar pode ser acomodado dentro do escopo das explicações intencionais (Dennett ou Baker). Defende, no final, que a explicação pessoal é um modelo plausível e adequado para a abordagem de certos fenômenos exóticos à pesquisa científica e naturalista, mas que são inerentes à complexidade da pessoa humana, dada a perspectiva de primeira pessoa.

Palavras-chaves: explicação pessoal, explicação científica, pessoa humana, explicação intencional

ABSTRACT

This work presents the concept of scientific explanation, since Hempel up to more recent models. Difficulties of Hempelian scientific explanation are approached as well as the usual structure of “what” and “why” questions present in scientific explanation format. Then, it describes Richard Swinburne’s concept of personal explanation specifying its metaphysical implications and its accession to a particular philosophy of mind, comparing it to further proposals of explanation. From that on, it verifies whether personal explanation can be treated as one among those various levels of possible explanations or if what it intends to explain can be fitted in the scope of intentional explanations (Dennett or Baker). It finally argues that personal explanation is a plausible and suitable model for the approach of certain phenomenon exotic to scientific and naturalist research, but at the same time inherent to the complexity of the human person.

Keywords: personal explanation, scientific explanation, human person, intentional explanation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. CAPÍTULO I: EXPLICAÇÃO CIENTÍFICA	12
1.1 A descrição de Carl Hempel.....	12
1.2 Explicações probabilísticas.....	15
1.3 O problema da ambiguidade estatística	16
1.4 A crítica de Coffa: o problema da ambiguidade.....	18
1.5 A crítica de Eberle, Kaplan e Montague.....	21
1.6 Teorias da explicação alternativas à de Hempel.....	24
1.7 Considerações sobre o capítulo	32
2. CAPÍTULO II: EXPLICAÇÃO PESSOAL	34
2.1 Ação intencional	35
2.2 Metacritérios para a explicação pessoal	37
2.2.1 <i>Propriedades</i>	40
2.2.2 <i>Substância</i>	41
2.3 Eventos mentais.....	44
2.4 O que dizem os outros	48
2.4.1 <i>O Davidson de Swinburne</i>	49
2.4.2 <i>Explicação da ação intencional em Davidson</i>	50
2.4.3 <i>A ação intencional em Von Wright</i>	56
2.4.4 <i>Conhecimento pessoal</i>	58
2.4.5 <i>Explicação pessoal e níveis de explicação</i>	61
2.5 Dois casos de explicação pessoal	65
2.6 Duas explicações para um único fenômeno	67
2.7 Como justificar uma explicação pessoal	67
2.8 Considerações sobre o capítulo	70
3. CAPÍTULO III: EXPLICAÇÃO INTENCIONAL	72
3.1 Explicação intencional.....	73
3.2 A postura intencional.....	75
3.3 Críticas ao mentalismo	79
3.4 O funcionalismo e a proposta mentalista.....	81
3.5 Comportamento intencional e contexto social.....	84

3.6 Explicação pessoal e behaviorismo teleológico	87
3.7 A perspectiva de primeira pessoa	90
3.8 Identidade pessoal.....	92
3.9 Crítica à perspectiva de primeira pessoa	93
3.10 Singularidade da pessoa.....	95
3.11 Considerações sobre o capítulo	97
CONCLUSÃO.....	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105

INTRODUÇÃO

O propósito desta dissertação é realizar uma abordagem do que Richard Swinburne (1934-) descreve como explicação pessoal e comparar esta com outros tipos de explicação. Primeiramente, apresentaremos a explicação científica de Hempel, a qual tem sido alvo de várias contrapropostas de modelos de explicação, ao longo da história da filosofia da ciência. Depois, abordaremos a proposta de Swinburne, para definirmos o que é uma explicação pessoal. Com isso, nossa questão primeira é: há diferença entre uma explicação científica e uma explicação pessoal? Seguidamente, veremos se a explicação pessoal poderia ser um tipo de explicação intencional, especialmente se comparada com as descrições de Daniel Dennett e de Lynne R. Baker, a fim de testar a hipótese: mesmo diante de explicações dos tipos científica e intencional, a explicação pessoal mantém sua validade, eficácia e peculiaridade.

Há explicações formuladas sob os mais diversos aspectos, a depender de quais fenômenos estamos considerando e de qual perspectiva estamos avaliando-os. Assim, na apresentação deste trabalho seguiremos uma estrutura de três capítulos: *I*) estudo da explicação científica hempeliana, os problemas inerentes a ela e algumas descrições alternativas ao modelo hempeliano; *II*) estudo da explicação pessoal segundo a apresentação de Swinburne e algumas descrições correlacionadas ou complementares; *III*) estudo da explicação intencional e implicações que este tipo de explicação causam na abordagem pessoal de Swinburne.

Em outras palavras, essa questão sobre a validade, eficácia e peculiaridade das explicações pode ser apresentada a partir de um trecho de *O relojoeiro cego*, de Richard Dawkins:

Tomemos, por exemplo, as leis do movimento. Se arremessarmos para o alto um pássaro morto, ele descreverá uma parábola graciosa, exatamente como preveem os livros de física, cairá no chão e ali permanecerá. Ele se comporta como um corpo sólido de certa massa e de uma determinada resistência ao ar deve se comportar. Mas se arremessarmos um pássaro vivo, ele não descreverá uma parábola até cair no chão. Sairá voando, e talvez não queira pousar nas redondezas. *Isso acontece porque ele tem músculos* que se esforçam para resistir à gravidade e às demais forças físicas que agem sobre seu corpo (...).

Isso me conduz ao tópico final que desejo discutir neste capítulo altamente filosófico: o que entendemos por explicação? Já vimos o que definiremos como uma coisa complexa. *Mas que tipo de explicação deve nos satisfazer quando tentamos imaginar como funciona uma máquina ou um ser vivo?* A resposta é a que se encontra no parágrafo anterior. Se queremos entender como *funciona* uma máquina ou um ser vivo, devemos examinar *seus*

*componentes e indagar como interagem entre si. Se deparamos com uma coisa complexa que ainda não entendemos, poderemos vir a entendê-la com base em componentes mais simples, já conhecidos*¹ (grifos nossos).

“... isso acontece porque ele tem músculos”. De fato, os músculos servem como causa para o voo dos pássaros, mas esta explicação parece deixar algo de fora. O que impede um pássaro vivo de descrever uma parábola graciosa? Seria tão-somente porque os seus músculos estão funcionando adequadamente? Por que ele voa em vez de não voar, quando arremessado? Seria voar a escolha do pássaro? A resposta mais plausível é que se pararmos a explicação no funcionamento dos músculos do pássaro, as razões (os porquês) de seu voo permanecem obscuras. Questões como essas motivaram nosso trabalho a respeito da explicação pessoal, especialmente em saber se explicações científicas satisfazem afirmações acerca de nossas próprias ações intencionais, escolhas, propósitos, crenças e suscetibilidades.

Explicações são respostas a questões “o que é isto?” e “por que isto?”². Contudo, tais questões parecem ambíguas, pois a depender do contexto em que se instalam, podem dispor de variadas respostas. Quando se pergunta “por quê?”, pode-se pensar em várias coisas, por exemplo: em uma solicitação de prova lógica, ou em uma dedução, ou uma estatística, ou uma probabilidade, ou uma lei, ou uma teoria, ou em uma disposição psicológica, ou em uma finalidade (*télos*), ou em uma função, ou em algo a respeito da origem da explicação³. É verdade que explicações podem ser oferecidas displicentemente; porém, neste trabalho consideraremos apenas aquelas

¹ “Take the laws of motion, for instance. If you throw a dead bird into the air it will describe a graceful parabola, exactly as physics books say it should, then come to rest on the ground and stay there. It behaves as a solid body of a particular mass and wind resistance ought to behave. Explaining the very improbable. But if you throw a live bird in the air it will not describe a parabola and come to rest on the ground. It will fly away, and may not touch land this side of the county boundary. The reason is that it has muscles which work to resist gravity and other physical forces bearing upon the whole body (...).

This brings me to the final topic that I want to discuss in this rather philosophical chapter, the problem of what we mean by explanation. We have seen what we are going to mean by a complex thing. But what kind of explanation will satisfy us if we wonder how a complicated machine, or living body, works? The answer is the one that we arrived at in the previous paragraph. If we wish to understand how a machine or living body works, we look to its component parts and ask how they interact with each other. If there is a complex thing that we do not yet understand, we can come to understand it in terms of simpler parts that we do already understand”. (DAWKINS, R. **The Blind Watchmaker**. W. W. Norton: New York, 1996.)

² O termo “porque” na língua portuguesa comporta quatro significados distintos. Dependendo do sentido requerido, ele é escrito de várias formas: “por que”; “porque”; “por quê” e “o porquê”. Desse modo, para os fins de nosso trabalho, entendemos o “por quê?” como “a razão pela qual” um evento *E* ocorreu. Quando usado em explicações científicas, “por que” significará uma lei ou generalização qualquer.

³ Nagel (1989, p. 27-37) apresenta quatro tipos ou modelos que servem de tipos estruturais para os mais variados contextos de explicações: explicação dedutiva; explicação probabilística; explicação funcional ou teleológica e explicação genética, além das possibilidades citadas no corpo do texto.

explicações que são verdadeiras, que possam de alguma maneira corresponder ou ser coerentes com a realidade do mundo e que expliquem por que as coisas são como são⁴.

Na explicação científica, Salmon (1999, p. 340) considera que o termo “explicação” sem o seu genitivo “científica” é vago e ambíguo, pois explicar significa quase sempre identificar as causas de um fenômeno. Desde Aristóteles, os filósofos têm observado que o ser humano deseja não apenas saber o “o quê” é o fenômeno *F*, mas também saber o “por quê?” de sua ocorrência (SALMON, 1999, p. 343). Normalmente, dizemos que explicar um evento *E* é dar o “o quê?” (a descrição dos mecanismos, fatos, causas que levarão à ocorrência de *E*) e o “por quê?” de *E* ter ocorrido (elemento normativo da explicação, suposto por uma lei científica). Se isso corresponde à estrutura de uma explicação científica, conhece-la é conhecer um importante viés do trabalho científico (NAGEL, 1989, p. 27). Essa diferenciação entre “o quê” e o “por quê?” será crucial para avaliar o tipo de explicação científica (como que as diferentes descrições de explicação científica tratam essas duas componentes) e também para Richard Swinburne, em sua argumentação da distinção entre explicação pessoal e explicação científica.

Atualmente, a discussão a respeito das explicações científicas parece bastante sofisticada, haja vista vários especialistas em Filosofia da Ciência do século XX terem se debruçado sobre este tema, tratando-o sob os mais variados aspectos (Ruben, 2004). No decorrer da história dessa discussão, as explicações científicas transitaram de modelos de cobertura de leis, iniciado por Carl Hempel, até modelos pragmáticos. Há diversos modelos de explicação, dos quais o modelo de cobertura de leis de Carl Hempel é o mais influente, segundo especialistas. O modelo de cobertura de leis diz que explicações genuínas são argumentos regidos por leis empíricas⁵ (CURD & COVER, 1998, p. 675-676).

No que tange à explicação pessoal (tipo de explicação não-científica), parece claro constatar que o ser humano tem fornecido explicações de suas ações com base em intenções e crenças. Contudo, haveria alguma razão, uma justificativa plausível, para que se pudesse localizar um tipo de explicação específica como esta?

⁴ Dawes (2009, p. 22-23) também faz uma distinção em que explicações poderiam ser reais ou potenciais. As primeiras são completamente verdadeiras, enquanto que as segundas seguem um argumento do tipo condicional: se as premissas forem verdadeiras, o *explanandum* dar-se-á.

⁵ Na obra de Curd & Cover (1998), é apresentada uma síntese desses modelos alternativos e críticas a Hempel, embora alguns artigos importantes, como o de Van Fraassen, por exemplo, não estejam presentes.

Seria uma explicação pessoal uma explicação peculiar ou meramente um subproduto de outro tipo de explicação? Explicações científicas poderiam abranger o escopo reservado para as explicações pessoais? Para garantir uma especificidade das explicações pessoais, é necessário compará-las não apenas com as explicações científicas, mas, sobretudo, com tipos de explicações mais próximas do âmbito humano, como as explicações intencionais segundo Dennett e Baker.

A exposição de Swinburne tem como pano de fundo elementos da teoria da probabilidade, especialmente o Teorema de Bayes e uma filosofia da mente subjacente. As questões a serem respondidas neste capítulo serão se o dualismo de explicação mostra-se plausível, no sentido de se a explicação pessoal é de fato uma descrição distinta das explicações científicas, e se a explicação pessoal pode ser sustentada como um tipo/nível de explicação a mais.

No terceiro capítulo, relativo às explicações intencionais, faremos referência a elementos teóricos presentes na filosofia da biologia, relacionando-os com o objeto de nosso trabalho, isso para verificar a viabilidade de as explicações intencionais serem tidas como um formato de explicação que englobe as explicações pessoais ou se as últimas diferenciam das primeiras em algum aspecto.

A maioria dos filósofos da biologia defende um naturalismo⁶ explicativo, onde evolução e função estariam vinculadas a condições físico-químicas, leis empíricas ou outras relações naturais. Nesse sentido, explicações intencionais seriam tratadas por eles como explicações físico-naturalistas. Considerando isso, esse capítulo poderá nos ajudar a responder: em eventos que seres biológicos são agentes, é plausível sustentar a

⁶ Segundo especialistas, há uma variedade de posicionamentos e significados englobados por este termo “naturalismo”. Assim, seria necessário, preliminarmente, estabelecer as distinções, as tipologias e os graus de força inerentes às diversas teses naturalistas, para depois classificar determinada corrente como naturalista ou não (ABRANTES & BENSUSAN, 2003, p. 281).

O estudo de problemas relativos ao naturalismo é bastante interessante e está na ordem do dia da filosofia atual. Contudo, para nós, ficaria impossível abrangermos neste trabalho discussões complexas como essa, em razão de tempo e espaço indisponíveis. Quando falarmos de naturalismo (salvo indicação ao contrário), será sempre no sentido de uma posição que nega quaisquer possibilidades de existência de entidades não físicas e não biológicas. Em outros termos, a realidade é constituída apenas de entidades físicas e biológicas.

Para consulta de uma apresentação do naturalismo, recomenda-se a obra *Filosofia e conhecimento: das formas platônicas ao naturalismo*, onde Abrantes e Bensusan travam um rico debate sobre o naturalismo, em forma de missivas, bem outros escritos de Abrantes (1993, 1998a, 2004a, 2004b, 2013a).

hipótese da explicação pessoal nos moldes de Swinburne ou esse tipo de explicação é redutível⁷ a outro tipo de explicação?

Com isso, nosso fio de Ariadne será a ideia de que em fenômenos que envolvem seres humanos, é possível falar de um novo tipo de explicação: a explicação pessoal. Acreditamos que depois de percorrer os três capítulos deste trabalho, estaremos em condição de responder se esse tipo de explicação pode, de algum modo, ter um escopo próprio.

⁷ “Redutível” (e flexões) será entendido como “compreendido por”, no sentido de que uma teoria t_1 seria redutível a outra teoria t_2 se, e somente se, os termos de t_1 são totalmente explicados pelos termos de t_2 , de modo que t_1 poderia ser descartada, mantendo apenas t_2 .

1. CAPÍTULO I: EXPLICAÇÃO CIENTÍFICA

Neste capítulo, abordaremos o conceito de explicação científica, a começar pelo modelo de Hempel, explorando as principais ideias com respeito às explicações nomológico-dedutivas (D-N) e estatístico-indutivas (I-S). Ora, é sabido que não demorou muito tempo para que a teoria da explicação hempeliana fosse questionada. Considerando isso, apresentamos a descrição hempeliana de explicação, depois algumas críticas e modelos de explicação alternativos ao seu, como o artigo *Hempel and Oppenheim on Explanation* (1961), que faz uma crítica à estrutura lógica do modelo de explicação de Hempel. Outras teorias da explicação mostrar-se-ão como alternativas válidas e consistentes, as quais buscam complementar, melhorar ou refutar, de alguma maneira, a descrição de Hempel. A descrição desse conteúdo terá como um dos objetivos mostrar que o debate acerca das explicações científicas vincula-se ao estudo de fenômenos típicos da Física, principalmente, deixando de fora explicações como as da Biologia, da Sociologia e da Economia ou da Psicologia, por exemplo; e ainda avaliar se a explicação científica de Hempel pode ser tomada como o modelo ideal e primitivo para todo tipo de explicação ou se os modelos de explicação alternativos são verdadeiramente (*sui generis*) concorrentes. Com isso, estaremos em posição adequada de discutir se uma explicação pessoal pode, de alguma maneira, ser reduzida a uma explicação científica.

1.1 A descrição de Carl Hempel

Carl Gustav Hempel (1905-1997) procurou desenvolver dois tipos de explicação oferecidos (segundo ele) pelas ciências naturais e buscou compará-los com alguns modelos de explicação em estudos históricos. É interessante perceber que a palavra “modelo” é utilizada por Hempel no intuito de caracterizar os tipos de explicações D-N e I-S como tipos ideais (*idealizações teóricas*), e não no intuito de refletir a realidade ou figurar a maneira pela qual o trabalho dos cientistas ocorre ou deveria ocorrer, quando da formulação de suas teorias (HEMPEL, 2004, p. 24).

Especificando melhor os tipos de explicação de Hempel, no primeiro, as explicações nomológico-dedutivas (modelo/explicações D-N), partimos de determinados fatos, chamadas de causas iniciais *C*, e de generalizações (no caso, leis da

natureza *L*) como premissas de um argumento, para ao fim deduzirmos uma conclusão *E*. Às premissas (*C* e *L*), chamamo-las de *explanans*, e à conclusão *E* (o evento a ser esperado), de *explanandum*. Como base nisso, tem-se o modelo de explicação científica nomológico-dedutivo (modelo D-N) ou, para alguns, modelo de leis-abrangentes. Esse modelo, segundo Hempel, abrange boa parte das formulações tidas como explicações científicas.

É interessante notar que Hempel concede importância à causa (ou às causas) do evento e dirá que, partindo do princípio “mesmas causas, mesmos efeitos”, é lícito inferir que, quando e onde tais circunstâncias do mesmo tipo ocorrerem, um evento do tipo a ser explicado (evento *E*) também ocorrerá – ao sustentar isso, segue-se que as explicações causais seriam uma espécie de subconjunto das explicações D-N. Por outro lado, o contrário não se sustentaria, pois falamos de causas apenas para fatos ou eventos particulares, e não para fatos universais como os expressados por leis gerais⁸. Ademais, não podemos afirmar que todas as explicações nomológico-dedutivas de fatos ou eventos particulares qualificam-se como causais, pois nas explicações causais algumas circunstâncias explanatórias precedem temporalmente o evento a ser explicado e há explicações D-N que não têm essa característica⁹. Hempel abre esses parênteses para concluir sobre a importância das leis nas explicações nomológico-dedutivas, pois tais leis conectam o *explanandum* *E* com as condições específicas *C* citadas no *explanans*. Tal conexão é o que confere a *C* o caráter explanatório (e às vezes causal) com respeito a *E*.

As explicações D-N devem atender a quatro condições de adequações: 1) o *explanandum* deve ser uma consequência lógica do *explanans*; 2) o *explanans* deve conter leis gerais, as quais têm de ser essenciais para a derivação do *explanandum*; 3) o *explanans* deve ter conteúdo empírico (ser, no mínimo em princípio, testável por experimentação ou observação); 4) as sentenças no *explanans* devem ser verdadeiras. As duas primeiras condições de adequação (e a quarta) são condições lógicas, enquanto que a terceira é uma condição metodológica que envolve conteúdo empírico. A primeira conclusão a que se chega é a de que Hempel não restringe as explicações científicas a explicações causais (condição 2). Outra conclusão advinda da condição 2 é que Hempel

⁸ As Leis de Galileu ou de Kepler podem ser tomadas como exemplos.

⁹ Por exemplo: um gás de massa específica num tempo determinado *t* pode ser explicado referindo-se a sua temperatura e a seu volume no mesmo tempo *t*, conjuntamente com a lei dos gases que conecta os valores simultâneos dos três parâmetros (HEMPEL, 2004. p. 21).

não requer que o *explanans* contenha qualquer proposição sobre condições iniciais, isso porque seu propósito é que o modelo D-N também explique, além de eventos particulares, leis e teorias menos abrangentes (leis de Newton do movimento e da atração gravitacional explicariam a segunda lei de Kepler). A condição 4 é extremamente importante porque implica em um critério de objetividade nas teorias – critério este previsto na condição 3 (CURD & COVER, 1998, p. 769-72).

É sabido que as explicações dadas pelos cientistas frequentemente não satisfazem as condições de adequação. Hempel reconhece isso e diz que tal incompletude das explicações D-N não invalidam o seu modelo, porque este é normativo e não descritivo. Sendo assim, para explicar “por que o gelo flutua na água?” a maioria dos cientistas aceitaria como explicação a afirmação de que a água, contrariamente a outras substâncias, expande quando congelada. A este tipo de explicação, Hempel chamará de explicação elipticamente formulada, onde algumas leis e princípios já bem conhecidos e aceitos são desnecessários na formulação da explicação, a fim de economizar tempo e gastos inúteis. Logo, ao invés de refutar o modelo D-N, a constatação de que as explicações reais são incompletas é uma maneira de afirmá-lo, pois a descrição D-N é capaz de explicar de forma plausível por que as explicações reais são incompletas e torná-las mais completas, aproximando-as do modelo ideal (D-N). Deve-se atentar também que uma explicação elipticamente formulada difere de uma explicação parcial (a qual é parte de uma explicação mais completa) e de um esboço explicativo, o qual provê meramente linhas gerais que podem posteriormente se desenvolver em uma explicação satisfatória. (CURD & COVER, 1998, p. 772-73). Outra questão importante destacada por Hempel é que, para explicar algum fenômeno, a mera citação de uma condição necessária (porém, não suficiente) para a ocorrência do evento não garante a explicação de tal evento, mesmo que a respectiva condição contenha alguma lei empírica (CURD & COVER, 1998, p. 775).

Outra questão interessante diz respeito à relação entre explicação e predição. Rudolf Carnap (1891-1970) considera que explicação e predição caminham lado a lado, onde ambas são formalmente identificadas (identidade estrutural). Hempel acredita que a tese da identidade estrutural (toda explicação adequada é potencialmente uma predição e vice-versa) é aplicável em explicações (D-N) e (I-S). Contudo, alguns cientistas argumentam em contrário a Hempel, lançando mão da tese de que a teoria da evolução darwiniana oferece explicações, porém não se está certo de que ela, por

exemplo, possa prever o surgimento de uma nova espécie. Logo, explicação e predição seriam coisas distintas. Hempel contra-ataca dizendo que não se deve confundir a história da evolução com a teoria da evolução (CURD & COVER, 1998, p. 768-76). No capítulo três desta dissertação, falaremos um pouco das possibilidades que a biologia oferece para o nosso tema, haja vista pessoas humanas serem organismos biológicos.

1.2 Explicações probabilísticas

Um subtipo de explicação hempeliana relevante são as explicações probabilísticas, as quais fazem parte do escopo das descrições nomológicas, visto que invocam igualmente leis gerais e princípios teóricos. Entretanto, apesar de elas (probabilísticas) terem a mesma estrutura de um argumento, o conteúdo é outro, estatístico-probabilístico. Assim, se certas condições específicas são realizadas, uma ocorrência de determinado tipo virá com determinada probabilidade estatística, como, por exemplo, no caso de um estado febril f , onde a administração da dosagem correta dc de um antifebril debelará a febre. Não obstante, esta conclusão não tem a mesma força de uma conclusão nas explicações D-N, haja vista não podermos invocar uma lei universal tipo: a dosagem dc do medicamento sempre debelará febre do tipo f .

Segundo Hempel (2004, p. 23), há alguns que alegam que a distinção entre explicações nomológico-dedutivas e explicações probabilísticas pode ser questionada pelo fato de que todas as leis universais invocadas em explicações D-N podem ter sido estabelecidas apenas sobre bases de um corpo finito de indícios e, assim, são capazes apenas de dar-nos uma força mais ou menos provável. Nesse viés, as leis científicas seriam todas consideradas como probabilístico-estatísticas. Hempel sustenta a diferença entre as premissas-leis de ambos os tipos de explicação, exemplificando que uma premissa-lei universal “L” afirma que uma característica de um exemplar faz-se presente em todos os exemplares pertencentes àquele conjunto¹⁰, enquanto que uma premissa-lei probabilístico-estatística afirma que, de uma longa série, uma proporção específica de exemplares do conjunto terá algumas características específicas.

¹⁰ Um objeto de cobre tem determinada característica (ser um bom condutor); isso é inerente a todos os objetos de cobre.

Explicações racionais (em história, em psicologia, em sociologia e em ações humanas) tentam se esquivar da especificação de causas físicas ou da indicação de leis gerais, a fim de defenderem uma motivação racional. Hempel (1974, p. 169) considera que tais explicações impõem uma presunção explicativa, de modo que tal presunção é muito ampla e, por isso, desempenha o papel de uma lei abrangente, embora não seja uma lei por conta de ser bastante peculiar e particular a um agente.

1.3 O problema da ambiguidade estatística

Tais considerações a respeito das explicações racionais vistas acima criam um problema para as explicações hempelianas conhecido como o problema da ambiguidade estatística. Tomemos um exemplo dado pelo próprio Hempel. João está infectado com um tipo de bactéria específica (*streptococcus*); o médico ministra um tipo de antibiótico (penicilina); o paciente recobra a saúde. Nesse caso, a explicação para a cura do paciente é um tipo de explicação indutiva. Hempel monta a seguinte estrutura para tais explicações:

$$(X) \quad \frac{p(R, S.P) \quad \text{Está próximo de 1}}{S_j \cdot P_j} \\ \underline{\hspace{1.5cm}} \\ R_j \quad \text{[faz praticamente certo (altamente provável)]}$$

Em (X), j é o caso particular (João está doente), S_j é a infecção por *streptococcus*, P_j é o tratamento com penicilina e $p(R, S.P)$ é a probabilidade da cura R dado a infecção e o tratamento, cuja probabilidade está próxima de 1, em que R_j é a cura de João. Nesse tipo de construção, vemos uma coisa típica: a presença de classificadores modais (*modal qualifier*) como “quase certamente”, “com alta probabilidade de”, etc. Argumentos que comportam esse tipo de expressões são falíveis, pois, para frases assim, não se pode atribuir, com certeza, valoração alguma (verdadeiro ou falso), tal como nos argumentos dedutivos fazemos.

Talvez alguém possa contra-argumentar dizendo que esses classificadores não são inerentes às frases, mas à relação entre premissas e conclusão – tal como indicam os travessões duplos do argumento; uma espécie de relação de apoio indutivo, e não de implicação dedutiva. Apesar dessa tentativa, há que se considerar um problema ainda pendente: o problema da ambiguidade da explicação estatístico-indutiva. Qual seria este? Em explicações como no caso de (X), percebe-se que a cura com o uso do

antibiótico é apenas provável. Se considerarmos outro caso específico em que a pessoa infectada tenha alguma resistência ao medicamento, provavelmente a conclusão não seria cura; poderia haver casos em que a probabilidade aproximar-se-ia de 0.

O curioso dessa hipótese é que, embora ambos os argumentos (seja o da cura ou o da não cura) tenham a mesma forma e suas premissas sejam todas verdadeiras, as conclusões contradizem entre si. A este fenômeno lógico peculiar, Hempel (2004, p. 48) chamou de *ambiguidade da explicação estatística*.

Uma especificidade desse fenômeno é o *problema da ambiguidade epistêmica da explicação estatística*, que envolve tanto a questão das relações lógicas entre as sentenças do argumento, quanto a avaliação da explicação com respeito ao conhecimento científico disponível naquele tempo. Por exemplo, tomemos o conjunto K_t como o conjunto de todas as sentenças afirmadas e confirmadas pela ciência empírica no tempo t (onde a componente t dá-nos a garantia de que este conhecimento científico pertencente a K não é uma verdade imutável). Com base nisso, para resolver a questão sobre os argumentos rivais ambíguos – premissas verdadeiras, mas conclusões contraditórias entre si – tais argumentos teriam de ser avaliados à luz de K_t . O conhecimento de fundo (se assim podemos dizer) serviria como uma máxima ou condição de racionalidade necessária para a aplicação da lógica indutiva. Por conseguinte, para avaliarmos dentre quais das explicações concorrentes deve-se aceitar, é preciso então especificarmos ao máximo o *explanans*, ou seja, o *explanans* deve ser aquele subconjunto de K que seja mais estreito (uma relatividade epistêmica). A este requisito Hempel (2004, p. 51) denominou de *requisito da especificidade máxima* para as explicações estatístico-indutivas.

Esse caráter relacional para com uma situação de conhecimento K garantiria uma razoabilidade das explicações estatístico-indutivas, além de se estabelecer um critério de diferenciação com relação às D-N, pois estas últimas não dependem de tal relatividade epistêmica por não estarem sujeitas a condições restritivas (não requererem relativização com respeito a K). Assim, o problema da ambiguidade nas explicações indutivas (conclusões contraditórias entre si para argumentos iguais) seria solucionado com a introdução de um critério de relação entre explicação e contexto.

1.4 A crítica de Coffa: o problema da ambiguidade

O problema da ambiguidade (*problema de Hempel*) será tratado com maior rigor por José Alberto Coffa (1935-1984), onde ele propõe a seguinte estratégia: 1º) é preciso localizar a natureza do *problema de Hempel* e examinar a relativização epistêmica que Hempel foi forçado a introduzir, bem como especificar as razões para introduzi-la; e 2º) examinar a questão da inevitabilidade da relativização epistêmica de Hempel, para, ao fim, explicar por que uma explicação aos moldes de Hempel não pode ser tomada como uma teoria da explicação, sugerindo uma forma alternativa na qual uma teoria da explicação indutiva seria desenvolvida – dada a dissolução do *problema de Hempel* (COFFA, 2004, p. 57).

Ora, Hempel já havia percebido o fenômeno da ambiguidade em seu modelo de explicação indutiva, em que, de premissas verdadeiras e argumentos indutivos corretos, era possível tirar duas conclusões contraditórias entre si. A questão talvez fosse a de encontrar uma definição de explicação indutiva que não sofresse do problema da ambiguidade. Hempel tentou solucionar as várias questões suscitadas frente ao problema da ambiguidade, dando uma definição de explicação indutiva e tentando provar que esta definição não padeceria de ambiguidade. Assim, Hempel (1962, 1965 e 1968) tentou prover soluções ao problema, as quais sempre estiveram relacionadas ao oferecimento de requisitos (*requirement*) que estabeleciam restrições admissíveis às premissas nômicas da explicação indutiva – uma espécie de emenda *ad hoc* que garantiria o efeito desejado sobre as restrições na classe de referência.

Tais tentativas de solução encontravam objeções dos mais variados tipos, impelindo Hempel a remendar sua descrição. Por fim, ele percebera que o principal problema não estava na conclusão (*explanandum*), mas sim nas premissas – precisamente nas premissas que relatavam leis. A questão era então, precisamente, saber a que classe de objetos essas premissas se referiam. Isto remonta a uma questão da teoria da probabilidade: o problema da classe de referência, em que se estuda o fato de como o mesmo evento pode se referir a mais de uma classe e, por outro lado, em saber como o evento gozaria de diferentes graus de probabilidade. Para Coffa (2004, p. 60-61), então, este parece ser o real problema.

No que tange à relativização epistêmica, temos que o significado de algumas expressões ou conceitos pode ser oferecido com ou sem referência a um dado conhecimento K (pressuposição de K). Aos primeiros (aqueles que fazem referência a K), Coffa denomina-os de conceitos não-epistêmicos, dentre os quais temos mesa, cadeira, elétron, etc., enquanto os últimos são os conceitos epistêmicos¹¹. O que está implícito nessa distinção é que podemos apontar para certo objeto e dizer “isto é uma mesa”, ao passo que em sentenças como “a hipótese h está confirmada” temos apenas uma relação entre a frase e a situação de conhecimento, impedindo-nos de “apontar” para o conceito de confirmação.

No caso de explicações D-N verdadeiras, estas seriam constituídas de conceitos não-epistêmicos (COFFA, 2004, p. 63). Mas, nas explicações I-S, Hempel adota uma relativização epistêmica, tomando o conceito de explicação indutiva como um conceito epistêmico não-confirmacional, pois embora não envolva termos referenciáveis (como mesa, cadeira, etc.), a cogência da explicação indutiva não se restringe à avaliação de suas proposições (avaliar se uma hipótese é ou não confirmada). Portanto, Hempel concluirá que o conceito de explicação indutiva é, ao mesmo tempo, epistêmico e não-epistêmico.

Assim, conforme a tese da relatividade epistêmica, não apenas inexiste uma simetria entre explicações dedutiva e indutiva, mas também não há uma noção significativa de *explicação indutiva verdadeira*. O exemplo de Coffa (2004, p. 64) sobre esta questão é bastante esclarecedor:

Se perguntado, por exemplo, qual tipo de coisa explicaria *dedutivamente* a atual posição de um planeta, nós referiríamos às descrições de certos fatos nomológicos e não-nomológicos, porém *nunca ao conhecimento* nosso ou de qualquer outra pessoa. (...) No entanto, conforme Hempel, quando perguntamos o que uma explicação indutiva do mesmo evento expressa, não há forma na qual uma resposta apropriada pode ser dada sem falarmos sobre o conhecimento disponível no tempo da explicação.

¹¹ Um conceito, no sentido fregiano, é um termo que referencia (*Bedeutung*) um predicado. Nesse sentido, um conceito não se identificaria com entidades intencionais. Aqui, entendo a distinção acima entre conceitos não epistêmicos e conceitos epistêmicos como a distinção entre termos extensionais (*conceitos não epistêmicos*: objetos aos quais a expressão linguística se aplica. Esses objetos constituiriam a extensão da expressão) e termos intensionais (*conceitos epistêmicos*: representação conceitual do termo, que constitui a intensão ou o significado da expressão linguística) (Cf. verbetes ‘conceitos’ e ‘extensão/intensão’ da obra *Enciclopédia de termos lógico-filosóficos*, organizada por J. Branquinho, D. Murcho e N. G. Gomes).

Estamos diante do “calcanhar de Aquiles de toda a construção de Hempel” (diz Coffa), visto que a referência que explicações indutivas adotam com respeito ao conhecimento de fundo K “não desempenha o papel padrão que tais referências normalmente desempenham, a saber: prover a plataforma epistêmica para um juízo de crença racional” (COFFA, 2004, p. 64).

Ao fim e ao cabo, Hempel concluirá que não há definição aceitável de explicações indutivas isenta de uma relação com um conhecimento K . Coffa argumentará que esse pressuposto de Hempel é inconsistente, pois uma classe de sentenças verdadeiras é uma situação de possibilidade de conhecimento, até porque nenhum ser humano é capaz de deter conhecimentos que englobe todas as sentenças verdadeiras. Em segundo lugar, ao aceitar a tese da relativização epistêmica parece também estar implícito o aceite de que explicações indutivas autênticas não existem. Pois, o conceito de explicação I-S relativo a K funcionaria como uma espécie de placebo, o qual poderia acalmar as ansiedades intelectuais de um incauto, mas não ser suficiente para um epistemólogo (COFFA, 2004, p. 66).

Outro conceito importante em explicações I-S é o “requisito da especificidade máxima”. Este requisito seria, em linhas gerais, o seguinte. Tomemos uma situação de conhecimento K e um certo objeto O . Dentro de K existem várias classes a que O pode se referir ou não. Por conta da relativização epistêmica, para a explicação de O em relação a K , devemos selecionar a classe mais específica para alocar O . Agora, tomemos uma explicação I-S relativa a algum dado K (uma situação de conhecimento). Por que este argumento seria uma explicação? O que nos faz acreditar que isto é uma explicação?

Coffa dirá que em termos dedutivos esta questão se resolve facilmente, pois uma explicação dedutiva causal explica o *explanandum* com base nas premissas, as quais captam algo do mundo (leis naturais, por exemplo) que seriam responsáveis pela ocorrência do *evento-explanandum*. Isto se dá nas explicações I-S, ou seja, suas premissas captam algo do mundo que garantem a conclusão? Ora, segundo o modelo ingênuo de explicação indutiva, poderíamos tomar esta simetria de estrutura entre as explicações D-N e I-S. Mas, como Hempel colocou (ou, foi forçado a colocar) uma delimitação – a explicação sob a regência de uma classe de referência – tal simetria não é possível.

Na verdade, a questão se resolveria da seguinte forma. A ideia de que há explicações indutivas verdadeiras leva-nos a pensar em um quadro tal onde explicações indutivas possuem características não-epistêmicas que se referem a fatos no mundo. Sabemos que, nas explicações I-S, tais características não são *determinantes*, mas *provavelmente* responsáveis pelo acontecimento de outras coisas. Portanto, se há características no mundo que podem provavelmente ser responsáveis por outras, então é possível definir um modelo de explicação indutiva cogente. E se é verdadeira a possibilidade de definir um modelo de explicação assim, também é possível haver características no mundo responsáveis por outras, de forma não-determinante.

1.5 A crítica de Eberle, Kaplan e Montague

A crítica presente em *Hempel and Oppenheim on Explanation* é feita ao ensaio de Hempel *The Logic of Explanation*, cuja tese é a de que a análise da explicação hempeliana é inadequada. Para dar cabo dessa tarefa, Eberle, Kaplan e Montague apoiar-se-ão em uma linguagem formal L^{12} , para sustentar a crítica por eles formulada.

Segundo os autores, uma explicação hempeliana diria que uma sentença singular¹³ E é explicada por uma teoria¹⁴ T e uma sentença singular C , cujo par ordenado (T, C) forma o *explanans* de E se, e somente se, as seguintes condições são satisfeitas (EBERLE *et al.*, 1961, p. 419):

- (1) T é uma teoria científica;
- (2) T não é logicamente equivalente a qualquer sentença singular;
- (3) C é uma sentença singular e verdadeira;
- (4) E é logicamente derivável a partir do conjunto $\{T, C\}$; e

¹² A linguagem formal L que Eberle, Kaplan e Montague utilizam é uma linguagem do Cálculo de Predicados de 1ª Ordem sem Identidade, seguindo as regras e derivações próprias a essa lógica. L é composta dos conectivos lógicos ‘ \neg ’, ‘ \wedge ’, ‘ \vee ’, ‘ \rightarrow ’, ‘ \equiv ’ e quantificadores universais ‘ \forall ’ e existenciais ‘ \exists ’. Para as deduções e demonstrações, utilizaremos do martelo sintático ‘ \vdash ’. Fórmulas ou sentenças deverão ser entendidas como fórmulas de L e sentenças de L , respectivamente. O vocabulário de L também constará de parênteses, variáveis, constantes e predicados, tais como apresentados pela Lógica de 1ª Ordem.

¹³ Seja Π^n um predicado de aridade n ($n \geq 0$); sejam k_1, k_2, \dots, k_n constantes individuais. Uma sentença atômica é uma expressão formal do tipo $\Pi^n_{k_1, \dots, k_n}$ e uma sentença básica (ou uma sentença singular) é uma expressão formal do tipo $\Pi^n_{k_1, \dots, k_n}$ ou $\neg \Pi^n_{k_1, \dots, k_n}$.

¹⁴ Sejam x, y e z variáveis proposicionais; seja A um predicado qualquer; seja a uma constante individual. Os autores entendem por teoria fundamental expressões do tipo $\forall_x \forall_y \exists_z A_{xyz}$; e por teoria derivativa expressões do tipo $\forall_x \forall_y \exists_z A_{xyz} \vdash \forall_y A_{xy}$. Assim, uma teoria é uma sentença que é ou uma teoria fundamental ou uma teoria derivativa.

(5) Existe uma classe K de sentenças básicas tais que C é logicamente derivável de K , e onde nem E nem $\neg T$ são deriváveis de K .

Para os autores, se assim tomarmos as explicações, elas mostrar-se-ão triviais, haja vista a natureza dos argumentos dedutivos, de modo que uma relação entre quase toda teoria e quase toda sentença singular poderia ser tomada como explicativa, segundo esse modelo. Em sustentação a esta tese, eles apresentam provas de alguns lemas e teoremas, os quais reproduzimos a seguir¹⁵ (EBERLE *et all*, 1961, p. 420-428).

Lema 1. Se S é uma sentença singular e T uma sentença com quantificadores universais seguida por uma expressão sem quantificadores ou constantes individuais, e se temos $\vdash S \rightarrow T$; logo, ou $\vdash \neg S$ ou $\vdash T$.

Lema 2. Se S, T são sentenças com predicados comuns e se $\vdash S \vee T$; logo, $\vdash S$ ou $\vdash T$.

Lema 3. Se a sentença $S(b_1, \dots, b_n)$ é obtida da fórmula $S(x_1, \dots, x_n)$ pela substituição das variáveis x_1, \dots, x_n por constantes individuais b_1, \dots, b_n , onde $b_i = b_j$ se e somente se, $x_i = x_j$, e se $\vdash S(b_1, \dots, b_n)$; logo, $\vdash (x_1) \dots (x_n) S(x_1, \dots, x_n)$.

Lema 4. Se S, T são sentenças com subsentenças atômicas incomuns, e se $\vdash S \vee T$; logo, $\vdash S$ ou $\vdash T$.

Teorema 1 (T₁). Tomemos T (qualquer lei fundamental) e E (qualquer sentença singular verdadeira), onde nem T nem E são logicamente prováveis e tampouco ambos os termos possuem predicados em comum. Admitamos que haja tantas constantes individuais em L , além daquelas ocorridas em E , como há variáveis em T ; e que haja tantos predicados de aridade 1 em L , além dos ocorridos em T e E , como há constantes individuais em E . Assim, existe uma lei fundamental T' que é logicamente derivável de T , tal que E é explicável por T' .

Lançando mão dos *lemas 1-4*, os autores provam T_1 , em que o par ordenado (T', C) é um *explanans* de E e, conseqüentemente, E é explicável por T' ; demonstrando que a partir de T é possível explicar qualquer coisa, dada a derivação de uma lei fundamental T' .

¹⁵ Apenas iremos apresentar os lemas e os teoremas sem nos determos às provas dos mesmos. Para verificar as provas desses, vide o artigo dos autores.

Lema 5. Se T é uma sentença que não é logicamente provável, mas sim logicamente derivável, então existe uma sentença singular que não é logicamente provável, mas é logicamente derivável de T , e a qual não contém predicados além daqueles em T .

Teorema 2 (T₂). Tomemos T sendo uma teoria fundamental e E sendo uma sentença singular verdadeira, onde nem T nem E são logicamente prováveis e tampouco ambos os termos possuem predicados em comum. Admitamos que L possua infinitas constantes individuais, e que haja tantos predicados de aridade 1 em L , além dos ocorridos em T e E , como há constantes individuais em E . Admitamos ainda que alguma sentença singular é explicável por T . Assim, existe uma lei fundamental T' que é logicamente derivável de T , tal que E é explicável por T' .

Teorema 3 (T₃). Tomemos T sendo qualquer lei fundamental e E sendo qualquer sentença singular verdadeira, onde nem T nem E são logicamente prováveis. Admitamos que L possua infinitas constantes individuais, e que haja tantos predicados de aridade 1 em L , além dos ocorridos em T e E , como há constantes individuais em E . Admitamos que haja tantas constantes individuais em L , além daquelas ocorridas em E , como há variáveis em T . Assim, existe uma lei secundária logicamente derivável de T , pela qual E é explicável.

Teorema 4 (T₄). Tomemos T sendo qualquer teoria fundamental, onde alguma sentença singular é explicável por T , e E sendo uma sentença singular verdadeira, a qual não é logicamente provável. Admitamos que L possua infinitas constantes individuais. Assim, existe uma lei secundária logicamente derivável de T , pela qual E é explicável.

Teorema 5 (T₅). Se T é uma teoria fundamental, tal que alguma sentença singular é explicável por T , e E é uma sentença singular verdadeira, a qual não é logicamente provável. Assim, existe uma sentença singular explicável por T a partir da qual E é logicamente derivável.

Teorema 6 (T₆). Se T é uma teoria fundamental e E é uma sentença singular explicável por T . Assim, existe uma lei fundamental a qual é logicamente derivável de T e pela qual E é explicável.

Teorema 7 (T₇). Tomemos *T* sendo uma teoria secundária (*derivative*) e *E* sendo uma sentença singular explicável por *T*. Admitamos que *L* possua infinitos predicados de aridade 1. Assim, existe uma lei secundária que é logicamente derivável de *T* e pela qual *E* é explicável.

Esta crítica de que a descrição de Hempel conduz, ao fim e ao cabo, a trivialidades em suas explicações, onde quaisquer termos ou expressões poderiam assumir os lugares de *explanans* e de *explanandum* e, mesmo assim, a explicação permanecer válida, é adequadamente forte. Contudo, é preciso ressaltar que tal crítica se refere à estrutura lógica das explicações hempeliana, a saber argumentos dedutivos. Dos autores que abordamos nesta dissertação, apenas dois fizeram menção direta a presente crítica¹⁶ – o que não significa que os outros estejam acordes plenamente à teoria de Hempel. Ora, Hempel é ainda uma referência dentre os filósofos da ciência, no que tange às explicações científicas, fato este que constatamos com os variados modelos propostos de explicação científica, os quais, de alguma maneira, tangenciam o trabalho de Hempel.

Uma objeção possível de ser apresentada à crítica de Eberle, Kaplan e Montague é o fato de que a ciência não se resume a proposições lógicas. Há muitos outros elementos envolvidos numa explicação científica – o que Hempel e outros filósofos da ciência fazem é construir modelos que sirvam de base para metodologias e práticas científicas.

Adiante, veremos algumas propostas de teorias da explicação concorrentes à hempeliana e verificaremos em que medida elas se relacionam com a estrutura estabelecida em Hempel de condições iniciais (o “o quê?”) e uma expressão nômica (o “por quê?”).

1.6 Teorias da explicação alternativas à de Hempel

Passaremos agora à abordagem de algumas teorias da explicação alternativas à descrição hempeliana, com o objetivo de sustentar que há variados tipos de explicação igualmente válidos para um único e mesmo fenômeno. Assim, um evento

¹⁶ Apenas B. Brody (2004) e W. Salmon (2004) referem-se literalmente aos autores.

E pode ser explicado por diferentes maneiras (níveis), a depender do ponto de vista considerado precocemente.

Um dos principais filósofos a escrever sobre explicação científica, depois de Hempel, foi Wesley Charles Salmon (1925-2001), o qual apresentou três concepções distintas de explicação: 1) concepção epistêmica, 2) concepção modal e 3) concepção ontológica (a mais importante para ele). Quanto às explicações do tipo hempeliano, Salmon acomoda-as na concepção epistêmica – das quais se espera uma necessidade lógica. Podemos definir a concepção modal como aquela na qual a relação entre as condições e o evento a ser explicado implica na necessidade nomológica. Ou seja, a explicação exibe a necessidade nomológica do fato-a-ser-explicado, dados os fatos explanatórios – diz Salmon. Já na concepção ontológica, *explicar* significaria mostrar como os eventos se conformam a um padrão do mundo. Como, para Salmon (2004, p. 91), esta última concepção é a mais importante, ele definirá que dar uma explicação científica é mostrar como eventos adequam-se dentro da estrutura causal do mundo.

No que tange ao modelo de explicação I-S, o exemplo de Salmon (2004, p. 94) do resfriado reflete bem sua posição em relação a este tipo. Por que uma pessoa fica boa de um resfriado no decorrer de uma quinzena? Ao menos duas situações seriam possíveis: *Situação 1*: porque tomou vitamina C; *Situação 2*: outra pessoa que não tomou vitamina C também ficou boa do resfriado. O que Salmon ressalta é que o uso de vitamina C pode ser irrelevante, visto que a probabilidade anterior (as pessoas melhoram do resfriado depois de uma quinzena) não é diferente da probabilidade posterior (cura de uma pessoa após ingerir vitamina C durante uma quinzena). Seguindo essa intuição, ele conclui que uma explicação não é um argumento (como atesta Hempel) e sim a reunião de fatores estatisticamente relevantes, onde a probabilidade de um evento *E* ocorrer por si é diferente da probabilidade de esse mesmo *E* ocorrer, dado um fato *A* estatisticamente relevante para a ocorrência de *E*.

Uma outra descrição relevante sobre o conceito de explicação científica é feita por Baruch Brody (1943-), o qual indicará objeções ao modelo de leis abrangentes de Hempel, argumentando que Aristóteles já estava consciente desse tipo de objeção e, segundo Brody, já havia lhes provido soluções satisfatórias. Brody diz que essas

soluções estão corretas e elas envolvem: a) a noção não humiana de causalidade e b) as propriedades essenciais¹⁷.

Brody diz suspeitar de algum erro fundamental com o modelo de leis abrangentes (embora o considere razoável) e que novas pesquisas para o entendimento da explicação científica são necessárias. Com base nas conclusões de Aristóteles (Cf. *Analíticos Posteriores*), Brody sugere que uma demonstração (explicação D-N) torna-se uma explicação satisfatória (pode prover um conhecimento científico) quando “seu *explanans* contém essencialmente uma sentença que atribui a certa classe de objetos uma propriedade essencial para a classe e quando, no mínimo, um dos objetos envolvidos no evento descrito no *explanandum* é um membro da classe desses objetos” – caso contrário, a explicação é insatisfatória (BRODY, 2004, p. 115-120).

Há duas objeções possíveis contra a menção de propriedades ou objetos essenciais de Brody. A primeira apoia-se em P. Duhem (1991), que critica a ideia de que teorias científicas explicam o mundo observável. Segundo essa crítica, a teoria aristotélica da explicação claramente funda-se sobre bases metafísicas, sendo empiricamente indefinida. A segunda crítica baseia-se nas ideias de Popper (2008): uma explicação essencialista termina na descrição do *explanans*, pois disporá apenas as propriedades essenciais deste, de modo a deixá-lo inexplicável. Brody (2004, p. 122) considera tais objeções apenas parcialmente verdadeiras. A defesa que ele utiliza para afastar as duas objeções vincula-se ao fato de que, de uma forma ou de outra, tais propriedades essenciais podem sim ser verificadas empiricamente, caso já não se pressuponha um compromisso ontológico que rechace alguma forma de essencialismo.

Peter Achinstein (1935-) definirá modelos de explicação como “um conjunto de condições suficientes (em vez de necessárias) para prover explicações”. Ele argumentará que o fracasso dos modelos de explicação disponíveis provém da imposição de certos requisitos que, ao invés de sustenta-los, destroem sua eficácia (ACHINSTEIN, 2004, p. 136s). Ao primeiro requisito, ele denomina-o de Requisito da não-vinculação de sentença singular (*No-Entailment-By-Singular-Sentence requirement*), abreviado por “requisito NES”, o qual diz que nenhuma sentença singular das sentenças presentes no *explanans* pode implicar o *explanandum*. Achinstein (2004,

¹⁷ Sobre as críticas a esses conceitos, tanto metodológicas quanto epistemológica referentes à introdução deles na metodologia científica, Brody (2004, p. 113) diz que a dificuldade resulta do mau entendimento deles.

p. 138) diz serem três as razões dos modelistas sustentarem esse requisito. A primeira, pelo fato de que o requisito impede o *explanandum* em si ser (ou ser parte) de um dos seus *explanans*. Segundo, os modelistas enfatizam a importância das leis gerais, as quais ligam a condição específica ao evento-*explanandum*. Por último, o NES não permite que o *explanans* componha-se de sentenças explicativas (sentenças que contenham, primitivamente, expressões como: “explica”, “descreve”, “razão”, “causa”, etc.).

No que tange ao segundo requisito, denominado de “requisito *a priori*”, ele reza o seguinte: as considerações que dizem que o *explanans* explica corretamente o *explanandum* são todas *a priori*, salvo a consideração a respeito da verdade do *explanans* (que é empírica). Assim, a única consideração empírica para se determinar se uma explicação é correta é a verdade do *explanans* (ACHINSTEIN, 2004, p. 140s).

Insistir na satisfação de ambos os requisitos (*a priori* e NES), como fazem os teóricos do modelo D-N, é colocar em cheque a existência dos modelos de explicação. Achinstein (2004, p. 159) diz que um *explanans* que apele para leis, fatores causais, desejos e crenças, relevância estatística, propriedades essenciais¹⁸ pode sim explicar corretamente um *explanandum*. No entanto, há modelos de explicação¹⁹ que são altamente ambiciosos e, por isso, não se satisfazem em simplesmente listar os tipos de fatores que podem ser explicativos; pelo contrário, querem condições suficientes para o fornecimento de explicações corretas.

Para Peter Railton (1950-), fornecer uma explicação probabilística é, no fim das contas, dar uma demonstração dedutiva de que uma teoria empírica *T* atribuiu uma probabilidade específica ao *fenômeno-explanandum*. A isso, Railton (2004, p. 160) denomina de DNP – Descrição Probabilística Nomológico-dedutiva.

Na avaliação de explicações, Railton leva em consideração a prática científica. Se alguém pergunta a um cientista se um determinado modelo deve fazer parte de textos explicativos ideais, a resposta poderá conter inúmeras indeterminações e controvérsias, dada a dificuldade em tomarmos um modelo sob um viés efetivamente realista ou meramente instrumental. Considerando isso, Railton conclui que se não sabemos exatamente como um texto DNP ideal deve ser, dificilmente poderemos saber o nível de informação explicativa que há numa explicação. Ademais, segundo ele, um

¹⁸ Incluem-se aqui os modelistas: C. Hempel, B. Brody, J. Woodward e W. Salmon.

¹⁹ Os modelos propostos pelos autores da nota anterior.

texto DNP ideal espelha não só um ideal de explicação, mas também uma compreensão científica, ou seja, compreende-se por que um dado fenômeno causal ocorreu à medida que se é capaz de produzir um texto DNP ideal. Railton não diz ser impossível a existência de explicações causais ou probabilísticas, dado que a prática científica visa a leis já descobertas. Porém, como diz ele, “é difícil contestar a afirmação de que muitas explicações conseguiram oferecer explicações genuínas sem ao menos usar leis que explicitamente afirmam sua existência”, oferecendo apenas informação precisa sobre um relevante texto explicativo ideal (RAILTON, 2004, p. 160-171). A esta análise da explicação, Railton chama de descrição nomotética da explicação científica.

Essa descrição mostra-se interessante para teorias como a de Swinburne, no sentido de a teoria de Railton convergir com a fundamentação das explicações pessoais (explicações causais que não envolvem leis, necessariamente), possibilitando espaço para a discussão de um dualismo de explicação aos moldes da tese do autor objeto central de análise crítica desta dissertação.

Para David Lewis (1941-2001), um evento acontece a partir de um conjunto de fatores – sem alguns desses fatores, o evento não ocorreria ou seria menos provável de ocorrer. As causas podem se inter-relacionar de modo espaciotemporal, formando uma causa maior ou dividindo-se em várias outras. Por isso, Lewis (2004, p. 182-84) afirma que cada pessoa destaca uma ou outra causa que seja a principal, para ser a mais evidente. Não obstante, ele afirma que todas as causas devem ser levadas em conta. Portanto, para ele, as relações causais existem e uma história causal é uma estrutura relacional. Vejamos, brevemente, como Lewis defende isso.

“Explicar um evento é dar algumas informações sobre sua história causal”, essa é a tese de Lewis (2004, p. 185). Por haver vários tipos de descrição que se podem dar aos eventos, Lewis conclui que uma informação explicativa não é melhor do que outra, ou seja, toda informação merece a honra de ser denominada de explicação, embora nem todas sejam usadas quando explicamos algo. Portanto, para ele, deve-se ter em mente que existem diferentes formas de informação explicativa, de modo que na explicação de um certo evento podemos ter algo mais que a causa (ou as causas) que nominamos (LEWIS, 2004, p. 185-188).

Filósofos e matemáticos, por exemplo, nunca (ou raramente) dão explicações causais, diz Peter Lipton (1954-2007). Ora, se suas explicações são não

causais, alguém pode concluir que um modelo causal de explicação seria incompleto (há explicações que ficam de fora). Para Lipton, “explicações causais são explicativas porque elas são causais”. Embora pareça circular a definição, o que devemos entender numa explicação é que o seu “status causal” implica o seu “ser explicativa”. No entanto, é sabido que a maioria das causas não provê boas explicações, o que provoca uma espécie de indeterminação nos modelos de explicação causal. Lipton (2004, p. 207) procurou solucionar esta questão.

Baseado nas constatações de Hempel (1965), onde “não se explicam eventos, mas apenas aspectos de eventos”, e mais recentemente de Van Fraassen (1980) em que algo fica explicado não simplesmente pela pergunta “por que isto?”, mas sim “por que isto em vez de aquilo?” – Lipton (2004, p. 210-212) observou a importância de levar-se em conta tanto o fato quanto o contraste, para explicar certo fenômeno. Para ele, questões contrastivas ajudam-nos a selecionar causas explicativas.

Destarte, Lipton (2004, p. 217-226) finda seu artigo dizendo que embora seu modelo de explicação contrastiva dê conta de algumas deficiências de outros modelos, ele não abrange todo tipo de explicação, visto que nem toda explicação é explicação causal ou explicação de eventos específicos e, ainda, que a escolha do contraste não figura como uma necessidade para a escolha da causa apropriada.

Explicações causais singulares figuram no contexto extensional. A visão convencional diz que uma explicação singular causal (SCE) está, de algum modo, relacionada a explicações por leis-abrangentes, ou ao menos, entendidas como tais. James Woodward (1946-) quer desenvolver uma SCE distinta disso, a qual não possuirá nada que lembre a uma estrutura *covering-law*.

Para Woodward, frases como *o curto-circuito causou fogo* respondem a uma questão do tipo *o que teria acontecido se as coisas tivessem sido diferentes* (*w-question*). Na verdade, o autor sugere (1) como explicativa precisamente porque ela contém o tipo de informação contrafactual e responde a uma *w-question*. Uma SCE explica, não porque invoque tacitamente uma lei ou afirmação “escondida” de condições suficientes, mas sim porque identifica condições de tal forma que alterações nessas condições implicariam em diferenças no *fenômeno-explanandum*. Pode-se dizer que explicações científicas e explicações estatísticas, assim como uma SCE, sempre são explicações de por que o resultado real (ao invés de certos outros possíveis resultados)

foi obtido. Essas explicações sempre se processam mostrando que dadas as condições que realmente se obtém, o resultado real era mais favorecido sobre essas alternativas do que outro qualquer. Desse modo, Woodward defenderá que explicações do tipo SCE explicam porque identificam condições factuais importantes (o “o quê”) que, se alteradas, influenciam no resultado final da explicação – e não porque tacitamente as SCE invoquem uma lei ou demonstrem que seus *explananda-phenomena* sejam esperados, pois elas respondem (ou devem responder) a questões de tipo “o que teria acontecido se as coisas tivessem sido diferentes”.

Outra característica nas explicações SCE é que elas sempre têm como referência um “foco contrastivo”. Assim, se se quer explicar “o que causou x ?”, segundo Woodward, dá-se uma resposta R_I (na qual figura a situação real na qual x ocorre) que está em contraste com uma ou mais respostas alternativas R_n , que não ocorreram. O que deve ser frisado é que essas respostas alternativas são específicas, ao invés de qualquer alternativa possível (uma generalização). Em outras palavras, dar uma SCE é explicar um evento específico – dar conta do contraste entre a situação real que ocorreu e alguma situação específica na qual o evento não ocorreu – de modo que qualquer alteração nas condições implicaria uma diferença de resultado. O âmbito da SCE parece ser algo muito mais simples do que dar conta de todas as características daquele evento, onde se lança mão de leis gerais.

Para Bastiaan Cornelis Van Fraassen (1941-), dizer que uma teoria explica um ou outro fato é afirmar que há aí uma relação tal que independe da questão de o mundo real como um todo ajustar-se à teoria. Ora, a ciência procura colocar-nos na posição de termos explicações, em cuja verdade estamos autorizados a acreditar. Mas, como seria isso? Para ele, há algo na explicação que é pragmático, para além da sintaxe e da semântica, algo que depende das intenções ou preocupações do usuário da explicação e que ultrapassa a relação entre teoria e fato. A conclusão patente que ele chegará nesse primeiro momento é que teorias científicas são utilizadas em explicações e que a aceitação de uma teoria T está vinculada ao seu poder explicativo, estando este vinculado ao pragmático (VAN FRAASSEN, 2007, p. 178).

Uma teoria não pode explicar todos os fatos que, de uma forma ou de outra, refiram-se a ela. Por exemplo, pode-se explicar por que X teve piores resultados em vez de Y , dizendo que X tem sífilis e Y não tem; porém, não se pode explicar por que X teve

paresia. A intenção de Van Fraassen (2007, p. 213-219) aqui é que nem tudo em uma teoria pode ser colocado em termos de “*questões por que*”.

Com respeito à causalidade, ele diz que determinados fatores salientes, os quais se destacam para certos indivíduos (com seus interesses e diversas outras peculiaridades pertinentes à sua pessoa), constituem aquilo que damos o nome de causa ou causas. Isso vem para mitigar a tese de Salmon, pois nenhum fator mostra-se estatisticamente relevante, a menos que o contexto determine qual teoria científica é relevante. Assim, uma *questão por que* é uma solicitação de explicação (VAN FRAASSEN, 2007, p. 220-224). Portanto, uma explicação será uma resposta a uma *questão por que* contextualmente determinada (VAN FRAASSEN, 2007, p. 230-266). Na avaliação de uma explicação, deve-se considerar um conjunto de mundos possíveis²⁰ e um conjunto de contextos (classe contrastiva). Isso parece tornar a explicação extremamente complexa, pois se deve levar em conta que os contextos podem sofrer alteração seja no decorrer do tempo seja nas relações entre os eventos, as pessoas, os objetos, etc., tudo que de uma forma ou de outra possa se relacionar àquele contexto.

Para Van Fraassen, as teorias da explicação erraram quando conceberam a explicação como uma relação binária entre fato e teoria. Na verdade, tem-se um terno: teoria, fato e contexto. Em suas palavras, “ser uma explicação é algo extremamente relativo, pois uma explicação é uma resposta” a uma *questão por que* (por que *p* é o caso?) e por isso deve ser respondida caso a caso, dada a diferença de contexto para contexto (VAN FRAASSEN, 2007, p. 273^{ss}). Por esse viés, seria possível pensarmos que uma explicação científica seja uma aplicação da ciência, para satisfazer alguns desejos humanos específicos variáveis em conteúdo e adequação satisfatória (questões tipo por quês?), conforme contexto a contexto.

Isso parece problemático para a teoria de Van Fraassen. Na verdade, Philip Stuart Kitcher (1947-) e Salmon procuraram mostrar que a falta de restrições na relação *R* permite que qualquer coisa conte como resposta para qualquer coisa. Ou seja, há o problema de saber quais são as respostas para as *questões por que*; o qual aparece por conta da carência de restrições a *R* (KITCHER & SALMON, 2004, p. 313-16). Em outros termos, não basta que uma explicação, além de salvar os fenômenos, seja

²⁰ Mundos possíveis são modos como as coisas podem ser. Por exemplo, Aristóteles era grego no mundo atual w_0 (mundo efetivo ou em ato). Contudo, Aristóteles poderia ter sido egípcio em um mundo possível w_1 . Há que ressaltar que apesar de w_0 ser o mundo efetivo, ele também é um mundo possível.

pragmática, pois uma boa teoria pragmática da explicação não pode figurar como uma teoria do “vale tudo” – ela deve conter restrições *objetivas* para a relação de relevância. Van Fraassen não soluciona isso adequadamente, o que leva Kitcher e Salmon (2004, p. 319s) a concluírem que sua descrição não contraria as descrições tradicionais, mas apenas as complementam.

Comparando a explicação pragmática com a explicação pessoal, percebemos em Van Fraassen um destaque nas intenções e preocupações do usuário da explicação, conforme a situação em que ele se encontre. Para Van Fraassen, “o poder explicativo de uma teoria científica é uma virtude pragmática: a qualidade que uma teoria pode adquirir em sua aplicação, mas que ela não tem por si mesma” (DUTRA, 2009, p. 117). Embora a explicação pragmática leve em conta certos elementos da pessoa humana, seria ela identificável à explicação pessoal (a qual é determinada pelas crenças, intenções e poderes básicos próprios do agente)? A princípio, não. Parece-nos que a capacidade de uma pessoa em explicar fenômenos à maneira pessoal é uma condição de possibilidade para se adotar uma postura pragmática ou instrumental, de modo que o contexto será avaliado (digamos) em função de um ponto de vista pessoal (explicação pragmática e ponto de vista pessoal parecem ser coisas distintas). Assim, uma explicação pragmática procura eleger os elementos causais mais salientes para um ponto de vista do usuário da explicação²¹. No próximo capítulo, descreveremos a explicação pessoal de forma que essa intuição (diferença entre uma explicação pragmática e uma explicação pessoal) fique mais evidente.

1.7 Considerações sobre o capítulo

Neste capítulo, verificamos que a teoria da explicação de Hempel fora o ponto axial de todas as demais descrições, não somente por ter sido a primeira teoria claramente estruturada, mas, sobretudo, por ter sido fundamento de construção e reformulações das teorias da explicação. Vimos que a explicação científica de Hempel

²¹ Dutra (2009, p. 111) traz um exemplo esclarecedor: “Consideremos um acidente automobilístico, no qual ocorreu a morte do motorista do veículo, que deparou em uma curva que não tinha sinalização apropriada. Do ponto de vista de um médico,..., a causa de sua morte foi, por exemplo, hemorragia múltipla. Para um mecânico,..., a causa foi uma falha no sistema de freios... para um policial de trânsito ali presente, a causa foi o motorista não ter tido informações sobre a estrada... Qual desses fatores salientes apontados por esses diversos observadores do evento pode ser dito a causa da morte do motorista? Obviamente, *cada um deles defenderá seu ponto de vista*” (grifos nossos). Assim, explicações pragmáticas parecem distintas de explicações pessoais. Talvez, alguém pudesse falar em explicações pragmáticas de explicações pessoais (qual a explicação mais saliente para um contexto *c*?).

apresenta falhas de, no mínimo, difícil retificação (como visto nas seções 1.3, 1.4 e 1.5). Contudo, é possível defendermos que o modelo hempeliano não pretende descrever a realidade tal como ela é, mas apenas ilustrá-la e, a partir disso, oferecer uma explicação dos eventos no mundo. Nesse sentido, a vigência da explicação científica de Hempel pode ser mantida atualmente, mesmo diante das críticas apresentadas nessas seções.

Várias alternativas foram propostas a fim de se estabelecer uma teoria da explicação verdadeiramente consistente (conforme se verificou na seção 1.6), frente às dificuldades atinentes à abordagem hempeliana. Entretanto, percebe-se que a estrutura hempeliana da explicação científica, de certo modo, é transitiva por entre os modelos apresentados, pois o que observamos é que a dicotomia “*o quê?*” (condições iniciais) e o “*por quê?*” (algum tipo de regularidade) se estende pelas demais teorias vistas aqui.

Há naturalmente diferenças de conteúdo, significados ou de algumas características particulares dentre as diversas teorias da explicação, porém as diferenças são internas à teoria; diferenças dentro ou a partir da estrutura formal proposta por Hempel. Assim, admitindo que as explicações científicas têm tal dicotomia como característica comum e primária, isso contaria a favor do dualismo de explicação proposto por Swinburne²², não obstante os variados formatos de explicação científica.

Independente das críticas a Hempel ou das descrições alternativas apresentadas, o mais relevante parece ser a hipótese de que nenhuma das explicações científicas propostas seriam capazes de explicar eficazmente eventos e ações em que pessoas humanas estejam envolvidas como agentes intencionais, ou seja, situações em que as pessoas agem invocando como causas e razões suas crenças, intenções, poderes e suscetibilidades.

Com o próximo capítulo, veremos a segunda componente do dualismo proposto por Swinburne, e mostraremos em que sentido ele entende a explicação pessoal, a qual invoca entidades e propriedades mentais – diferentemente do que vimos até o momento com as explicações científicas. Assim, o capítulo subsequente poderá ratificar a distinção entre as explicações pessoal e científica.

²² No próximo capítulo, veremos que Swinburne acolhe em sua descrição essa dicotomia “*o quê?*” e “*por que?*”, para definir as explicações científicas e, por conseguinte, estabelecer os elementos constitutivos de uma explicação pessoal.

2. CAPÍTULO II: EXPLICAÇÃO PESSOAL

Dedicaremos este capítulo à apresentação do conceito de explicação pessoal construído por Richard Swinburne (2004), verificando quais os elementos ou pressupostos que ele lança mão para justificar um tipo de explicação particular para eventos atinentes a ações intencionais. Seria a explicação pessoal realmente um tipo peculiar e necessário, dotado de uma substancialidade tal como define Swinburne ou seria ela mera construção teórica útil? Há fenômenos exclusivos tais que somente são explicáveis por explicação pessoal? A explicação pessoal é redutível à explicação científica? Essas são perguntas que se farão presentes ao longo do capítulo vão nos permitir discutir a plausibilidade do conceito de explicação pessoal swinburneano frente a não somente as explicações científicas, mas também a descrições que levem em conta expressões como “ação intencional”, “eventos mentais”, “conhecimento pessoal”, “racionalizações”, dentre outras.

Richard Swinburne (2004, p. 23) define explicação pessoal como um tipo de explicação causal em termos da ação intencional de uma pessoa. Dirá ele:

Explicação em termos da ação intencional de uma pessoa é o caso normal do que chamei de explicação pessoal. Damos uma explicação pessoal de eu estar em Londres pelo fato de eu ter vindo aqui dar uma conferência; ou da carta estar em cima da mesa pelo fato de minha esposa tê-la posto lá a fim de mandá-la pelo correio. Contudo, como vimos, nem todas as explicações são explicações pessoais. Outras explicações da ocorrência de fenômenos parecem ter uma estrutura comum distinta e essas eu chamo de explicações científicas²³.

Para estabelecer esse dualismo de explicação (pessoal e científica), logo no início do capítulo *The nature of explanation* (2004), Swinburne, seguindo a estrutura estabelecida em Hempel, expõe aquilo que ele denomina ser a estrutura adequada de qualquer explicação, a qual comporta duas componentes: o “*o quê*” (aquilo que faz um evento *E* ocorrer) e “*por que*” (a razão do evento *E* ter acontecido). O “*o quê*” corresponde a certos fatores²⁴ (eventos, *processos*, estados, propriedades) em determinado tempo, que são *reais* (existem ou ocorreram), sem os quais não seria possível a ocorrência de *E*. Swinburne (2004, p. 23-25) chama o “*o quê*” de a causa *C*

²³ Utilizei-me da tradução de Swinburne (2004) feita por Agnaldo C. Portugal (A existência de Deus, prelo).

²⁴ Encontramos aqui uma distinção entre causa e efeito. Assim, deve-se entender que esses fatores *C* são independentes do evento *E* e, portanto, não devem ser confundidos.

completa de *E*; e o “por quê?” de a componente que garante a razão *R* da eficácia de *C*, isto é, *R* é a garantia de que *C*, sob determinadas condições, teve o efeito que teve. Assim, uma explicação pessoal pode ser oferecida quando da ação de um agente racional *P* provocando um evento *E* intencionalmente.

Agir intencionalmente é *P* (quando agindo) ter o objetivo de chegar a *E*. Na terminologia de Swinburne, um agente racional *P*, sua intenção *J* e seus poderes básicos *X* dão uma explicação plena de *E*. Poder-se-ia regressar na cadeia explicativa e buscar explicações ou causas anteriores a isso (por exemplo, procurar a intenção da intenção ou a causa da causa, infinitamente), no entanto, segundo Swinburne, *P*, *J* e *X* são suficientes para a explicação de *E*. Nesse sentido, a causalidade presente em explicações intencionais seria algo constitutivo dos objetos, ou seja, a causalidade é definida em termos de substâncias, poderes e suscetibilidades (*liability*) do agente (SWINBURNE, 2004a, p. 34-38).

A proposta de Swinburne é justificar a explicação pessoal como um tipo de explicação válido (não há problemas lógicos), eficaz (explica o que se propõe a explicar) e distinto da explicação científica (um tipo peculiar de explicação), estabelecendo assim um dualismo de explicação. Não obstante, para que o conceito de explicação pessoal seja abordado adequadamente, é necessário esclarecer o que Swinburne entende por ação intencional e identificar quais tipos de entidades e relações podem estar envolvidas na explicação pessoal, de modo a prover uma justificação apropriada para esse tipo de explicação, haja vista compromissos ontológicos subjacentes.

2.1 Ação intencional

A descrição de Swinburne (2013, p. 100-101) sobre ações intencionais assume que, nesse caso, as coisas são como parecem ser, no sentido de que nossas intenções realmente causam eventos físicos (eventos no mundo). É certo que eventos mentais são causados por eventos cerebrais, sendo estes provocados por certas propriedades físico-químicas do corpo. Nossas percepções sensoriais (que evoluem não somente sensações, mas também crenças) são causadas por eventos cerebrais²⁵. Por

²⁵ Utilizaremos aqui “eventos mentais” e “eventos conscientes” como termos mutuamente cambiáveis. Para que algum evento cerebral cause *determinado* evento mental, parece ser necessário que eu já tenha

outro lado, às vezes parece que nossos eventos mentais causam eventos cerebrais, os quais provocam determinado comportamento público, de modo que isso ocorre ou de modo intencional (como nos movimentos de membros do corpo) ou de modo não intencional (como das feições de um rosto diante de um susto, por exemplo). Nesse sentido, eventos mentais não seriam meros subprodutos (epifenômenos) de eventos cerebrais.

Swinburne (2013, p. 102) irá construir sua defesa de que estados mentais podem causar eventos físicos (causação descendente) por meio da análise e de uma particular interpretação da ação intencional. Para que se tenha a correta definição de ação intencional, é necessário primeiro definir o que é uma ação. Utilizando dos mesmos termos de Swinburne, temos então dois tipos de ação: ação instrumentalmente básica (*AIB*) e demais ações (*A*) (ações não básicas). Uma ação é do tipo *AIB* quando não depende de outra ação anterior qualquer que lhe cause, nem mesmo da crença de que realizando uma ação A_1 decorrerá uma ação A_2 . Ou seja, *AIB* é uma ação originária. Assim, por exemplo, movimentar os membros de meu corpo e expressar uma sentença verbal seriam tipos de *AIB*.

Outro conceito de ação apresentado por Swinburne é o de ação causalmente básica (*ACB*). Uma *ACB* é um tipo de ação que precede, no tempo, outra ação/evento qualquer. Por exemplo, *eu jogar um tijolo e, por causa disso, uma janela for quebrada*, significa que “jogar o tijolo” (primeiro evento) é causalmente mais básico do que “quebrar a janela” (segundo evento).

Considerando isso, diante de uma ação pública (um comportamento, por exemplo), caso a ação falhe, isto é, não ser ela precedida de *AIB* ou de *ACB*, mesmo assim a contribuição intencional do agente permanecerá intacta, independente de o comportamento ocorrer ou falhar. Isso pode ser exemplificado quando desejo realizar algo (pretender levantar o braço, por exemplo), porém falho – há uma intenção, mas falho na ação (por algum motivo outro). Portanto, independentemente de se ter ou não sucesso na ação, a contribuição intencional se fará presente, pois o que falhou (o que não veio a existir) foi a execução da ação, mas a intenção preservou sua existência e

algum tipo de crença sobre tal evento. Nossas sensações sinestésicas e nossas sensações de dores são causadas por eventos cerebrais. Ver capítulo 3 de *Mind, Brain and Free Will*, 2013.

mesmidade. Seguindo esse raciocínio, Swinburne argumenta que as ações intencionais são tipos de *ACB* – ações causalmente básicas (SWINBURNE, 2013, p. 102-104).

Quando Swinburne aborda a explicação pessoal, ele pressupõe alguns conceitos particulares de substância, propriedade e eventos. Além desses elementos, é preciso considerar ainda um entendimento da mente, o qual forneça uma definição específica para eventos mentais, vinculando-os ao conceito de substância mental. Tal substância, responsável pela vida consciente de uma pessoa humana, Swinburne denomina de “alma”. Ora, sem essa vida mental provida pela alma, não haveria seres humanos efetivos. A razão pela qual ele lança mão desses elementos decorre da necessidade de se explicar como a matéria pode produzir pensamento, ou seja, há um sentimento (sobre o qual ele quer construir um argumento) de que é impossível a vida mental reduzir-se a eventos físicos (SWINBURNE, 2013, p. 72).

2.2 Metacritérios para a explicação pessoal

Para falarmos sobre explicação pessoal, é necessário situá-la dentro da história do mundo. Por história do mundo²⁶, Swinburne entende como a listagem de “todos os eventos de um subconjunto que acarreta todos os eventos que têm acontecido sob suas descrições canônicas” (SWINBURNE, 2008, p. 303-304). Para se saber algo a respeito da ocorrência das coisas no mundo, de modo a obter uma descrição completa deste, é preciso o estabelecimento de certos metacritérios, que Swinburne denomina de *i*) substância²⁷ e de *ii*) propriedades. Ambos metacritérios devem ser analisados no decorrer do tempo, de modo que se “alguém sabe quais propriedades (designadas de maneira informativa) foram instanciadas em quais substâncias (designadas de maneira informativa), ele sabe (ou pode deduzir) tudo que aconteceu” (SWINBURNE, 2008, p. 296)²⁸. Grosso modo, uma propriedade é um universal monádico ou relacional e, uma

²⁶ Podemos dizer que “história completa do mundo” é uma maneira de afirmar as ocorrências/eventos/fenômenos neste mesmo mundo, com base em uma ampla gama de indícios, de modo que a possibilidade lógica de coisas físicas e não físicas seja admitida de princípio.

²⁷ Esta noção de substância foi tirada de Descartes, onde uma substância *S* pode existir por si mesma sem o suporte de outra substância *S** (Cf. o texto *René Descartes, Replies to the Fourth Set of Objections*, presente na obra de COTTINGHAM, J. at all.).

Por um evento, entende-se a instanciamento de uma propriedade numa substância ou em substâncias (ou em propriedades ou eventos) em um tempo.

²⁸ Um designador informativo difere de um designador rígido, no sentido de que o primeiro seleciona o objeto quando de sua utilização por alguém, em uma determinada situação, onde a relação de acesso entre os mundos possíveis é transitiva.

substância é uma coisa (e não um evento) que pode (i.e., não há qualquer impossibilidade lógica de) existir por si mesma.

Assim, na tentativa de se conhecer a história do mundo, uma descrição canônica dos eventos ocorridos no mundo em termos das propriedades, das substâncias e dos tempos envolvidos neles deve ser oferecida. É preciso considerar que às substâncias não cabem quaisquer descrições definidas, mas por meio de palavras que digam como de fato um tipo peculiar de designador rígido deve operar, pois alguns designadores rígidos não nos dizem muito acerca do que estamos falando²⁹.

Swinburne propõe que um designador rígido apropriado para descrever a história do mundo deve ser também um designador informativo. Por “designador informativo”, entenderemos como uma maneira de individuar algo α não por aquilo que α é em si mesmo (sua essência ou seu corpo ou suas propriedades), mas por meio da influência que α suscita. Para tanto, é preciso que o usuário da linguagem (alguém que tenha habilidade e competência para usá-la) conheça certo conjunto de condições necessárias e suficientes – em qualquer mundo possível – para determinar que uma coisa seja aquilo que é, e isso não depende de ele ser capaz ou não de expressar tais condições em palavras ou que possa realmente alguma vez descobrir que tais condições serão satisfeitas.

Em outros termos, conhecer essas condições para a aplicação de um designador é ser capaz de (quando posicionado de maneira adequada, com as faculdades cognitivas em perfeito funcionamento e não estando sob influência de ilusão) reconhecer quando aplicá-lo e quando não aplicá-lo. Ora, para se ter a competência em usar a palavra “vermelho”, um sujeito não necessita ter o conhecimento de coisas vermelhas previamente. Assim, o termo “vermelho” seria um designador informativo de uma propriedade, de modo que quando alguém designa informativamente uma propriedade por meio desse designador, ele então possuirá o conceito daquela propriedade. Ou seja, designar uma propriedade (ou o que quer que seja) por meio de

²⁹ O designador ‘água’, como empregado no século XVIII, não se referia a H₂O, haja vista a ignorância sobre a composição química da água. Ora, alguma coisa é ‘água’, se e somente se, tem a mesma essência [química] que o líquido em nossos rios e mares. Portanto, se não sabemos o que essa essência é, então não sabemos precisamente sobre o que estamos falando (SWINBURNE, 2008, p. 294). Para outra abordagem sobre designadores rígidos, conferir Kripke (1980).

um designador informativo permite-nos *conhecer (individualar) a essência* do que está envolvido, mesmo perante uma ilusão³⁰ (SWINBURNE, 2008, p. 294-295).

Ao longo da história da filosofia, formulou-se uma ampla gama de critérios distintos para se identificar um evento. Como, a princípio, não nos interessa um compromisso prévio com quaisquer visões filosóficas (dualismo, materialismo, fisicalismo, naturalismo, etc.), permitindo a nós lidarmos com uma descrição mais abrangente do mundo, adotaremos os metacritérios sugeridos por Swinburne, o que possibilita individualizar uma propriedade ou uma substância ao longo do tempo, de tal maneira que, se alguém conhece quais propriedades (designadas de maneira informativa) foram instanciadas em certas substâncias (designadas de maneira informativa), ele sabe (ou pode deduzir) tudo o que aconteceu (SWINBURNE, 2008, p. 294).

Uma descrição canônica de um evento dirá quais propriedades, substâncias e tempos estão envolvidos, discriminando-os por meio de designadores informativos. Nesse viés, dois eventos serão idênticos se, e somente se, suas descrições canônicas ou são idênticas ou se acarretam mutuamente. Portanto, se conhecemos todos os eventos que aconteceram sob suas descrições canônicas, sabemos de tudo o que aconteceu. Analogamente, se alguém sabe todos os eventos que ocorreram sob suas descrições canônicas em algum *locus* espaço-temporal, então saberá tudo o que aconteceu naquele *locus* (SWINBURNE, 2008, p. 296).

De forma geral, toda a história do mundo (ou a história de um *locus* específico) está contida num conjunto de eventos determinados por suas descrições canônicas. Ora, uma história completa do mundo, à maneira que entendemos aqui, compromete-se com a história não apenas dos eventos corporais e cerebrais, mas também com a história das pessoas (organismos que abrangem partes físicas e não físicas essenciais) e tudo o mais decorrente dessa.

É necessário agora definirmos de modo mais completo o sentido das expressões “propriedades” e “substâncias”, para depois seguir adiante com a especificação e a distinção de eventos mentais e físicos. Nesse sentido, precisamos saber

³⁰ Quando “confundo um objeto como vermelho, quando ele não é vermelho, eu sei o que estou dizendo quando digo que ele é vermelho. Estou dizendo que ele tem a cor que contemplaria desta maneira se as circunstâncias fossem normais” (SWINBURNE, 2008, p. 295).

qual o caráter *sui generis* das propriedades e das substâncias (SWINBURNE, 2008, p. 296).

2.2.1 Propriedades

A definição de uma propriedade *P* será tomada em virtude de sua designação informativa. Assim, uma propriedade é uma característica que pertence a uma substância (ser amarelo ou ter a massa de dois quilos, por exemplo) ou uma relação entre substâncias (ser mais alto que). O termo “verde” seria, então, um designador informativo (transitivo em todos os mundos possíveis) da propriedade de “ser verde”; e uma pessoa que sabe o que “verde” significa sabe como usar esse termo, associando-o a um objeto que deva ter a propriedade de “ser verde”. Se, por hipótese, no futuro, você não lembrar direito que coisas eram verdes e inclusive o que significava “ser verde”, o oferecimento de uma designação informativa descreveria melhor o que acontece atualmente do que no caso de se dispor de uma designação não informativa. Ora, é-nos sabido que qualquer descrição pode ser referida conforme um designador rígido específico, não sendo necessária nenhuma designação informativa. Em “a cor preferida de Amanda” podemos designá-la rigidamente indicando a cor que no mundo atual é a cor preferida de Amanda. Portanto, “o expediente da rigidificação nos permite converter qualquer descrição exclusivamente identificadora de alguma coisa, incluindo uma propriedade, em um designador rígido daquela coisa” (SWINBURNE, 2008, p. 297-298). No entanto, não se pode negar que há uma diferença entre designar algo rigidamente e ter a competência/habilidade para tal – designação informativa.

Considerando isso, para que duas ou mais propriedades sejam idênticas, elas deverão ter designadores informativos logicamente equivalentes. A propriedade mental “ter dor” não é idêntica a uma propriedade (ou algumas propriedades) do cérebro, pois cada qual veicula uma designação informativa particular. Analogamente, eventos serão idênticos se, e somente se, suas descrições canônicas envolverem os mesmos metacritérios (mesmas propriedades, mesmas substâncias e mesmos tempos)³¹. Assim, eventos mentais como “P está com dor” não são idênticos a eventos cerebrais tais como “a irritação de fibra-C de P”. Seguindo essa lógica, Swinburne estende esse argumento a eventos intencionais como “ter tais e tais crenças, desejos e objetivos”, concedendo a estes uma ontologia distinta da físico-biológica (SWINBURNE, 2008, p. 298-311).

³¹ Um evento é a instanciação de uma propriedade em uma substância particular em um tempo *t*.

Essa proposta parece se aproximar da visão seguida por L. R. Baker, sobre a perspectiva de primeira pessoa. Contudo, isso só se segue caso rejeitemos o dualismo de substância, pois, para Baker (2013, p. 146-147, 151-160), entidades imateriais não são admitidas em sua filosofia da mente. Veremos a seguir como Swinburne definirá “substância”, se é uma continuação do dualismo cartesiano (apenas com alguns adereços) ou se há algo de novo realmente e, no capítulo terceiro, desenvolveremos a proposta de Lynne Baker sobre a perspectiva de primeira pessoa.

2.2.2 Substância

Com base no entendimento (início desta seção) sobre designadores informativos, Swinburne entende por substância qualquer coisa que possa ser designada de modo informativo. Assim, objetos simples, organismos, artefatos, agregados mereológicos, etc., podem ser classificados de substância. Nisso, o critério de identidade entre as substâncias vincula-se ao cumprimento de certos requisitos.

O primeiro requisito diz que tais substâncias devem ter as mesmas propriedades essenciais, em um tempo t . Ora, se em t_1 tenho uma bicicleta e em t_2 a transformo em uma moto, houve mudança de essência; e, portanto, não serão substâncias idênticas. Alguém poderia objetar dizendo que a essência de ambas (bicicleta e moto) é ser veículo de locomoção. Mesmo assim, embora seja verdade que a bicicleta continuou a existir (como veículo), ela não existe com as mesmas propriedades essenciais de outrora. Na verdade, podemos contar a história do mundo levando em conta qualquer uma das três substâncias existentes: a bicicleta como essencialmente bicicleta; a moto como essencialmente moto; e o veículo como essencialmente veículo. Isso significa que um único objeto O pode ser explicado sob diferentes aspectos, a depender do tipo de substância que ele é (SWINBURNE, 2008, p. 299).

O segundo requisito para uma substância s_1 num tempo t_1 ser idêntica a uma substância s_2 em um tempo t_2 é que as duas substâncias sejam compostas basicamente das mesmas partes. Não há mais nada em qualquer substância senão as suas partes. Logo, a história da substância será a história de suas partes. Essa perspectiva encontra certas dificuldades quando se tem um organismo como substância, pois nem sempre as propriedades causais do organismo se identificam com as propriedades causais das partes. Na verdade, há propriedades causais que somente são manifestas quando considerado o organismo, pois a relação ou combinação entre as partes pode acometer

comportamentos diferentes dos que se apresentavam quando uma parte funcionava isoladamente. Portanto, se consideramos o ponto de vista das partes, a história do mundo será diferente da história do mundo quando se considera o ponto de vista do organismo (SWINBURNE, 2008, p. 299-300)³².

Dadas essas questões, caso se queira trabalhar com um critério de identidade claro para as substâncias, deve-se considerar um nível elementar em que (por definição) nenhuma substituição ou mudança interníveis seja possível. Ser a mesma parte elementar envolverá então ter as propriedades essenciais características da espécie³³. Assim, em vez de se individualizar uma substância por meio de sua composição (partes, sistemas, organismos, ou até mesmo o hilemorfismo aristotélico), Swinburne prefere individualizá-la conforme as propriedades essenciais coinstanciadas. Nessa perspectiva, substâncias seriam simples feixes de propriedades coinstanciadas (SWINBURNE, 2008, p. 301)³⁴. Essa estratégia parece decorrer do fato de Swinburne ver a dificuldade em tratar as substâncias (tal como ele fizera com as propriedades) como designadores informativos. Dirá que

uma das principais razões para nossa incapacidade de designar de maneira informativa as substâncias é que não sabemos a respeito de algumas espécies de substâncias, e em particular dos objetos materiais inanimados, se eles têm ou não *eciedade* (e, assim, por exemplo, se devem ser individuados em parte por sua matéria subjacente) ou se devem ser individuados somente por meio das propriedades, incluindo as propriedades (espaço temporal e/ou outras) de continuidade (SWINBURNE, 2008, p. 303-304).

É verdade que se poderia adotar uma abordagem puramente fiscalista, em que numa descrição completa do mundo todas as substâncias fossem individualizadas somente por meio de suas propriedades físicas. Tal abordagem, segundo Swinburne, deverá explicar como “eventos mentais conscientes de diferentes tipos (sensações visuais, sensações auditivas, etc.) são co-experenciados, isto é, pertencem à mesma substância”. E ainda, diz Swinburne (2008, p. 305-307) mesmo que

as minhas sensações visuais e as minhas sensações auditivas fossem idênticas, isso ainda não acarretaria o dado da experiência de que elas seriam ambas tidas pela mesma pessoa. Nós só podemos incluir esse dado numa descrição completa do mundo se supusermos que a identidade das

³² Obviamente, podemos dividir as partes em subpartes subsequentes; mas isso em nada prejudica o argumento; pois uma parte pode ser tomada como um organismo.

³³ Por espécie, entendemos ou uma subparte, ou uma parte ou um organismo que apresente certas propriedades essenciais capazes de individualizá-lo.

³⁴ Há a possibilidade de se abordar a substância como algo dotado de *eciedade*. Não vislumbraremos tal possibilidade.

substâncias que têm propriedades mentais conscientes é determinada pelo fato de que as propriedades mentais que elas têm ao mesmo tempo são coexperienciadas. Podemos descrever as ocorrências de coexperiências só se admitirmos a existência de substâncias mentais.

Portanto, a conclusão sugerida é a de que, numa descrição completa do mundo, é mais correto individuar pessoas conforme suas experiências, postura esta que possibilita incluir entidades físicas e metafísicas (de acordo com os conceitos de propriedade e substância sugeridos) e sustentar a plausibilidade de explicações pessoais.

Swinburne procura reforçar esta conclusão com o exemplo do experimento hipotético do transplante cerebral. Digamos que se retire de minha cabeça meu cérebro, dividindo-o em duas metades, de modo que cada metade seja colocada em duas cabeças diferentes (pessoa P_2 e pessoa P_3), considerando que algumas partes adicionais são acrescentadas para possibilitar certas conexões do sistema nervoso a fim de termos duas pessoas com vidas mentais. Ora, mesmo conhecendo a história de todas as partes físicas descritas em termos de suas propriedades físicas e sabendo quais propriedades mentais são instanciadas em todas as pessoas envolvidas, não nos é possível saber, somente com isso, qual das pessoas P_2 ou P_3 seja plenamente eu. Alguém poderia dizer que eu talvez esteja parcialmente em P_2 e P_3 ; contudo, isso não se pode fazer cabalmente, “porque a história de todas as partes físicas e de todas as propriedades mentais associadas a elas (P_2 e P_3) é compatível com o fato de nenhuma pessoa ser plenamente eu, ou com só uma delas ser plenamente eu” (SWINBURNE, 2008, p. 308).

Qual dessas pessoas (P_2 e P_3) seria P_1 ? Provavelmente, ambas se comportariam de forma semelhante a P_1 e afirmariam ser e se lembrariam de ter feito o que fez P_1 ; pois comportamento e fala dependem, em grande parte, de estados cerebrais. Porém, nenhuma das pessoas seria P_1 , pois, se ambas fossem idênticas a P_1 , elas seriam a mesma pessoa que o outro (se a é o mesmo que b e b é o mesmo que c , então a é o mesmo que c), o que na realidade elas não são (SWINBURNE, 2013, p. 75-76).

Por fim, Swinburne (2008, p. 309-322) alega que os seres humanos são essencialmente substâncias mentais puras. Para sustentar essa tese, ele irá descrever em qual sentido e especificações devem ser tratados os eventos mentais.

2.3 Eventos mentais

Dentre as diversas maneiras de se abordar os eventos físicos e os eventos mentais, Swinburne (2008, p. 292) propõe distingui-los, no que se refere à forma, entre acesso “público” ou “privilegiado”. Assim,

uma propriedade mental é uma propriedade sobre cuja instanciamento a substância em que ela é instanciada tem necessariamente acesso privilegiado em todas as ocasiões de sua instanciamento, e uma propriedade física é uma propriedade sobre cuja instanciamento nela uma substância não tem necessariamente acesso privilegiado, em qualquer ocasião de sua instanciamento.

Nessa esteira, um evento mental seria um tipo de evento que envolve uma substância com o tipo de acesso privilegiado, ao passo que um evento físico seria um evento em que a substância envolvida tenha acesso público. No âmbito das substâncias em si, uma substância mental necessariamente terá acesso privilegiado, enquanto que uma substância física necessariamente será uma substância pública. Nesse sentido, a primeira conclusão que se tem é que, quando nos referimos a quaisquer propriedades mentais, o requisito do acesso privilegiado se faz sempre presente, sendo tal requisito o critério mestre para se diferenciar eventos mentais de físicos (SWINBURNE, 2004b, p. 74).

Embora haja essa distinção entre físico e mental, Swinburne não nega que a maior parte dos eventos mentais é causada por eventos físicos. Aqui, não há que se falar em “misterismo” ou obscurantismo, haja vista que Swinburne indica explicitamente os fatores explicativos: as crenças, intenções e poderes básicos dos agentes pessoais. Grosso modo, o argumento dele seria o seguinte: todo evento mental tem como plataforma um evento cerebral, isto é, para que exista um evento mental, necessariamente deve existir um evento cerebral. Não obstante, há outros modos de ver a relação entre eventos mentais e cerebrais: um evento mental pode ter sido causado tanto um evento físico (ao ver este livro, lembrei-me de fazer algo, por exemplo) como também por outro evento mental (pensar na distinção entre eventos mental e cerebral fez-me lembrar do argumento da causação descendente, por exemplo). Ademais, parece inegável a tese de Swinburne (2004b, p. 75):

Um ser humano não existiria a menos que ele tivesse a capacidade para uma vida mental (a capacidade de ter sensações, pensamentos, etc.); e ter uma tal

capacidade é em si mesma uma propriedade mental (propriedade cuja instanciação no sujeito este mesmo tem acesso privilegiado).

A partir dessa distinção, Swinburne (2004b, p. 75) irá propor seu dualismo de substância (o qual será traduzido em dualismo de explicação), onde a alma humana seria uma substância mental pura conectada ao corpo, mas distinta de outra substância (a física). Mas, seria possível simplificar essa descrição propondo apenas um tipo de substância na qual o corpo (físico) explicaria os fenômenos reservados à alma (monismo materialista)?

A questão crucial para Swinburne (2013, p. 152-169) é de que “se o monismo for correto, então não haveria nada mais na história do mundo que a sucessão daqueles eventos que envolvem substâncias físicas”, porém – defende ele – mesmo que se saiba tudo a respeito dessas coisas (todas as relações e propriedades físicas existentes), não estaríamos em posição suficiente para afirmar ou negar a existência de vida consciente ao longo do tempo. A experiência de pensamento do transplante de cérebro (como visto acima) ilustra bem este fato que Swinburne quer destacar, sobre a afirmação da existência da alma como uma substância singular e o esclarecimento da distinção da alma e do corpo. Nesse nível de argumentação, percebe-se que a discussão não é mais acerca do tipo de vida mental que está associado a um cérebro, mas de saber se a alma sobreviveria ou não a uma situação de cirurgia cerebral como a ilustrada. Estes argumentos tentam mostrar que seres humanos têm duas partes, corpo e alma, e que animais que tenham uma vida mental também terão duas partes, com a ressalva da maior complexidade humana (SWINBURNE, 2004b, p. 77-78).

Atualmente, é sabido que, independente dos avanços neurocientíficos (mesmo que se saiba exatamente o que cada átomo/molécula realiza e como e por que realiza determinada função), não saberíamos o que acontece a uma pessoa, referente a termos mentais. Disso, Swinburne (2004b, p. 76-77) deduz que “deve haver mais em mim do que a matéria da qual meu corpo e cérebro são feitos”; o nome que tradicionalmente se dá a este “a mais” é alma.

Uma verdadeira teoria científica do universo que se restrinja aos limites físicos tentaria estabelecer *todas* as conexões causais possíveis entre eventos cerebrais e mentais. Mesmo que isso seja possível (embora improvável) de se realizar, quando avaliamos uma teoria científica, esta deve atender aos critérios da simplicidade e do

poder explicativo. Uma teoria psicofísica como essa certamente teria o poder explicativo requerido, no entanto, por gozar de uma complexidade enorme, obscureceria, no plano do senso comum, o entendimento de eventos ou proposições simples como “levantei da cadeira, porque quis ir à cozinha” (SWINBURNE, 2004*b*, p. 79-80).

Outro indício para a distinção entre o físico e o mental é fato de o elemento físico ser mensurável, enquanto que o mental não. Isso indica que não podemos estabelecer uma “fórmula geral mostrando os efeitos nas variações das propriedades dos eventos cerebrais nos eventos mentais, pois os primeiros diferem-se em aspectos mensuráveis e esses últimos, não”. Ou seja, não se pode determinar se certas variações X nos eventos cerebrais produzem certas variações Y em desejos – o que se pode fazer é apenas estabelecer “uma lista de quais variações do cérebro causam quais mudanças de desejo” (SWINBURNE, 2004*b*, p. 81). A conclusão que se pode estabelecer é que sensações, pensamentos, crenças, propósitos (e outros eventos mentais) não diferem entre si por mensuração, sendo, por conseguinte, impossível prover uma explicação derivada de uma fórmula geral e simples.

Em outras palavras, somos incapazes de dizer que um robô tenha ou não consciência, a partir da análise de seus circuitos elétricos. Sumariamente, Swinburne conclui esta questão afirmando que não há “uma explicação, uma teoria alma-cérebro, que fosse suficientemente simples para ser provavelmente verdadeira; apenas uma longa lista de conexões causais inexplicáveis” (SWINBURNE, 2004*b*, p. 81-82).

No que se refere à transição de um nível menos abstrato (descrições mais próximas da realidade ordinária) de explicação para outro mais abstrato (descrições mais próximas da matemática pura), é preciso verificar sob qual aspecto se está avaliando o evento. Pois, há eventos que talvez se tornem mais claros e simples quando explicados à maneira do senso comum e há outros que serão mais bem explicados conforme uma teoria complexa. O fato é que clareza e simplicidade parecem estar vinculadas a questões pragmáticas: “para quem?”, “para quê?”, “em que sentido?”.

No estabelecimento da distinção entre eventos físicos e mentais, Swinburne (2004*b*, p. 82) argumenta, por analogia, com o que ocorreu na termodinâmica, quando da distinção entre temperatura e calor, em que foi necessário diferenciar “calor” de “sensação de calor”, para possibilitar mensurações.

A termodinâmica se preocupou inicialmente com as leis das trocas de calor; supunha-se que o calor fosse uma propriedade inerente a um objeto que você sentisse quando o tocava. A sensação de calor de um corpo quente é, na verdade, qualitativamente distinta das velocidades e colisões das partículas. A redução à mecânica estatística foi obtida pela distinção entre a causa subjacente do calor (o movimento das moléculas) e a sensação que o movimento das moléculas causa nos observadores, ou seja, que o primeiro era o que o calor realmente era, enquanto este último era apenas o efeito do calor nos observadores.

Isso implicou em separar o “calor sentido” das “causas dessa sensação”, o que possibilitou às ciências (termodinâmica e mecânica estatística) mensuração de suas entidades e propriedades. Agora, é permitida a redução de uma ciência à outra (termodinâmica à mecânica estatística), porém com a perda de certo conteúdo. Assim, as reduções ou integrações de ciências que lidam com propriedades e substâncias distintas são possíveis desde que haja alguma perda de conteúdo, clareza, precisão ou mesmo negação de determinadas propriedades aparentes (tais como as ditas qualidades secundárias: cor, calor, som, gosto) (SWINBURNE, 2004b, p. 82).

Essas são algumas das razões (ou estratégias) para banir os eventos mentais das descrições teóricas. Contudo, argumenta Swinburne, por se tratar de eventos mentais, a simples negação deles não é possível em razão de se perder o próprio objeto que se está investigando. Nos seus termos, “se você tiver de explicar os próprios eventos mentais, você não poderá distinguir entre eles e suas causas subjacentes e apenas explicar estas últimas” (SWINBURNE, 2014, p. 82-83).

Podemos ainda colocar a questão em termos evolutivos. “Será que o darwinismo não poderia também nos dizer algo acerca de como os corpos chegaram a se conectar com a consciência – ou seja, com as almas?” A seleção natural é uma teoria que explica por que certas entidades (genes, moléculas, organismos, etc.) foram ou são eliminadas. Em se tratando das variantes físicas, a explicação evolucionista certamente provê uma explicação cabal e adequada. Porém, quando falamos de coisas imateriais, a questão parece ser outra: como explicar “por que algum estado físico causa e sustenta a existência de almas com propriedades mentais tipo crenças, desejos, propósitos, pensamentos e sensações, as quais estão causalmente conectadas de um modo regular com estados cerebrais?” (SWINBURNE, 2004b, p. 83). Contudo, seria lícito e faria algum sentido falarmos de coisas imateriais para explicações evolucionistas? A analogia de Swinburne parece desarrazoada, pois o estofô do mundo para explicações do tipo

evolucionista não acolhe entidades imateriais³⁵. Não obstante, esse tipo de argumento incita nossa investigação não apenas sobre a distinção entre a díade explicação pessoal e explicação científica, mas também entre explicação pessoal e explicação evolucionista. Abordaremos adiante algo a respeito da relação entre ações pessoais intencionais e elementos biológico-evolutivos.

As conexões causais entre eventos físicos e eventos mentais realmente parecem regulares. Contudo, como vimos, é bastante improvável que uma explicação científica dê conta de tais conexões, haja vista esses conteúdos serem estranhos ao escopo científico. Como afirma Swinburne (2004*b*, p. 84-85), “nada acerca do mundo físico torna minimamente provável que devesse haver essas conexões [entre físico e mental]”.

Uma conclusão que resume o pensamento de Swinburne sobre esse assunto é o fato de que o conhecimento sobre certas características não físicas (como a vida consciente de sentimentos, escolhas e razões causalmente conectadas com seus corpos) não está ao alcance de uma explicação científica. Como as explicações pessoais descrevem adequadamente eventos com tais características, é razoável mantê-las como um tipo de explicação epistemologicamente possível.

2.4 O que dizem os outros

Esta seção sumariamente dedicar-se-á a temas que perfazem o escopo da explicação pessoal. O objetivo aqui é ver como outros autores descrevem a ação intencional e o tipo de conhecimento que está relacionado à explicação pessoal (seria o mesmo tipo de conhecimento das explicações científicas?). Acreditamos que esses outros modos de ver as explicações pessoais incrementam e desafiam a fundamentação provida por Swinburne. Assim, primeiramente, abordaremos a interpretação de Swinburne das explicações racionais de Davidson, as quais lidam com a explicação da ação intencional de um agente racional, e confrontá-la-emos com a própria abordagem davidsoniana (2001). Depois, passaremos em revista ao conceito de ação intencional

³⁵ O fato de não acolher entidades imateriais em seu repertório de mundo em nada prejudica um compatibilismo entre aspectos evolutivos e aspectos pessoais (veremos algo a respeito no terceiro capítulo, com Lynne Baker).

sob o viés de Von Wright, onde ele relaciona “explicação” com “compreensão”³⁶. Por fim, veremos de que modo é possível defender uma abordagem da explicação pessoal em termos de níveis de explicação.

2.4.1 O Davidson de Swinburne

Swinburne parte do pressuposto de que explicação pessoal é um tipo singular de explicação muito diferente da explicação científica. Segundo sua análise, Donald Davidson (1917-2003) – e outros filósofos que tentaram reduzir a explicação pessoal a outro tipo de explicação –, a fim de obter um único tipo de explicação para os fenômenos, falha em seu projeto reducionista (SWINBURNE, 2004, p. 40). Na descrição de Swinburne (2004, p. 40-41), a teoria de Davidson comportaria alguns elementos como condições corpóreas *Y* (estados físicos: cerebrais, musculares, etc.) de um agente *P* e certas condições ambientais *Z* (contexto ambiental e social onde o agente *P* age). Respectivamente, *Y* e *Z* equivaler-se-iam às condições iniciais (*C*) do modelo hempeliano de explicação. Assim, um determinado evento *E* seria explicado na forma de um argumento dedutivo, no qual (*C*) e algum tipo de lei envolvida (*L_i*) serviriam de premissas para a ocorrência de *E* (conclusão do argumento). Ou seja, uma explicação pessoal seria essencialmente uma explicação científica, pois poderia ser traduzida a termos análogos aos da explicação de Hempel.

As objeções de Swinburne a Davidson partem da análise de que uma intenção³⁷ na ação não pode ser confundida com **i**) qualquer evento cerebral ligado a ela, tampouco **ii**) ser um estado passivo do agente. Assim, a intenção é algo distinto de um evento cerebral, pois é possível descrever ou indicar uma intenção de alguém (quando agindo) sem descrever ou indicar seus estados cerebrais, e vice-versa. Logo, o que temos são dois eventos distintos (evento mental e evento cerebral), indicando certo tipo de dualismo. Por outro lado, em vez de um estado passivo, a intenção seria *o exercício de uma influência causal no mundo*. Assim, não se pode entender uma intenção como um estado passivo do agente ou como um evento que leva à ocorrência de *E* (no mesmo sentido da causação física), porque estaríamos separando a intenção de

³⁶ A relação entre explicação e compreensão tem sido um campo de pesquisa interessante para filósofos e psicólogos. Embora seja um assunto interessante, por envolver vasta bibliografia, não entraremos em detalhes sobre isso, para não desviar o foco (as explicações pessoais de Swinburne). Para estudo sobre essa relação, conferir K. Apel (1984) e K. Jaspers (1987).

³⁷ Deve-se ter claro que o termo “intenção” refere-se ao propósito do agente quando agindo – diferentemente de alguém ter uma intenção (meta, objetivo) de agir no futuro.

um agente *P* (um evento à parte) da própria ação intencional de *P*. Portanto, o erro de qualquer descrição reducionista para este caso é tomar “intenção” como algo que acontece a um agente, em vez de tomá-la como algo que o agente realiza (SWINBURNE, 2004, p. 39-41).

No caso de Davidson, a dificuldade está no fato de ele ser obscuro com respeito à possibilidade de intenções funcionarem como causas – isso talvez por conta de seu monismo anômalo. Segundo Swinburne, esse problema não se apresenta na explicação pessoal, pois a descrição de uma ação intencional com base em crenças pode ser explicada sem lançarmos mão de descrições científicas (SWINBURNE, 2004, p. 42-45).

2.4.2 Explicação da ação intencional em Davidson

Como vimos, Swinburne afirma que Davidson toma explicações pessoais como essencialmente explicações científicas. Parece-nos que Swinburne fez uma leitura enviesada de Davidson. Avaliaremos, ao final, em que medida isso vem a prejudicar a formulação de uma explicação pessoal.

Para sustentar sua teoria do monismo anômalo, Davidson (2001, p. 3) parte do seguinte pressuposto: em explicações da ação humana, a razão funciona como causa da explicação. A explicação da ação *A* de um agente *P* estaria satisfeita com a apresentação do que Davidson denominou de *razão primária*. Explicações nesse sentido seriam chamadas de racionalizações (a razão racionaliza a ação)³⁸. Ele não se utilizará da distinção clássica entre o “o quê” e “por que”, pois defende que a razão primária englobaria as definições dessas duas componentes. Uma razão primária é, conjuntamente, a causa (o quê) e a razão (o por quê?) de um evento *E* ter ocorrido.

Observando nosso comportamento, quando o ser humano age intencionalmente, age baseado em *a*) certas pró-attitudes (desejos, necessidades, metas, etc.) e *b*) certas crenças. A esse par (pró-attitudes e crenças), Davidson denominou de “razão primária” – segundo a qual não há separação entre razão e causa; pelo contrário, ambas são a única e mesma coisa. Portanto, conhecer a razão primária é conhecer uma

³⁸ Racionalizações podem ser também vistas como compreensão de ações. Explicação por compreensão, para ser aceitável, deve satisfazer três condições: 1) estar de acordo sobre o que o agente fez; 2) deve determinar as razões do agente para realizar essa ação; e 3) deve determinar quais foram as razões, além das presentes, que levaram o agente efetivamente a agir. Separadamente, nenhuma dessas razões vale por si só (NEUBERG, M. *Théorie de l'action*. Bruxelles, Mardaga: 1991, p. 102-109).

intenção com a qual a ação foi realizada, pois uma ação mostra-se intencional para certas descrições, enquanto que para outras, não. Em outros termos, várias razões podem envolver uma explicação de uma ação, mas há uma razão que é causadora da ação: a razão primária (DAVIDSON, 2001, p. 3-4).

Nesse sentido, em Davidson vemos que a causalidade está vinculada à razão primária, pois é ela que servirá de causa e justificação para as ações realizadas pelo agente. Diferente disso, a estratégia de Swinburne (2004 *a*, p. 34), como visto, é pensar a causalidade como um aspecto constitutivo dos objetos (descrição de leis da natureza em termos de substâncias, poderes e suscetibilidades).

Em *Actions, Reasons, and Causes*, Davidson procura descrever o que seja uma razão primária e em que medida racionalizações podem ser tomadas como explicações causais. Para tanto, ele sustenta duas condições iniciais de uma razão primária, de modo a definir o que são razões primárias e defendê-las como fatores causais da ação intencional (DAVIDSON, 2001, p. 5):

Condição 1: *R* é uma razão primária pela qual um agente realizou a ação *A* sob a descrição *d* somente se *R* consiste numa pró-atitude do agente em relação a ações com uma certa propriedade, [juntamente com a] crença do agente de que *A*, sob a descrição *d*, tem tal propriedade³⁹.

Nesse sentido, quando alguém que acende a luz de uma sala diz “acendi a luz”, identificar a razão primária do agente irá depender da descrição (o contexto) em que se diz tal frase⁴⁰. Outra observação a ser feita é que, embora uma razão primária consista em pró-attitudes e crenças, isso não significa que em todas as racionalizações seja necessário mencionar esses dois elementos. “Se você me diz que está fazendo uma careta porque quer me insultar, não há motivo para acrescentar que pensa que fazendo uma careta me insultará” (DAVIDSON, 2001, p. 6-7).

Conhecer a razão primária diz respeito a saber qual foi a intenção do agente para fazer o que fez. Mas será que saber a intenção de um agente *P* é o mesmo que saber

³⁹ *R* is a primary reason why an agent performed the action *A* under the description *d* only if *R* consists of a pro attitude of the agent towards actions with a certain property, and a belief of the agent that *A*, under the description *d*, has that property.

⁴⁰ “Acender a luz” poderia ter ocorrido como algo fortuito, mera consequência de outro fato ou despretensiosamente (como esbarrar no interruptor), não levando em conta pró-attitudes e crenças [relativas aos poderes e condições favoráveis] para que o evento “acender a luz” ocorresse. Daí a necessidade da descrição *d* para caracterizar uma ação como intencional e “racionalizante [no sentido de Davidson]”.

a razão pela qual *P* agiu da forma que agiu? Há aqui uma diferença importante entre tais coisas, pois, para falarmos de razão, é preciso dispor da explicação sob determinada descrição. Consideremos a ação “James foi à igreja”, explica o autor (DAVIDSON, 2001, p. 8):

Se James vai à igreja com a intenção de agradar a sua mãe, então tem de ter alguma atitude favorável em relação a agradar a sua mãe, mas é necessária informação adicional para dizer se a sua razão é que gosta de agradar a sua mãe, ou pensa que é certo, que é o seu dever ou que é uma obrigação⁴¹.

Assim, uma razão primária explica uma ação porque se revela coerente com certos traços e comportamentos do agente, de modo a caracterizá-lo como pertencente à classe de animal racional.

A partir da *Condição 1*, temos a possibilidade de diferenciar as explicações que levam em conta as razões (racionalizações) de outros tipos de explicações. A dificuldade que pode aparecer com as racionalizações seria a situação em que uma pessoa tem uma razão r_1 para a ação, executa a ação, mesmo assim r_1 pode não ser a razão pela qual ela realizou tal ação. Na verdade, quando se pergunta a alguém por que agira da forma que agiu, o que se busca é uma interpretação para a ação dele. Descobrir sua razão é ter uma interpretação, uma nova descrição mais completa, situando a ação num contexto familiar; localizando-a dentro de um padrão de explicação⁴².

Contudo, seria isto (situar uma ação dentro de um padrão ou contexto) uma explicação realmente genuína? Não se estaria confundindo ação com razão? Essas são questões que servem para introduzir a *Condição 2* que reza “uma razão primária para uma ação é a sua causa”⁴³. Esta condição tem sido uma das maiores dificuldades em se aceitar racionalizações como explicações causais, pois a causalidade geralmente é buscada em níveis distintos da razão primária. Dizer “níveis distintos” é dizer que o evento é explicado numa descrição *d'* que não é capaz de prover a razão de o agente ter agido como agiu (DAVIDSON, 2001, p. 11-12).

⁴¹If James goes to church with the intention of pleasing his mother, then he must have some pro attitude toward pleasing his mother, but it needs more information to tell whether his reason is that he enjoys pleasing his mother, or thinks it right, his duty, or an obligation.

⁴²Esse modo de tratar as explicações foi dado por filósofos como L. Wittgenstein, quando trata dos jogos de linguagem em suas obras *O Livro azul* e *Investigações Filosóficas*.

⁴³C2. *A primary reason for an action is its cause.*

O que percebemos é que a estratégia de Davidson para defender racionalizações como explicações causais é invalidar ou tentar mitigar alguns contra-argumentos dirigidos à razão primária como causa. O primeiro contra-argumento enfrentado é o de que razões primárias não podem ser causas devido ao fato de não serem eventos, mas sim meras disposições ou estados. Ora, estados e disposições não são eventos, mas o surgimento de um estado ou disposição de fato o é. Ademais, em circunstâncias onde não estejam envolvidas razões primárias, é fácil constatar estados ou disposições indicados como causas, por exemplo: “o avião caiu na decolagem porque a temperatura do ar estava anormalmente elevada; um prato quebrou porque estava rachado”. Mas, quanto a isso, poder-se-ia objetar dizendo que “A menção de uma condição causal para um evento fornece uma causa apenas sob a suposição de que houve também um evento precedente”. Ou seja, permanece a pergunta “qual o evento precedente que causa uma ação?” (DAVIDSON, 2001, p. 12).

O erro de quem sustenta objeções como essa (que pró-attitudes e crenças não são eventos) decorre da petição de que um evento mental seja observado tal qual um evento físico. Embora não seja algo observável, há um evento mental em ações intencionais, pois em algum momento o agente teve “propósitos mais ou menos fixos, padrões, desejos e costumes que dão direção e forma ao empreendimento como um todo” (DAVIDSON, 2001, p. 12-13).

Outra objeção contra a descrição de razões como causas advém da distinção existente entre a causa e seu efeito (dois eventos distintos) que, no caso de racionalizações, isso não procede, por haver apenas redescrições de um mesmo evento. Davidson diz que “descrever um evento em termos da sua causa não é confundir o evento com sua causa, tampouco a explicação por redescrição exclui a explicação causal” (DAVIDSON, 2001, p. 14). Retomando o exemplo de eu acender a luz. Alguém poderia dizer que a luz foi acessa por que eu apertei o interruptor. Porém, a minha razão para ligar o interruptor foi que eu quis acender a luz – o que possibilita a racionalização de minha ação. Ou seja, dizer que alguém “quis acender a luz” significa dizer “ele realizaria qualquer ação que concretizasse o seu fim”; resultando que sua razão primária implicou o ligar o interruptor (DAVIDSON, 2001, p. 14).

Talvez se possa discordar da proposta davidsoniana de igualar racionalizações com algum tipo de causa. Alguém que acolha a crítica de David Hume,

segundo a qual a causalidade decorre de observações sucessivas de eventos, tenderia a recusar racionalizações como causas. Para essa visão, a causalidade é consequência do hábito, fruto de repetidas observações de eventos semelhantes, gerando uma falsa impressão de condição necessária (se um evento A, então um evento B). De tal “condição necessária”, concluiríamos que haveria uma lei no mundo físico: toda vez que ocorrer eventos semelhantes a A, ocorrerá, necessariamente, eventos semelhantes a B.

No caso de ações humanas, Hart e Honoré⁴⁴ tentam rechaçar a causalidade humana para ações humanas, pelo fato de que “dizer que uma pessoa fez algo porque, por exemplo, alguém a ameaçou, não traz qualquer implicação ou asserção implícita de que, se as circunstâncias fossem repetidas, a mesma ação se seguiria”. Para esses autores, leis (no sentido entendido por Hume) podem estar envolvidas em explicações causais comuns, porém não em racionalizações (DAVIDSON, 2001, p. 15).

Por acreditar que racionalizações são explicações causais, Davidson (2001, p. 16) sugere que existe algum tipo de generalização envolvida nesse tipo de explicação, de modo a possibilitar um tipo de previsão e normatividade do raciocínio valorativo. Sabe-se que generalizações ligando razões e ações não são leis propriamente ditas, confiáveis e que permitam previsões precisas. Contudo, “qualquer teoria séria para prever ações com base em razões tem de encontrar um modo de avaliar a força relativa de vários desejos e crenças na matriz de decisão” – e a construção de tal teoria é a empresa de Davidson. Ora, “o desconhecimento de leis preditivas fortes não inibe uma explicação causal válida, caso contrário, poucas explicações causais poder-se-iam fazer” (DAVIDSON, 2001, p. 16-17).

Realmente, parece fácil constatar que uma pedra quebrou uma janela. Não obstante, por ser um evento complexo e envolver um elevado número de leis e de condições circunstanciais, a previsão de quais pancadas P^s seriam adequadas para quebrar janelas não é tão simples. Podem-se fazer generalizações como “janelas são frágeis, e coisas frágeis tendem a quebrar, quando atingidas com força suficiente”, contudo, isso não se assemelha a uma lei preditiva.

⁴⁴ A citação desses autores fora feita por Davidson. Segue referência completa: Hart, H. L. A., and Honoré, A. M., *Causation in the Law*. Clarendon Press, Oxford (1959).

O tipo de lei que Davidson quer defender aqui é uma lei causal instanciada por algumas descrições da ação intencional⁴⁵. Assim, as leis envolvidas nas explicações racionais são reveladas conforme a descrição proposta da ação. Não obstante, deve-se levar em consideração que:

Se as causas de uma classe de eventos (as ações) calham em outra certa classe (as razões) e há uma lei para apoiar cada afirmação causal singular, não se segue que há uma lei ligando eventos classificados como razões a eventos classificados como ações — as classificações podem até ser neurológicas, químicas ou físicas⁴⁶.

A crítica de Swinburne de que racionalizações são um tipo de explicação científica afirmaria, então, que condições corpóreas (*Y*) e ambientes (*Z*) perfazem uma descrição apropriada que possibilita referência a leis. Nesse sentido, explicações pessoais seriam reduzidas a explicações científicas. No entanto, quando avançamos na leitura de Davidson, sua descrição da racionalização como explicação de ações intencionais não parece reducionista, tal qual proposto por Swinburne.

Em favor de suas racionalizações, em seu artigo *Mental Events*, Davidson (2001, p. 208-2015) afirma que eventos mentais não se submetem a leis físicas, embora eles tenham um papel causal no mundo. Em vista disso, ele procurará conciliar a causação dos eventos mentais com a sua não submissão a leis físicas através da teoria da *anomalia*. Assim, diante de uma ação intencional, as circunstâncias e termos envolvidos são o princípio da interação causal [entre eventos mentais e eventos físicos], o princípio do caráter nomológico da causalidade (i.e., existência de uma lei na relação entre dois eventos) e o princípio da anomalia do mental (não existem leis rigorosas para os eventos mentais). Ora, as leis aqui citadas são leis físicas, refutando-se a existência de leis mentais, pois explicações psicológicas são explicações holísticas (dependem de uma interpretação). Dessa forma, se há alguma alteração no plano mental, então decorre uma alteração no físico.

Por outro lado, Davidson dirá que nenhum predicado físico tem, em princípio, a mesma extensão (referencial) de um predicado mental. A conciliação entre

⁴⁵Dizer que “A causou B” implica a existência de uma lei causal instanciada por algumas descrições verdadeiras de A e B (DAVIDSON, 2001, p. 16).

⁴⁶If the causes of a class of events (actions) fall in a certain class (reasons) and there is a law to back each singular causal statement, it does not follow that there is any law connecting events classified as reasons with events classified as actions—the classifications may even be neurological, chemical, or physical (DAVIDSON, 2001, p. 17).

os três princípios acima segue em razão de a causalidade ser tomada como relação entre eventos individuais; e que leis – entendidas como entidades linguísticas – permitem-nos conciliá-las com os eventos, sob uma descrição específica (descrição física).

Em consonância a essa postura, em *The Material Mind*, ele itera a irreduzibilidade de eventos mentais a eventos físicos, mostrando a insuficiência dos recursos da física em dar conta de predicados psicológicos e argumentando que, mesmo supondo o conhecimento de todas as propriedades físicas de um ser humano, é impossível, com recursos da Física, explicar a questão de se o ser humano tem ou não uma alma, por exemplo (DAVIDSON, 2001, p. 245-254).

Assim, a conclusão a que Davidson nos conduz é a de que eventos mentais dependem de eventos físicos, no sentido de que atos psicológicos são dependentes do cérebro humano. No entanto, eventos mentais não são reduzidos a eventos físicos, apenas podem ser tomados sob uma descrição física. Portanto, dizer que a descrição de Davidson é reducionista, i.e., a redução de explicações da ação humana a explicações físicas (ou nos termos de Swinburne, explicação pessoal reduzida à explicação científica) é forte demais e não figura a correta abordagem do pensamento davidsoniano com respeito a esse tema.

2.4.3 A ação intencional em Von Wright⁴⁷

Segundo Georg H. Von Wright (1991), antes de avaliar quais os critérios envolvidos numa ação, é necessário *compreendê-la*. Uma explicação por compreensão seria aceitável caso satisfizesse três condições específicas. A primeira condição seria a de que a explicação deva poder estar de acordo sobre o que o agente fez. Em segundo lugar, tal explicação deve determinar as *razões* do agente para realizar essa ação. Por último, ela deve determinar quais foram as razões – além das duas condições anteriores – que levaram o agente *efetivamente* a agir. Para Von Wright, nenhuma dessas razões, por si só, garante a explicação satisfatoriamente, pois a ação, as razões da ação e a relação entre ação e razões formam um terno mutuamente interligado, sem o qual é impossível estabelecer distinções conceituais claras entre os elementos de uma ação.

⁴⁷ Por termos utilizado de texto disponibilizado em página da internet, não foi possível determinar a paginação.

A primeira questão que se impõe é sobre o que é uma razão de uma ação. Segundo Von Wright, uma razão de uma ação seria uma reação adequada do agente frente ao evento. Ou seja, se a razão de uma ação é uma resposta a uma *questão por que*, então esta reação adequada à ação deveria ser uma *resposta correta* àquela pergunta. Nesse sentido, as razões de uma ação seriam algo que interpela o agente a partir do exterior. Não obstante, as razões têm sua motivação externamente, mas também internamente, as quais não interpelam o agente a partir do exterior, mas surgem de alguma forma do interior, quando procuramos evitar algo que detestamos ou tentamos escapar a uma ameaça, por exemplo. Von Wright descreve dois componentes inerentes às razões internas, a saber: cognitivo e volitivo. O volitivo corresponde à intenção ou à vontade do agente de realizar alguma coisa, enquanto que o cognitivo refere-se à crença (seja esta correta ou não) de que uma certa ação é útil ou necessária para realizar um determinado fim.

O que Von Wright está preocupado é com o fato de que, para termos uma explicação de uma ação, devemos levar em conta uma miríade de razões externas e internas, que podem co-determinar uma ação, de modo a envolver uma motivação bastante complexa. Se uma explicação da ação deve mencionar todas essas razões, então não parece óbvio ser possível dizer que uma ação fora realizada por uma razão r_1 determinada: a ação não tem uma, mas diversas razões. Se se aceita isso, em um comportamento puro, comportamento que envolve somente atos físicos, lançar mão apenas dos elementos físico-comportamentais nunca seria suficiente para caracterizar uma ação efetiva. Von Wright sublinha que é muito importante compreender, a fim de determinar o que o agente fez, ou seja, é preciso saber o que leva um agente a ter intenções de um certo tipo em certas circunstâncias, em vez de outras.

Na verdade, o que se parece ressaltar em Von Wright é o fato de que a simples identificação de um comportamento x resultante de uma ação A é, podemos dizer, uma “explicação rudimentar”, haja vista que normalmente atribuímos razões ao agente, isso com base na avaliação de ações anteriores que vimos ser realizadas pelo mesmo agente ou que lhe atribuímos por quaisquer outras razões; uma espécie de conhecimento prévio ou tácito, já esperado. Ou seja, na avaliação de uma única ação de um determinado agente, já tomamos implicitamente um conhecimento de fundo relacionado ao mesmo agente (ou à situação similar), a fim de tirar as conclusões a respeito da ação. Nesse sentido é que Von Wright argumenta que há uma

interdependência entre a atribuição de uma dada ação a uma pessoa e a atribuição a essa pessoa de determinadas razões para uma ação deste tipo.

2.4.4 Conhecimento pessoal

Se é possível falarmos de uma explicação pessoal para um evento *E*, a questão “que tipo de conhecimento está envolvido em uma explicação pessoal?” permanece aberta. Esta seção é dedicada à abordagem do conceito forjado por Michael Polanyi (1962) de conhecimento pessoal, onde se faz presente o que ele denomina de conhecimento tácito. A importância desse conceito se deve ao fato de mitigar a exclusividade do conhecimento científico (a chamada objetividade científica), o que implicou, conseqüentemente, no questionamento e reforma da Teoria da Ciência⁴⁸.

Não parece razoável falarmos de explicação pessoal para conhecimento tipicamente científico, embora isso não seja impossível, pois que há possibilidade de duas ou mais explicações para um mesmo fenômeno. Não obstante, deve haver explicação pessoal para fenômenos não analisáveis em termos científicos. Polanyi (2010, p. 18), em *Personal Knowledge: Towards a Post-Critical Philosophy* (1962), buscou argumentar em favor de um tipo de conhecimento que abrangesse tanto o conhecimento prático como o conhecimento teórico. Ele propunha uma epistemologia que abdicasse do ideal de objetividade científica, na sua forma rigorosa. Se não há, a rigor, uma objetividade científica, abre-se espaço para a proposição de uma epistemologia mais abrangente que leve em conta um tipo de conhecimento pessoal, o qual entendemos ser construído com base na confiança em crenças e intenções da pessoa.

Partindo da Psicologia da *Gestalt* e da Fenomenologia, Polanyi (1962, p. 1-6) argumenta que no próprio ato de perceber um fenômeno já está envolvido um contexto mais amplo objetiva, subjetiva e socialmente. É nesse sentido que ele fala sobre um conhecimento tácito. Para ele, conhecer é “ato de uma pessoa” de dar significado a algo. Em outros termos, todo conhecimento pressupõe um viés pessoal, o qual envolve conhecimento tácito dotado de uma intenção universal. Por conhecimento tácito, entende-se um tipo de conhecimento pré-conceitual, ou seja, conhecimento “experenciado” que envolve as crenças e intenções de uma pessoa. Um cirurgião

⁴⁸ Polanyi parece ser um grande inspirador das ideias de Thomas Kuhn (1962). Cf. Abrantes (1998).

experiente, por exemplo, utiliza-se de sua experiência passada (imagem mental) quando do momento da operação cirúrgica, ou seja, ao cirurgião pressupõe-se uma competência ou habilidade para operar, a qual é decorrência direta da confiança em suas crenças e intenções.

Esse tipo de conhecimento não pode ser expresso em termos teórico-científicos, como no “andar de bicicleta”, uma habilidade/competência que alguém tem, mas que muitas vezes ela não consegue explicar em termos objetivos como isso lhe ocorre. Para Polanyi (1962, p. 316), o conhecimento é essencialmente universal: nem puramente objetivo (haja vista os fatos serem interpretáveis), tampouco puramente subjetivo (haja vista aquilo que ele denomina de intenção universal). Nesse sentido, o conhecimento pessoal envolve um compromisso (*commitment*), enquanto que meros estados subjetivos apoiam (*endure*) tão somente nossos sentimentos.

Para melhor entendermos isso, é mister saber como Polanyi constrói essa ideia de conhecimento tácito. A estrutura básica do conhecimento tácito envolve dois termos que se relacionam funcionalmente (*from-to*), de modo que “só conhecemos o primeiro termo confiando na nossa consciência dele para atender ao segundo”. O ato de conhecer tacitamente ocorre a partir do primeiro termo para o segundo termo (*from-to*). Ao primeiro termo, Polanyi denomina de *proximal* e ao segundo de *distal*, utilizando-se de uma linguagem típica da anatomia. A relação entre esses dois termos denomina-se de *estrutura funcional do conhecimento tácito*, a qual reza que, no ato de conhecer, conhecemos uma parte não claramente (*proximal*) em função de estarmos atentos a outra parte (*distal*) (POLANYI, 2010, p. 20-22).

Na perspectiva da pessoa, a componente mais importante é a distal, pois é aquilo no qual a pessoa está focada – sendo o conhecimento proximal apenas subsidiário para o entendimento, de modo que alguns elementos podem ser clara e diretamente percebidos, enquanto outros apenas parcialmente – indicando haver uma relação funcional do proximal para com o focal.

Por outro lado, no exercício de uma competência ou habilidade, tomamos consciência do proximal (consciência dos seus diversos movimentos musculares, por exemplo) quando do desempenho de uma atividade para o qual a nossa atenção está dirigida (distal) funcionalmente. Resumidamente, tomamos consciência do proximal

quando diante do distal. A essa forma de avaliar este “estar consciente”, Polanyi (2010, p. 23) chamará de *estrutura fenomenal do conhecimento tácito*.

Além dessas duas estruturas (funcional e fenomenal) do conhecimento tácito, Polanyi aborda uma terceira estrutura (*estrutura semântica*), a qual é figurada como uma relação das estruturas fenomenal e funcional. Essa estrutura diz que o termo distal é o conhecimento significativo (semântico), ao qual nossa atenção está voltada, sendo que o termo proximal refere-se aos elementos particulares que veiculam o conteúdo informacional. Dessas três estruturas, diz Polanyi (2010, p. 23-26) ser possível deduzir uma quarta (*estrutura ontológica*) a qual dá conta da compreensão da entidade como um *concretum*, por meio da articulação entre os dois termos proximal e distal.

Outro conceito que Polanyi (1962, p. 6) utiliza, e que nos interessa particularmente, é o que ele chama de “intenção universal”, cujo significado refere-se a um método avaliativo do conhecimento, o qual deve ter caráter objetivo. Isto é, qualquer pessoa dotada de um aparato cognitivo e estruturas adequadas será capaz de chegar às mesmas conclusões a respeito de um experimento científico específico, por exemplo⁴⁹. É nesse sentido que se diz haver uma intenção universal, um método de previsão de certos fenômenos ou consequências, se se parte de premissas similares. Isso ocorre por que parece natural pressupor que o contato das pessoas com a realidade é fiduciário, no sentido de não haver garantias de se chegar às mesmas conclusões universalmente; existindo apenas uma expectativa que emerge de uma capacidade em comum. Portanto, falar sobre verdade ou conhecimento de algo depende, de certo modo, da pressuposição da “intenção universal”.

Uma epistemologia do tipo polanyiana poderia apoiar o dualismo de explicação de Swinburne, por não restringir o conhecimento da realidade ao conhecimento objetivo (conhecimento dos fenômenos e das leis naturais). Isso é semelhante ao que aparece em Swinburne, quando ele justifica a necessidade de se considerar termos como explicação pessoal, mente, alma, dentre outros, a fim de abranger o que ele chama de história completa do mundo.

⁴⁹Há que se notar aqui uma pressuposição realista com respeito aos fenômenos e à causalidade na natureza.

2.4.5 Explicação pessoal e níveis de explicação

Esta seção aborda um trabalho realizado por Sam Wilkinson (2014), o qual permite robustecer o argumento de Swinburne em considerar a explicação pessoal como um nível de explicação dentre outros. Wilkinson inicia com uma abordagem sobre a natureza da explicação de um modo geral, a qual é apresentada em duas grandes questões: I) Que tipo de coisas são os *relata* na explicação (quando, por exemplo, dizemos que x explica y)? O que são *explanans* e *explananda*? e II) O que efetivamente de x explica y ? Para dar cabo às questões acima, com base em Faye (2007), Wilkinson distingue três tipos (ou visões) de explicações: lógico-formal, ontológica e pragmática.

Segundo Wilkinson (2014, p. 1-2), a primeira visão (lógico-formal) inclui não somente o modelo de cobertura de leis Hempeliano, mas também as descrições de Salmon (1999), Friedman (1974) e Kitcher (2004). Para ele, todos esses modelos têm características particulares que levam à conclusão de que explicações científicas se diferenciam de explicações ordinárias (explicações estas que nunca, ou raramente, lançam mão de proposições lógicas). Nesse sentido, explicações ordinárias ou do senso comum não capturam o uso próprio do termo explicação tal qual usado pelos cientistas quando diante de um objeto de estudo. A verdade é que o sentido de “explicar”, na visão lógico-formal, sugere como um fenômeno *deve ser* explicado (simetria com um modelo ideal), em vez de como ele, de fato, ocorre. Esse tipo de explicação lógico-formal responderia às questões I e II com a apresentação de novas proposições, pois que a validade de certas proposições é tirada de outras proposições, por argumento dedutivo, por exemplo. Outra observação que Wilkinson faz da explicação lógico-formal é que este tipo de explicação não é necessariamente um criticismo da realidade do mundo.

Em oposição, a visão ontológica negará que explicações resumem-se a relações lógicas entre proposições. Assim, o conceito de explicação envolve coisas concretas (objetos, estados de coisas, eventos), as quais explicam outras coisas, por meio de relações causais. É desse modo que a visão ontológica responderia às questões I e II. Segundo Wilkinson (2014, p. 2), dentre os autores vinculados a essa visão estariam Woodward (2003) e Davidson (1970), os quais valorizam a seleção de certas causas para explicar certos fenômenos. Contudo, embora essa visão esteja próxima à pragmática, ela mantém uma vinculação forte com a causalidade física e pouca relevância aos aspectos contextuais.

Para a última visão, a pragmática, uma explicação é tida como boa quando responde a uma questão, em que os *relata* dessa explicação não são fatos, tampouco são proposições; mas sim “atos de fala” que dependem de fatores contextuais, dentre os quais o mais relevante é o outro (*demandar*) ao qual a explicação foi oferecida e que o satisfaz. Wilkinson vislumbra algumas variantes da explicação pragmática, como em Van Fraassen (1980), Achinstein (1983) e Faye (2007). Essa visão responderia às questões I e II afirmando que explicações são atos de fala, que explicam em virtude de satisfazer uma demanda explicativa (interesse por) de alguém sobre alguma coisa. Wilkinson destaca o fato de que uma boa explicação deve levar em conta quais questões são interessantes para determinados fatos, ou seja, não são quaisquer questões que proporcionam boas explicações/respostas. Para ele, a visão pragmática permite direcionar e selecionar questões corretas para explicações que satisfaçam adequadamente às *questões por que* (WILKINSON, 2014, p. 2-3).

Dado o aporte dessas considerações prévias, quando falamos de níveis de explicação, estamos analisando o nível de interesse explicativo (*explanatory concerns*) em questão, acomodando a explicação adequadamente em relação às propriedades selecionadas, conforme a demanda. Parece que Wilkinson (2014, p. 3) relaciona nível de explicação com funcionalidade, no sentido de que, a depender da função a que presta tal explicação/qual interesse em jogo, a explicação é alocada em um nível mais alto ou mais baixo. Desse modo, se estamos pressupondo uma variedade de níveis, nada impede de alguns teóricos reservarem um destes níveis, o nível pessoal, como objeto de estudo. Wilkinson (2014, p. 3) considera que Dennett (1981) seria um destes teóricos que, ao estabelecer uma postura intencional (*intentional stance*), onde propriedades intencionais são implementadas em diferentes estados físicos, está ajudando a construir e afirmar um nível *sui generis* para as explicações pessoais. Essa forma de ver as explicações parece compatível com a Tese da Múltipla Realização⁵⁰.

A múltipla realização do mental (MRM) afirma que um determinado estado mental E_{p1} não está intrinsecamente vinculado a um (ou mais) específico estado físico-químico F_{pn} , em que a ocorrência de F causa a ocorrência de E (onde “ p ” é uma pessoa ou um sistema qualquer). Em outras palavras, os estados mentais podem ser realizados

⁵⁰ Para uma introdução no assunto, conferir o artigo *multiple realizability*, de John Bickle, em *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. [<http://plato.stanford.edu/entries/multiple-realizability/>, consultado em 10/12/2014].

por variados estados físicos, ou seja, os estados mentais são multiplamente realizáveis. O interessante em MRM é que estados mentais possam ser exemplificados (instanciados) em diversos seres, mesmo se estes forem dotados de constituições biológicas distintas ou mesmo sendo seres não biológicos. Isso nos afasta da identificação de estados mentais com estados cerebrais, onde os primeiros seriam, na verdade, estados funcionais do organismo.

Nesse sentido, a MRM seria uma alternativa à Tese da Identidade de Tipos (IT) (teoria tipo-tipo), para a qual todo estado mental E_{P_n} (ou acontecimento, propriedades, processos, etc.) de um mesmo tipo é identificado com um único estado físico-químico F_{P_n} (ou acontecimento, propriedades, processos, etc.) de um mesmo tipo. Ora, o argumento da IT parece tirar de uma condição de suficiência uma condição de necessidade, pois reza que: se uma certa propriedade física F_{P_n} é suficiente para a ocorrência (exemplificação) de uma certa propriedade mental M , então é necessário que todo sistema “ P_n ” que tenha M tenha F . Contudo, descobertas em neuro-anatomia e psicologia têm mostrado que esse argumento não é razoável (Bickle, 2013).

No que tange às *questões por que* (frequentemente em abordagens pragmáticas), a pergunta “por que x ?” parece ambígua em si mesma, no mínimo em dois sentidos: se estamos perguntando 1) sobre quais as causas que levaram à ocorrência de x ou 2) sobre quais as razões para a ocorrência de x . Quando se pergunta sobre as causas, estamos diante de uma explicação do tipo causal ou mecânica. Quando se quer saber o “por quê?”, estamos falando de explicações racionais. Uma explicação pessoal é uma explicação racional do tipo “por que x ?”. Mas, não poderia a explicação pessoal ser um tipo de explicação causal? “Nós sabemos que certas crenças e desejos, em certos contextos, provocam certas ações. Isso parece ser causal”, especialmente quando se considera uma teoria contrafactual da causalidade⁵¹. Contudo, deve-se esclarecer que, embora razões possam ser tidas como causas (meu desejo causou minha ação), não significa que explicações racionais sejam sempre explicações causais (WILKINSON, 2014, p. 4-5).

A importância dessa distinção é devida ao fato de que, *em uma explicação pessoal, devemos entender por “pessoa” um agente racional, e não um sistema causal.*

⁵¹ A causa B se, e somente se, ausente A, B não poderá fazer-se presente.

A citação entre aspas no texto é uma citação feita por Wilkinson referente a Davidson.

Assim, uma explicação pessoal está vinculada à inteligibilidade da ação, isto é, o comportamento de uma pessoa deve ser razoável, plausível ou inteligível para os agentes envolvidos – enquanto que uma explicação causal ou mecânica está ligada à previsibilidade (predição) do evento (WILKINSON, 2014, p. 5). Isso nos parece semelhante à proposta de Swinburne, no sentido de que uma explicação pessoal explicaria quais crenças, desejos e suscetibilidades estão presentes no comportamento de um indivíduo, o que nos permitiria entendê-lo e avaliá-lo como uma pessoa.

Na comparação entre explicações pessoais e explicações subpessoais (explicações mecânico-causais), percebe-se que elas não competem entre si da mesma maneira que competem em seus âmbitos, respectivamente. Quando se está contrapondo uma explicação pessoal com uma explicação subpessoal, está-se comparando respostas para diferentes tipos de questões. Assim, a competição entre esses tipos de explicações ocorre em um nível acima (nível referente à pergunta “qual o tipo de *questão por que é melhor?*”), e não no nível das explicações. Nesse sentido, explicações pessoais e subpessoais diretamente não competem entre si (tal como uma explicação pessoal compete com outra). Portanto, o ato de se perguntar uma questão já é um posicionar-se acerca de algo, isto é, em que sentido eu dirijo a questão (WILKINSON, 2014, p. 5).

Outro fato destacado por Wilkinson (2014, p. 6) é a diferença entre os vocabulários das explicações pessoal e subpessoal. Para um paciente *P* diagnosticado com Síndrome de Capgras (ilusão dos sócios)⁵² podemos fornecer os dois tipos de explicações. Quando se responde à pergunta “por que (como ocorreu) este cérebro sofreu dano em suas funções cognitivas normais?”, podemos responder utilizando-nos do vocabulário da neurociência e da medicina. Tal resposta configura uma explicação causal-mecanicista (subpessoal).

Por outro lado, nós poderíamos querer saber “por que *P* acredita que *Q* é *R*?”. A esse tipo de pergunta se está solicitando uma explicação pessoal, e por isso somente com o vocabulário da explicação subpessoal não se responde adequadamente à questão. Contudo, isso não significa que uma explicação subpessoal seja inconciliável com uma explicação pessoal.

⁵² A Síndrome de Capgras tem como principal característica clínica o fato de que o paciente *P* passa a acreditar que um familiar próximo *Q* torna-se um impostor *R*, um duplo, a despeito do reconhecimento de sua familiaridade na aparência e na conduta. Para uma introdução básica, Cf. sítio: <http://www.polbr.med.br/ano04/artigo0704.php>.

Particularmente, há dois tipos de contribuição que uma explicação subpessoal pode dar a uma pessoal. A primeira, diz Wilkinson (2014, p. 1-2), dá-nos “uma ideia da natureza dos fundamentos que um sujeito pode ter (e.g., suas experiências e emoções que ele tem) e como é que ele as tem ou como veio a ter estas experiências e emoções, e não outras”. Ou seja, uma explicação subpessoal pode nos ajudar a entender como a pessoa está experienciando tal sentimento/emoção, podendo, assim, ser tomada como o início de uma explicação pessoal.

A segunda contribuição vem em favor de se afastar “explicações *just-so histories*”, pois pode haver explicações pessoais infundadas, conforme a crença ou comportamento invocado. Nesse sentido, explicações subpessoais poderiam auxiliar na correta caracterização da explicação pessoal.

Wilkinson irá sustentar essa distinção e contribuição entre esses dois tipos de explicação apoiando-se na *Psicopatologia Geral* de Karl Jaspers (1963), onde se estabelecem dois projetos para se entender uma ilusão: o projeto da compreensão do sujeito e o projeto da representação psicopatológica do fenômeno em questão. Ao primeiro, Wilkinson identifica com a explicação pessoal e ao segundo com a subpessoal. Estabelecendo uma analogia entre Jaspers e Maher (1974), Wilkinson (2014, p. 6) verifica que uma crença é mantida em razão dos indícios que a sustentam (a crença é mantida diante de indícios fortes e rechaçada diante de indícios fracos).

Isso leva-nos à distinção das explicações pessoais e subpessoais, onde as primeiras explicam as razões de x (os indícios de x) e as últimas explicam x propriamente – é por esse motivo que se pode explicar por que alguns pacientes têm certas ilusões enquanto outros têm outras.

2.5 Dois casos de explicação pessoal

É plausível afirmar que, independente do tipo de explicação que se ofereça, uma explicação plena (*full explanation*) goza de melhor poder explicativo do que uma explicação parcial. Uma explicação plena de um evento E abrangeria toda a explicação da ocorrência do evento E , de modo que nada seu fique inexplicado. Da explicação que não seja plena, denominada de explicação parcial, temos como exemplo as explicações

probabilísticas⁵³. Swinburne (2004, p. 25-26) diz que o contexto ajuda-nos a decidir qual modo de explicação (plena ou parcial) está sendo usado.

No que tange à explicação pessoal, existem dois casos possíveis: um central e outro periférico. No caso central, há explicação pessoal quando um agente racional *P* provoca um evento *E* intencionalmente; ou seja, *P* (quando agindo) tem como objetivo chegar a *E*. Esses casos (central e periférico) podem envolver tanto uma ação intencional do tipo básica, como uma ação intencional mediada (SWINBURNE, 2004, p. 37).

No caso central – considerando uma ação intencional – o agente racional *P*, sua intenção *J* e seus poderes básicos *X* dão uma explicação plena de *E*. Ora, se a ação é básica, isso significa que *P* funciona como causa *C* (o “o quê”) de *E*; e *J* e *X* funcionam como o “por quê?” da eficácia de *C*⁵⁴. Nesse tipo de ação, diz Swinburne ser suficiente indicarmos *J*, diante da ocorrência de *E*, para vermos que a ocorrência deste evento está dentre as coisas (poderes básicos *X*) que o agente *P* é capaz de realizar voluntariamente. Alguém poderia pedir a regressão nas explicações ou causas (por exemplo, tentar procurar a intenção da intenção ou a causa da causa, infinitamente)⁵⁵; no entanto, as componentes *P*, *J* e *X* já se mostram suficientes para a explicação plena de *E*. (SWINBURNE, 2004, p. 38).

O caso periférico seria quando *P* chega a *E*, mas não intencionalmente; ou seja, o agente quis intencionalmente provocar *E*₁, mas teve um efeito *E*₂, por conseguinte. Ou seja, toda ação de *P* que, por outras razões, ocorreu conjuntamente com uma ação intencional – por exemplo, “ao levantar-me posso, não intencionalmente, derrubar uma caneca [que estava próxima a mim]” – é tomada como caso periférico. Swinburne não entra em detalhes sobre o caso periférico de explicação pessoal, pois diz ser a explicação plena o objeto de seu estudo (SWINBURNE, 2004, p. 38).

Independente do caso (central ou periférico), explicações pessoais são um tipo de explicação diferente de explicações científicas. Swinburne sustentará essa tese

⁵³ Swinburne coloca outra diferenciação entre as explicações de modo geral. Elas podem ser “explicações verdadeiras” ou simplesmente “explicações sugeridas”. Quando aqui falarmos de explicação, estaremos nos referindo a explicações verdadeiras e plenas – salvo indicação contrária.

⁵⁴ No caso de ações mediadas, outros fatores são acrescentados.

⁵⁵ Parece que regredir na explicação ou causa mostra-se mais como uma mudança de nível de explicação do que uma nova explicação mais plena. Uma mudança de nível da explicação nem sempre explica melhor (pode ser que o novo nível seja mais abstrato, lançando mão de maior rigor matemático; o que dificultaria a explicação de certos fenômenos). Cf. ABRANTES, 2013a.

com base na avaliação da estrutura da explicação científica e sobre a possibilidade de se reduzir a explicação pessoal à explicação científica. Para tal empresa, ele fará uma crítica ao ponto de vista de Donald Davidson com respeito a seu monismo anômalo.

2.6 Duas explicações para um único fenômeno

Há exclusividade nas explicações quanto a eventos? Caso tenhamos uma explicação pessoal de um fenômeno, isso exclui a possibilidade de se ter uma explicação científica para este mesmo fenômeno (ou vice-versa)? Swinburne está acorde com a possibilidade de haver mais de uma explicação para um mesmo fenômeno⁵⁶. Basicamente, temos três possíveis casos fundamentais de múltiplas explicações aplicadas a um único fenômeno.

O primeiro caso trata de explicações parciais e distintas para um evento *E*. Nesse caso, as explicações podem se combinar a fim de proporcionar uma explicação mais completa para *E*. No segundo, poderíamos ter duas explicações plenas e diferentes para um único evento *E*. Ora, as explicações poderiam ser combinadas desde que as causas (“o quê”) e as razões (“o por quê?”) citadas de uma sejam ao menos explicadas em parte pelas causas e razões citadas na outra explicação. O último caso pressupõe duas explicações plenas e distintas referentes a um único fenômeno *E*, em que, contrariamente ao segundo caso, nenhuma delas explica a ocorrência ou operação das causas e razões envolvidas na outra. Neste caso, cada qual explicaria o fenômeno *E* de forma independente, ou seja, deveríamos supor não haver qualquer influência entre os níveis de explicação.

2.7 Como justificar uma explicação pessoal

Os mesmos critérios usados na justificação bayesiana da explicação científica podem ser empregados na explicação pessoal. Assim, probabilidade prévia de *h* (explicação pessoal) e poder explicativo valem para avaliar a probabilidade de confirmação da explicação.

⁵⁶ A explicação pessoal e a explicação científica são os únicos tipos de explicação para Swinburne. Em nota de rodapé, Swinburne indica três autores (J. Leslie, D. Parfit, H. Rice,) que sugerem um outro tipo de explicação que se baseia em um princípio axiárquico, o qual possibilita a ocorrência de coisas boas a partir do nada (SWINBURNE, 2004, p. 46-47).

Para realizar tal empresa, Swinburne fala-nos primeiramente do *princípio da caridade (PC)*, o qual permite, de certo modo, que façamos uma espécie de previsão apartir dos poderes, intenções e crenças próprias de um agente P_1 para um agente P_2 . (*PC*) seria uma componente necessária para se ler mentes (*mind reading*) de outros; uma forma de previsibilidade de eventos mentais de outrem, com base em eventos mentais meus. Assim, é suposto que os outros seres humanos terão as mesmas sensações visuais que temos diante de uma situação s ; os quais terão as mesmas crenças (*e.g.*, a crença de estar diante de s) e que terão os mesmos poderes que os nossos (poderes de mover braços, pernas, olhos, etc.). O princípio da caridade induz-nos a construir uma imagem da pessoa de tal forma que nos leva a esperar (e prever, de certo modo) o comportamento que encontramos (SWINBURNE, 2004, p. 62-63).

Outro princípio que lançamos mão para justificar explicações é o *princípio da simplicidade (PS)*. Swinburne dirá que, na verdade, o princípio da simplicidade é mais abrangente que o princípio da caridade. Ou seja, (*PC*) é apenas uma aplicação de (*PS*), pois supor que P_2 tenha intenções, poderes e modos de constituir crenças semelhantes a P_1 (*ceteris paribus*), significa supor algo mais simples do que caso essas características fossem distintas entre eles.

Desse modo, Swinburne (2004, p. 62-66) diz que os critérios contumazes para uma hipótese de explicação pessoal serão: 1) quanto à avaliação da probabilidade prévia: adequação ao conhecimento de fundo; avaliação da simplicidade (postular poucas intenções constantes, poucas propriedades, modos simples de obter crenças, poderes não mutáveis e leis simples); baixo escopo da explicação e 2) quanto à avaliação da probabilidade posterior, em vista dos indícios empíricos: avaliação do poder explicativo, *i.e.*, a previsibilidade de fenômeno observável dotado de fortes indícios a seu favor. Mas, segundo ele, poderíamos sintetizar esses critérios em apenas dois: a avaliação da probabilidade prévia e o poder explicativo, pois, no primeiro, tanto a simplicidade quanto o escopo estão (ou podem estar) embutidos na concepção de conhecimento de fundo.

Adicionalmente, Swinburne retoma suas ideias em forma simbólica, utilizando-se do Teorema de Bayes do cálculo de probabilidades⁵⁷. Este teorema é

⁵⁷ A aplicação de modelos matemáticos para problemas em outras áreas do conhecimento deve ser avaliada com cautela. A questão sobre até que ponto uma abstração da explicação (no caso, o uso de

empregado em vários ramos da filosofia, como teoria da decisão, teoria da confirmação, justificação epistêmica, etc. Quanto às leis da probabilidade, quando interpretadas epistemicamente (ou seja, aplicadas a crenças) e associadas a graus de incerteza do agente, elas podem ser consideradas as bases de uma lógica da inferência indutiva – um conjunto de limites de consistência sobre as distribuições da probabilidade pessoal.

Enquanto lógica da inferência indutiva, o bayesianismo é uma teoria objetiva acerca de como inferir valores probabilísticos de valores anteriormente atribuídos. Assim, no bayesianismo, a valoração lógica aqui não é apenas verdadeiro ou falso, mas sim uma questão de grau de incerteza e diminuição de ignorância a respeito de um determinado evento. Contrariamente à descrição de K. Popper (2008), a qual afirma que teorias científicas são falseáveis, de modo que a ciência avança por meio de refutações, no bayesianismo não há refutação completa de uma teoria pela experiência, pois proposições empíricas não são absolutamente certas⁵⁸.

Na formulação de argumentos probabilísticos, convencionou-se dar a valoração 1 para uma proposição verdadeira e valoração 0 para uma proposição falsa. Quanto aos valores intermediários, $0,5$ (50%) é o ponto médio entre os dois limites extremos ($0, 1$), em que $P > 0,5$ marca os valores (crenças, etc.) prováveis e $P < 0,5$ marca os valores improváveis; onde P é o valor da probabilidade investigada. Fundamentado nessas regras, o Teorema de Bayes constitui-se de três fórmulas básicas⁵⁹, cuja mais fundamental é (2006, p. 106ss):

$$P(h/e \& k) = \frac{P(e/h \& k) P(h/k)}{P(e/k)}$$

Onde:

h é a hipótese que iremos testar, diante dos outros critérios.

e é o fenômeno (evento).

k é o conhecimento de fundo.

$P(h/e \& k)$ = probabilidade posterior de h (o valor que se quer obter).

$P(e/h \& k)$ = probabilidade do fenômeno e ocorrer, considerando h e k .

$P(e/k)$ = probabilidade prévia de e (grau de expectativa de e , dado k).

ferramentas do cálculo de probabilidade) trará mais clareza e adequação com a realidade no mundo. Sobre este assunto, consultar capítulo 12 – Modelos e Simulações, em ABRANTES (2013a).

⁵⁸ Tomando refutações como $p(h/e.k)=0$.

⁵⁹ A fórmula citada foi a abordagem bayesiana que Swinburne privilegiou para sua descrição.

$\frac{P(e/h\&k)}{P(e/k)}$ = poder explicativo de e pela hipótese h .

$P(h/k)$ = probabilidade prévia de h (este valor depende também da correspondência de h para com os indícios de k).

Uma hipótese h é aceitável não apenas pela sua capacidade de predição, mas também pelo seu grau de probabilidade frente aos indícios de e . Segundo Swinburne, o exemplo da teoria do movimento de Newton é exemplo de uma hipótese de poder preditivo baixo (à época), mas que goza de considerável aceitação (SWINBURNE, 2004, p. 70). Na prática científica atual, temos que uma teoria T é aceitável ou mais plausível na medida em que ela se sustenta frente ao conhecimento já estabelecido na comunidade científica, resistindo às objeções contrárias a T . Nessa via, o uso do Teorema de Bayes em explicações (sejam científicas ou pessoais) parece conferir uma boa base racional e objetiva para avaliação de hipóteses / teorias explicativas.

2.8 Considerações sobre o capítulo

Neste capítulo, verificamos que o conceito de explicação pessoal no formato defendido por Swinburne é possível, caso acolhamos determinados critérios estabelecidos nas seções 2.2 e 2.3. Tais critérios mostram-se razoáveis, segundo a condição requerida de provermos explicações que levem em conta aquilo que chamamos de história completa do mundo.

Posteriormente, avaliamos algumas propostas alternativas para explicação de fenômenos que envolvam comportamento intencional (seção 2.4). Quanto à proposta de Wilkinson, a explicação pessoal diferencia-se da explicação subpessoal em termos de níveis de explicação, permitindo que certos fenômenos sejam mais bem acomodados conforme o nível explicativo. Nesse sentido, um fenômeno poderia ser explicado sob a consideração do nível pessoal ou do nível subpessoal. Essa ideia foi reforçada com a justificação dada por Swinburne (seções 2.6 e 2.7), em que um único e mesmo fenômeno pode ter mais de uma explicação válida ou cogente.

Este capítulo possibilitou-nos concluir que a explicação pessoal de Swinburne goza de certa autonomia, no sentido de que o significado dado ao *explanans* (desejos, razões, intenções, etc.) pelos formatos de explicações intencionais vistos na seção 2.4 é distinto daquele defendido por Swinburne, pois em sua abordagem uma

explicação pessoal está compromissada com uma visão metafísica, onde substâncias e propriedades mentais são tidas como reais. Malgrado tal metafísica robusteça a singularidade da explicação pessoal swinburneana, veremos no próximo capítulo algumas críticas ao mentalismo e de que maneira essas críticas podem ser enfrentadas.

3. CAPÍTULO III: EXPLICAÇÃO INTENCIONAL

Este capítulo terá como objetivo comparar a explicação pessoal, apresentada no primeiro capítulo, com a explicação intencional, na tentativa de responder se a primeira pode ser sustentada mesmo perante as novas abordagens aqui descritas. Vimos nos dois capítulos precedentes que a explicação pessoal é distinta e irreduzível à explicação científica, de modo que ambos os tipos de explicações podem ser dirigidas a um único e mesmo fenômeno. Avançando em nossa proposta, verificaremos agora se tais distinção e irreduzibilidade persistem, quando comparados a um tipo de explicação mais próximo da pessoal. Para tanto, o estudo das explicações intencionais parece-nos importante e necessário para a defesa da descrição oferecida por Swinburne.

Iniciaremos então este capítulo apresentando primeiramente o conceito de sistema intencional de Daniel Dennett, mostrando uma defesa da explicação das ações humanas baseada na ideia de sistema intencional. Assim, quando perguntamos por que uma pessoa fez o que fez, e ela justifica sua ação com base em suas crenças, desejos e intenções, podemos dar uma explicação intencional válida para este fato, bastando identificar “pessoa” a “sistema intencional”.

Posteriormente, falaremos um pouco da crítica ao mentalismo conforme descrita por Lazzeri. Ele define mentalismo como uma correspondência entre termos intencionais e entidades internas ao organismo, sejam elas neurofisiológicas ou de outra natureza (alma ou processos). Disso, conclui que ou o mentalismo termina em um erro de merologia, por vincular o comportamento da pessoa a partes do organismo (mente ou alma, por exemplo) ou ele acarreta uma redundância, referindo-se a partes e ao organismo de maneira confusa. Ademais, o mentalismo cometeria outro erro ao pressupor que predicados intencionais pertencem à categoria dos predicados de ocorrência (predicados de movimentos, por exemplo). Predicados de ocorrência podem ser designados ostensivamente (têm começo, duração e fim), característica esta não compatível com predicados intencionais.

Admitindo que a proposta mentalista acarrete dificuldades insuperáveis, talvez seja possível justificar ações pessoais com base no contexto social em que a pessoa esteja inserida. Isso permitiria afastarmos do campo de pesquisa que envolva uma argumentação a favor ou contra entidades e eventos mentais. Para abordarmos essa

proposta, o artigo de Dutra (2006), o qual transita do monismo anômalo de Davidson para concluir com o behaviorismo teleológico de Rachlin, será nosso ponto de partida. Dutra procura mostrar que um contexto social pode ser tomado como causa final de um comportamento particular. Essa estratégia permite-nos tratar de comportamentos intencionais sem nos comprometermos com os termos mentalistas, rechaçando assim críticas como as acima mencionadas. Veremos, ainda, se a proposta do funcionalismo é capaz de preencher o lócus destinado à explicação de comportamentos que parecem fazer uso de eventos ou entidades mentais.

Na próxima seção, veremos como uma explicação de um comportamento intencional pode ser avaliada em conformidade com o behaviorismo teleológico. Assim, primeiramente, associam-se predicados mentais ordinários a padrões molares de comportamento, sendo estes causas finais do comportamento. Depois, questionaremos se uma explicação de um comportamento intencional pode ser investigada pela via evolutiva, ou seja, se é mais completo verificar se o comportamento intencional pode ser explicado filogeneticamente, pois, diante de um traço biológico (comportamento), sempre é possível se perguntar pelos processos evolutivos inerentes a ele. Nessa perspectiva, a proposta de Abrantes (2011) é interessante, porque naturaliza os conteúdos socioculturais, em que uma análise do comportamento intencional completa deve levar em conta a pressão seletiva exercida pela cultura em nossa psicologia. Assim, a busca pela causa de um comportamento intencional não deveria ser limitada às circunstâncias atuais envolvidas (causas próximas), mas também deveria considerar os aspectos evolutivos (causas últimas), sejam tais causas físico-ambientais ou culturais.

Por último, traremos à discussão a proposta de L. R. Baker, a qual admite uma perspectiva de primeira pessoa sem, contudo, admitir entidades imateriais. Assim, Baker defenderá a plausibilidade de explicações intencionais, sem pressupor o reducionismo nem o dualismo de substância. Diferentemente de Dennett, a descrição de Baker não é instrumentalista, mas uma abordagem metafísica.

Nossa intenção é verificar se essas abordagens inviabilizam a explicação de tipo pessoal, tal como abordamos no primeiro capítulo.

3.1 Explicação intencional

Verificaremos nesta seção a possibilidade de a explicação pessoal ser

uma espécie de explicação intencional, de modo que uma pessoa seja identificada como um sistema intencional.

Em Dennett (2006, p. 33-34), entende-se por sistema intencional “um sistema cujo comportamento pode ser – pelo menos às vezes – explicado e predito com base em atribuições a ele de crenças e desejos”. Nesse sentido, parece que termos mentais (“crenças” e “desejos”, etc.) são tidos como entidades linguísticas (meras expressões), isto é, eles seriam instrumentos apropriados para explicar e prever comportamentos de sistemas intencionais. Se isso procede – termos mentais serem apenas instrumentos úteis e eficazes em explicações – então, para explicar comportamentos de sistemas complexos, colocamos entre parênteses o juízo acerca da *natureza* dos estados mentais.

Ora, essa estratégia parece, a princípio, estar dissonante com a distinção realizada nos capítulos precedentes, isto é, *as especificidades e distinções entre estados mentais e estados físicos*, de modo que, em uma explicação pessoal, ambos os estados existam de fato, isto é, um estado mental não deve ser definido apenas sob uma estratégia metodológica. Na verdade, o que Dennett parece fazer é ignorar a questão sobre se há ou não uma distinção real entre esses estados e nos mostrar que explicações e predições intencionais cumprem seus papéis proficuamente sem ser necessário indagar a constituição física ou metafísica do objeto que se quer explicar ou prever. Sob esse viés, a descrição de Dennett seria classificada como instrumentalista⁶⁰, no que tange à explicação de comportamentos⁶¹ de sistemas complexos.

Destarte, para toda pessoa (ou coisa qualquer) tomada como um sistema, a descrição de Dennett oferece três diferentes posturas para explicar ou prever o seu comportamento: a postura de projeto, a postura física e a postura intencional. Para os propósitos deste trabalho, interessa-nos enfatizar a postura

⁶⁰ Há quem afirme a adoção, por parte de Dennett, de um telefuncionalismo, cuja tese sustenta a ideia de os conteúdos mentais dependerem do meio ambiente e de categorias biológicas como as de função (BIZARRO, 1999).

Sobre esse assunto, teríamos então muitas posições defendidas no debate em Filosofia da Mente e Psicologia, além do telefuncionalismo, como por exemplo: o eliminativismo (em que termos mentais como crenças e desejos deveriam ser eliminados das explicações em psicologia); o individualismo (onde se defende que em explicações típicas da psicologia deve-se recorrer apenas a aspectos internos do indivíduo); e o instrumentalismo (em que termos mentais são tidos como ficções úteis).

⁶¹ Neste trabalho, restringimos o termo “comportamento” a comportamento humano (etologia humana), salvo explícita menção contrária.

intencional, a fim de relacioná-la com a explicação pessoal.

Grosso modo, na postura de projeto, a explicação está diretamente relacionada com a função do sistema. Pode-se explicar o comportamento de um computador, por exemplo, referindo-se a seu programa, dado nosso conhecimento da linguagem em que foi escrito e pelo seguimento da linha de programação. Por isso, Dennett (2006, p. 35) diz que

o aspecto essencial da postura de projeto é que fazemos predições a partir do conhecimento ou das suposições sobre a constituição funcional do sistema, não importando sua constituição física ou as condições das partes internas de um objeto particular.

Já na postura física, um evento é explicado com base no estado físico da coisa particular, lançando mão do conhecimento não mais do funcionamento do sistema, mas do conhecimento das leis naturais. Assim, exemplos simples como “você tomou o choque porque colocou o dedo na tomada” e “aquele ramo se quebrou porque começou a nevar forte” são típicas explicações de quem adota a postura física. Ora, afirmou-se há pouco que o comportamento de um computador era explicado na postura de projeto; mas, não poderíamos dar uma explicação ou previsão de uma ação de um computador recorrendo-se somente à postura física, sem fazermos menção àquela outra postura? Certamente seria possível, contudo, tal tarefa seria pouco proveitosa, em razão das dificuldades de se explicar toda a estrutura e funcionamento em termos físicos, sendo que pela adoção da postura de projeto teríamos uma explicação satisfatória e bem mais simples (DENNETT, 2006, p. 35-36). Seguindo esse raciocínio, podemos então ter ações e comportamentos considerados tão complexos até mesmo para a postura de projeto, de modo que seria preciso postular uma racionalidade para o sistema, a fim de explicar seu comportamento. Nesses casos mais complexos, uma explicação em termos da postura de projeto se manifestaria inadequada e igualmente pouco proveitosa (tais quais as razões esboçadas acima). Assim, deve-se adotar, estrategicamente, outro tipo de postura: a postura intencional (DENNETT, 2006, p. 37).

3.2 A postura intencional

A postura intencional funciona muito bem quando se quer explicar ou prever comportamentos de sistemas complexos como, por exemplo, daqueles computadores avançados construídos para jogar xadrez, em que as outras duas posturas

se revelam insuficientes para os objetivos explicativos. Esses computadores são tidos como sistemas intencionais em que a pressuposição de racionalidade significa a posse de um projeto ótimo no que tange a certos *objetivos* e a determinadas *informações*, que possibilitarão ao sistema elaborar a ação mais profícua para uma situação específica (DENNETT, 2006, p. 38-39).

Esses *objetivos* e *informações* poderiam corresponder, respectivamente, a *desejos* e *crenças* – não como identificação real, mas no sentido de uma estratégia pragmática. Assim, o computador que joga xadrez continua sendo uma máquina distinta do ser humano e do animal, impossibilitando-nos, assim, de identificar a atividade de um programa com a da mente.

Não obstante, em nossas explicações e predições ordinárias é comum (e razoável) considerarmos seres humanos, animais, computadores, todos como sendo sistemas intencionais, pressupondo uma racionalidade inerente a eles, donde se sugere um padrão tal que, dada uma situação S, a partir da pressuposição de uma racionalidade R, inferimos logicamente que o sistema P se comportará de modo M. Por racionalidade em um comportamento, entendemos as ações em conformidade àqueles objetivos (desejos) e àquelas informações (crenças) citados.

Contudo, é sabido que não há, de fato, sistemas intencionais *perfeitamente racionais*, isto é, sistemas que atuam *sempre* conforme um padrão racional (seus mecanismos funcionam adequadamente, obedecem a certas regras, avaliam vantagens e desvantagens em uma dada situação, etc.). Nesse sentido, é correto dizermos que todo sistema racional pode falhar, em algum aspecto, quanto à razão ou à lógica. Visto isso, explicações e predições que seguem o padrão descrito acima devem acolher em seus respectivos bojos tanto inferências lógicas como não lógicas, sendo estas últimas verificadas mediante nossas experiências e conhecimento prático a respeito do comportamento. Ora, se essa linha de raciocínio estiver correta, na medida em que explicamos “por que uma pessoa fez o que fez” mediante a experiência e o conhecimento prático do comportamento, afastamo-nos do critério de racionalidade e, por conseguinte, parece ser cada vez mais difícil explicar e predizer comportamentos com base em crenças e desejos – haja vista estes serem tidos como critérios racionais para explicações intencionais. Esse tipo de argumentação abre a possibilidade de relacionar a postura intencional com a postura de projeto, relação esta desejada por muitos: “ser capazes de explicar a inteligência do homem ou dos

animais em termos de sua constituição, e isso, por sua vez, em termos de seleção natural de sua constituição (DENNETT, 2006, p. 41-44)”.

Isso talvez seja reflexo da esperança de que propostas mais sofisticadas de explicação (conforme o desenvolvimento da ciência) poderão superar a necessidade do uso de termos intencionais; não teríamos necessidade alguma de explicações intencionais (BIZARRO, 1999, p. 55-58). Ademais, Dennett (2006, p. 55-58) também argumenta que caso se deseje explicar “o comportamento real e empírico dos crentes” é preciso abster-se da postura intencional e adotar as posturas de projeto e física, pois a pura análise dos aspectos intencionais “não ajuda a confirmar nenhuma teoria psicológica particular sobre a constituição real”. Esse tipo de argumentação sugere uma defesa materialista para as explicações pessoais.

Não obstante, é bem mais simples explicar um comportamento complexo utilizando-se de termos da linguagem intencional, para descrever como os mecanismos de um sistema estão funcionando. Segundo Dennett, os cientistas fazem isso com frequência:

os psicofísicos e os neurofisiologistas, que rotineiramente descrevem os eventos em termos de transmissão de informação dentro do sistema nervoso, de forma similar, estão tomando emprestado capital intencional – mesmo que eles com frequência se inclinam a ignorar ou rejeitar seus débitos (DENNETT, 2006, p. 48).

Esta seria então a estratégia de Dennett (2006, p. 49): à revelia de uma coisa possuir ou um software, ou uma mente ou uma alma incorporada, considerá-la como um sistema intencional permite-nos simplificar e organizar as análises filosóficas dos termos mentalistas. Logo, o conceito de sistema intencional funcionaria como uma ponte para ligar o domínio do intencional (crenças, desejos, intenções, esperanças, pressentimentos, etc.) com o domínio do não intencional (ciências físicas). Embora, seja necessário frisar que as verdadeiras explicações ocorrem no âmbito das posturas de projeto e física (como vimos acima).

É possível ainda estender esse tipo de raciocínio para qualquer explicação intencional, pois se termos intencionais são meramente ficções úteis (instrumentalismo), eles poderiam então ser referidos não apenas a pessoas, a animais ou a computadores, mas também a coisas gerais (“fúria do vento, ciúme da lua, generosidade do rio”, por exemplo). Ora, no caso das coisas em geral, pode-se obter temperar dizendo que as posturas física e de projeto melhor explicariam tais

eventos, relegando tais expressões (“fúria do vento”, etc.) para os discursos poético e literário.

Essa ideia de um sistema intencional pode também ser ilustrada tomando como exemplo sistemas reconhedores-de-rostos, cuja peculiaridade (ou seja, o que nos faz dizer que uma coisa é um reconhedor-de-rostos) não estaria relacionada ao nosso conhecimento indutivo a seu respeito – no sentido de se afirmar que eu sei que r_1 é um reconhedor-de-rostos porque ele se assemelha a $r_2, r_3, r_4, \dots, r_n$ – mas no fato de se aceitar uma espécie de lógica ou significado próprio do conceito de reconhecimento. Assim, dois reconhedores-de-rostos podem funcionar muito bem para seus propósitos particulares e independentes entre si, mesmo que dotados de estruturas física e de projeto totalmente distintas (um ser humano e outro ser computador, por exemplo). Isso significa que os critérios de comparação entre reconhedores-de-rostos são caracterizados *intencionalmente*, não levando em conta o tipo ou a estrutura da constituição de cada sistema. Comenta Dennett (2006, p. 19-18): “O fato [dos sistemas] S e T estarem no mesmo estado de crença não precisa resultar em estarem eles no mesmo estado lógico, se interpretarmos esta última noção como um estado de máquina de Turing⁶²”.

Tudo isso ratifica o caráter instrumental e não vinculativo das explicações intencionais e nos mostra que os termos intencionais podem ser instanciados nos mais variados sistemas, não necessitando eles serem termos exclusivos a pessoas dotadas com uma mente real. Contudo, mesmo admitindo que os termos intencionais sejam meros instrumentos úteis, Dennett não nega a validade e a eficácia das explicações intencionais, o que parece aprovar um tipo (ou postura) de explicação não fisicalistas. Como uma explicação intencional não contraria explicações que levem em conta termos como crenças, intenções e suscetibilidades, a explicação pessoal, apresentada no capítulo primeiro, preserva seu poder explicativo. Logo, a primeira conclusão parece ser a seguinte: toda explicação pessoal é tipo exemplar de explicação intencional, mas nem toda explicação intencional é explicação pessoal, pois existem tipos de explicação intencional que restringem seu conteúdo a

⁶² Por “estado de máquina de Turing” entendemos como um dos resultados colhidos a partir de uma tabela de estados da máquina, regidos por uma lei determinística. Assim, para todo predicado mental M tem-se um predicado físico F correspondente, exprimível numa certa linguagem e vinculados de modo funcional, com base em um estado específico. “Para que duas coisas acreditem ambas que a neve é branca, elas não precisam ser fisicamente semelhantes de nenhuma forma especificável [...]; elas devem compartilhar uma descrição de máquina de Turing de acordo com a qual elas estão ambas em algum estado lógico particular”.

termos fisicalistas e naturalistas.

Ademais, poderíamos ainda argumentar que como as explicações intencionais são meros instrumentos úteis (suas premissas não se referem a estados reais), uma comparação destas com as explicações pessoais (as quais se referem a coisas reais) seria desproporcional.

Verificaremos adiante algumas objeções à perspectiva mentalista, bem como algo a respeito do funcionamento dos predicados intencionais, a fim de verificar se tais críticas seriam fatais à subsistência das explicações pessoais.

3.3 Críticas ao mentalismo

Por “mentalismo”, entende-se a correspondência entre termos intencionais e entidades internas iniciadoras do comportamento, as quais se localizam em alguma parte do organismo. Tais partes podem ser neurofisiológicas ou espirituais (alma, por exemplo) ou processos ou outra coisa similar. A esse tipo de proposta, é possível fazer algumas críticas (LAZZERI, 2012 p. 250-251).

A primeira objeção apresentada ao mentalismo é quanto à merologia (do grego *meros*, “parte”). Se o mentalismo estivesse correto, predicções intencionais recairiam em partes do sistema. Ora, um comportamento geralmente se refere a uma pessoa como um todo, pois parece mais correto relacionar as categorias psicológicas ordinárias a organismos ou sistemas gerais, em vez de a partes internas que eventualmente (e em sentido metafórico) satisfaçam o caso. É por isso que “não dizemos, por exemplo, que o cérebro queria beber água, mas é *uma pessoa* que quer beber algo e que está ou não com sede”. Parece totalmente sem sentido atribuir predicções a partes do sistema – seria como, por exemplo, entender a frase “Pedro quer ir à Biblioteca” como “O cérebro [de Pedro] quer ir à Biblioteca” ou “A alma [de Pedro] quer ir à Biblioteca”. Há um erro de categoria: aquilo que é próprio do todo (sistema, organismo) é atribuído à parte. Logo, predicções intencionais não se aplicariam a partes do sistema (LAZZERI, 2011, p. 21; 2012, p. 250-251).

Esse argumento nos mostra que o mentalismo não é fidedigno quanto ao uso das predicções intencionais, pois viola padrões da linguagem intencional (erros de categoria) ao admitir que predicções intencionais designem entidades internas causadoras de comportamento. Portanto, “o emprego de predicados intencionais a *partes* do organismo fere regras gramaticais de seu emprego”, visto que a categoria

lógica adequada para tais predicados são os organismos. Normalmente dizemos que “uma pessoa é cética” ou “um cachorro quer beber água”, ao invés de “uma parte do cérebro é cética” ou “uma alma é cética” ou “uma alma está com sede” (LAZZERI & CASTRO, 2010 p. 118-120).

O outro tipo de objeção seria a suspeita de uma redundância inerente ao mentalismo. O exemplo da “pessoa que conhece os prédios e as atividades da Universidade de Brasília conhece a Universidade de Brasília” descreve bem esse tipo de erro do mentalismo. Seguindo esse exemplo, para a acepção mentalista, não é o mesmo conhecer, separadamente, os prédios ou as atividades da universidade da *própria* Universidade de Brasília, como um todo. Logo, no sentido análogo, os estados mentais (causação interna) seriam distintos de seus respectivos comportamentos manifestos.

Pela identificação de “termos psicológicos intencionais” com atitudes proposicionais (opiniões, expectativas, querereres, etc.), as quais dizem respeito a fenômenos psicológicos que exibem intencionalidade (ser sobre algo: acha-se que algo é o caso ou espera-se que algo seja o caso, etc.), podemos ilustrar as críticas ao mentalismo sobre outra perspectiva, onde argumentaríamos que o uso ordinário dos predicados intencionais difere do uso pretendido destes predicados pelos mentalistas. Para tanto, mostraríamos que “a perspectiva mentalista sobre a função das predicções intencionais é insatisfatória” e, posteriormente, deveríamos prover “elementos de uma abordagem satisfatória sobre essa função” (LAZZERI & CASTRO, 2010, p. 113-114).

Mas, por que seria o mentalismo insatisfatório? Pressupor que os predicados intencionais estejam em uma categoria lógica de predicados para ocorrências é um erro do mentalismo. Se predicados intencionais funcionassem como predicados para ocorrência, eles atuariam tal como tantos outros predicados de ocorrência (predicados para movimentos, atividades animadas e inanimadas, como: estados, processos ou similares). Assim, processos cerebrais, movimentos fisiológicos, sensações de dor, arrepios, alegrias, isso tudo são ocorrências. Ademais, sabemos que uma ocorrência *O* tem um lugar, uma duração, começa, termina etc. Portanto, apoiando-se em Ryle (1949) e em Wittgenstein (1967§44ss), Lazzeri & Castro (2010, p. 124-126) dizem que não é o caso que predicados intencionais sejam predicados para ocorrências, pois não é comum dizer: “duas intenções rápidas

ocorreram para mim” ou “Pedro teve um propósito e três crenças pela manhã” ou “Ele teve uma esperança às dez horas”. Predicados intencionais têm um caráter disposicional; e por isso não são regidos por leis estritas ou identificações (seja de tipo-tipo ou exemplar-exemplar) dos propósitos de um agente com estruturas internas desse mesmo agente. De fato, sabemos que há elementos neurofisiológicos envolvidos na causação de comportamentos, mas seria igualmente um erro de categoria a tentativa de identificar predicados intencionais a predicados de ocorrências. Pois, o emprego dos intencionais é flexível, sendo tais predicados irreduzíveis a ocorrências particulares.

Contudo, parecem também cabíveis e racionais proposições do tipo “hoje de manhã, ocorreu-me a intenção de caminhar no parque; meia-hora depois, desejei outra coisa: caminhar à tarde”. Se isso estiver correto, não há problema associarmos predicados intencionais a ocorrências particulares, como comumente fazemos. Nesse sentido, proposições intencionais também poderiam ocorrer num determinado tempo, local, ter um começo e um fim.

Em Dutra (2014, p. 37), ao abordar certos problemas inerentes às explicações mentalistas, ele não negou certa plausibilidade às explicações desse mote. Contudo, essa plausibilidade é à custa de um mistério que esse tipo de explicação carrega, o qual faz de nós agentes pré-programados, seja lá por qual ser consciente (Deus, mãe natureza, História ou Espírito).

Ainda, é possível que alguém defenda que predicções de propósitos e expectativas (e coisas similares) estejam vinculadas a contextos específicos, em vez de a ocorrências no interior do organismo. Desse modo, crenças, desejos e intenções não poderiam ser tomados como causa de algo. Não obstante, antes de avaliarmos as explicações pessoais à luz de contextos sociais, passaremos em revista à proposta funcionalista, para verificar a crítica do funcionalismo ao mentalismo e se ele sustenta uma visão refratária à explicação pessoal.

3.4 O funcionalismo e a proposta mentalista

Segundo os primeiros funcionalistas, a solução para o problema mente-corpo passa pelo endosso da teoria da múltipla realização do mental, pois, embora se postule a existência de entes físicos, para o funcionalismo há a autonomia do mental frente ao físico. Nesse sentido, seria possível defender o funcionalismo como uma

terceira via para a discussão do problema mente-corpo, posição esta intermediária entre o dualismo de substância e o fisicalismo de tipo (Abrantes & Amaral, 2002, p. 14-15).

A questão cabal envolvida no problema mente-corpo é a de como é possível eventos mentais causarem outros eventos mentais ou, ainda, eventos físicos – dadas as suas características mentais? Ou seja, haveria causação num mundo em que, por hipótese, tivéssemos apenas eventos mentais? Kim (1998) sugere algo importante a respeito da superveniência mente-corpo, como relatam Abrantes & Amaral (2002, p. 18):

se quisermos afetar de alguma maneira eventos mentais, temos que passar primeiramente pelos eventos físicos (...) no sentido de que se há alguma mudança no nível do mental, há mudança no nível que o embasa, o físico.

Se isso procede, temos de responder como é possível a causação descendente, isto é, como um evento mental m causaria um evento físico f^* ? Ora, é verdade que eventos físicos f estão na base de quaisquer eventos mentais m , de modo que sem os primeiros não haveria os segundos. Do mesmo modo, por relação de suficiência, parece razoável e suficiente estabelecer que aquele evento físico base f seja a causa do evento físico manifesto f^* , sem fazermos referência ao evento mental m . Isso é o que Kim (1989, p. 64) chama de argumento da exclusão causal:

Quando nos confrontamos com duas possíveis causas (ou duas possíveis explicações causais) de um único evento, podemos contar, inicialmente, com as seguintes questões: (1) cada uma delas é uma causa suficiente e o efeito é sobredeterminado; (2) cada uma delas é necessária e, tomadas em conjunto, elas formam uma causa suficiente (isto é, cada uma delas é somente uma causa parcial); (3) uma é parte da outra; (4) as causas são de fato uma e a mesma causa, mas dadas sob diferentes descrições; (5) uma (presumivelmente a causa mental) é, de alguma forma, redutível à outra; (6) uma (a causa mental) é uma causa derivada e o seu status causal depende, de alguma forma, da causa neural (...). O ponto que eu gostaria de salientar é o seguinte: *a presença de duas explicações causais, cada uma pretendendo oferecer uma explicação causal completa de um evento dado, cria uma situação instável, requerendo de nós que encontremos uma explicação de como as duas supostas causas estão relacionadas entre si*. Este é o problema da “exclusão causal/explicativa” (grifos nosso).

Nisso, a explicação que devemos oferecer é a de como um evento mental pode causar ou determinar um evento físico. Nas palavras de Abrantes & Amaral (2002, p. 21) “a moral da história é que causação descendente parece gerar uma situação de superabundância causal, onde ambos f e m causam f^* ”. Ademais, se considerarmos o

fechamento causal (eventos físicos são causados por outros eventos físicos), a causação descendente parece ainda mais problemática.

Aceitando isso, poderíamos dizer que uma explicação pessoal não explicaria, na realidade, um evento de modo adequado, porque toma como causa algo que não o é? Ora, para aquele que defende a validade e a eficácia de uma explicação pessoal, não há necessidade de se estar comprometido com um fisicalismo. Assim, haveria situações lógicas e metafisicamente possíveis que admitiriam algum tipo de causação descendente. Na verdade, não parece impossível a existência de contextos lógico-metafísicos onde a causação descendente fosse apropriada (explicações do senso comum normalmente se utilizam de causação descendente). Além disso, nada impede que um evento *E* venham à tona através de variadas causas distintas (parece comum certos fenômenos no mundo ocorrerem em virtude de múltiplas causas).

Outra forma de ver o funcionalismo seria defini-lo como um funcionalismo conceitual, em que se manteria uma distinção entre mental e físico no plano conceitual e, por outro lado, admitiria a redução do mental ao físico, no plano ontológico (Abrantes & Amaral, 2002, p. 30-31). O trecho abaixo explica isso de forma clara:

No ser humano, ‘dor’ não é nada mais do que a ativação da fibra-C, sendo uma outra propriedade no caso dos moluscos, ainda outra no caso dos marcianos, e assim por diante. O resultado dessa identificação é a manutenção do poder causal das propriedades mentais restritas, manobra esta que nos salva a realidade do mental.

(...)

Já no nível ontológico, eliminar-se-iam características mentais irrestritas em virtude de sua heterogeneidade causal e identificar-se-iam características mentais a características físicas, restritamente.

Abrantes & Amaral (2002, p. 41-42) acreditam que há campos de investigação distintos para os níveis físico e mental. A realidade do mental, segundo os autores, pode ser elucidada e especificada com ajuda de conceitos presentes na biologia, como a noção de “função”, por exemplo. Não obstante, eles reiteram a necessidade de se manterem as posturas fisicalista e naturalista, diante de conceitos e eventos mentais (ABRANTES, 1998; 2011).

Por esta abordagem, caso se adote uma postura funcionalista fisicalista e naturalista, uma explicação pessoal do tipo swinburniana não poderia ser recepcionada nesse contexto. Não obstante, a incompatibilidade não é propriamente com o

funcionalismo, mas com o reducionismo (entendido aqui como qualquer postura epistemológica ou metafísica que estabeleça limites a sua abordagem: só se admitem entidades e propriedades materiais, por exemplo). Considerando esta ressalva, uma explicação pessoal poderia ser compatível e coerente com o funcionalismo.

Veremos a seguir se é mais adequado abordar comportamentos intencionais vinculados a contextos sociais, para depois avaliarmos a proposta do behaviorismo teleológico.

3.5 Comportamento intencional e contexto social

Sobre a relação entre comportamento intencional e contexto social, Dutra (2006, p. 102-104) defende uma abordagem onde a psicologia, mesmo não pertencendo ao escopo das ciências exatas, poderia ser fundamentada nomologicamente. Nesse sentido, uma explicação da ação humana seria ao mesmo tempo intencional (conforme a descrição de D. Davidson) e nomológica (conforme os comportamentalistas).

Para Davidson, os eventos mentais são causalmente dependentes dos eventos físicos, mas nomologicamente independentes deles, pois o comportamento intencional opera em uma estrutura conceitual diferente das leis físicas. Assim, para compreendermos a ação autônoma, é necessário lançar mão do anomalismo do mental. Como vimos no segundo capítulo, o anomalismo concorda com o materialismo (todos os eventos no mundo são físicos), mas rejeita a tese materialista de que podemos dar explicações exclusivamente físicas para eventos mentais. Em outras palavras, um evento mental é sempre um evento físico, apenas relatado de outra maneira e capturado por uma descrição mentalista. Assim, o dualismo de Davidson é quanto às descrições (física e mental); ou seja, não há leis determinísticas estritas em Psicologia, mas, uma única e só lei que rege o mental e físico: a lei física (DUTRA, 2006 p. 106-108).

A abordagem do mental descrita por Dutra (2006, p. 109-110) é holista, relacionando eventos mentais entre si e com o contexto social ao qual estão inseridos; evitando o surgimento de certos problemas inerentes à descrição davidsoniana, em que se confundem questões epistemológicas com questões metafísicas. Sua proposta é então tratar a relação mental/físico apenas quanto ao

aspecto conceitual (epistemológico), aproximando-se de um fisicalismo não reducionista. Os eventos mentais seriam interpretados como padrões de comportamento intencional, onde “as condições nas quais podemos relacionar tais padrões são os contextos sociais, inseridos em determinada organização social, ou em determinado sistema social”. Dutra partirá da análise do behaviorismo teleológico proposto por Rachlin, para explicar a relação entre comportamento e contexto social.

Seguindo, de certo modo, a concepção aristotélica de causação, Rachlin percebe que o objetivo da psicologia cognitiva é revelar as *causas eficientes* (fisiológicas) necessárias para a explicação do comportamento. Entretanto, Rachlin considera isso insuficiente e propõe um behaviorismo teleológico, o qual focaria nas causas finais (um objetivo ou propósito particular dentro de um contexto molar mais geral). Nesse sentido, dizer que uma ação foi intencional seria explicá-la dentro de um contexto social molar (mais abrangente e geral) no qual uma causa final seria identificada como fator mais saliente (DUTRA, 2006 p. 110-112). Nessa esteira, eventos mentais não ocorrem de forma alguma dentro dos animais, haja vista não ser o comportamento algo que revele a mente; mas *ser* ele mesmo a própria mente (diz Rachlin).

Dutra (2006, p. 113-115) observa que a descrição de Rachlin restringe-se à análise molar do comportamento como algo complexo e que se dá apenas no longo prazo. Segundo Dutra, se conectarmos comportamento a contexto social é possível explicarmos também comportamentos em curto prazo. Assim, um contexto social relevante e saliente serviria como causa final de determinado episódio comportamental, pois, como em Aristóteles, todas as coisas (homem, pedra, octógono, ...) gozam da mesma qualidade de incompletude, assim, todas são coisas intencionais, de um modo geral. Se isso for verdadeiro, ao identificarmos um contexto como causa final, estaremos externalizando a intencionalidade, de modo que os fins de uma ação não seriam estabelecidos por um agente racional (explicação mentalista), mas a intencionalidade seria interpretada como uma relação teleológica entre um episódio de comportamento e um contexto social. Portanto, um evento intencional deve ser explicado sempre em relação a outros eventos (um comportamento *x* explicado à luz de um contexto *y*), em que uma explicação teleológica seria a descrição e identificação de uma causa final, pelo menos como fator mais relevante, dentro de um determinado contexto (DUTRA, 2006 p. 116-118).

Não obstante, faz-se necessário que os padrões de comportamento e os contextos sociais considerados sejam reprodutíveis em determinado sistema ou organização social. Para tanto, é preciso mostrar que as relações entre certos padrões de comportamento e contextos sociais não apenas sejam teleológicas, mas também nomológicas (no sentido de que enunciados nomológicos descrevem ocorrências de certos padrões de comportamento). Em outros termos, os fenômenos devem ser reprodutíveis e reincidentes nos contextos considerados, segundo certas *relações funcionais* claramente enunciadas (DUTRA, 2006 p. 119-121). Com isso, estabelece-se uma relação necessária (encaixamento) entre um padrão de comportamento e um contexto, em vez de ajustamento acidental entre esses *relata*. Por se encaixar a um contexto, implica que o padrão necessariamente está ligado a outros padrões.

Uma característica própria da abordagem de Dutra é que comportamentos molares podem ser lidos na linguagem matemática (lei da proporção). Assim, um comportamento (resposta) seria proporcional à frequência relativa do reforço (reincidência do comportamento naqueles contextos). Quando uma pessoa escolhe algo, tal escolha seria interpretada como a razão entre um comportamento *A* no contexto de outro comportamento *B*. Essa pessoa irá fazer *A* ou *B* de forma proporcional aos diferentes reforços oferecidos a *A* e *B*, respectivamente. Nesse sentido, o comportamento total permaneceria o mesmo, alterando apenas a distensão molar do padrão em relação ao contexto (“a balança pesaria mais para um lado ou para outro”). Isso parece garantir a explicação teleológica, pois o padrão de comportamento estaria vinculado a um contexto. No entanto, esta proposta de associar uma ação individual a um contexto deverá explicar questões éticas, como a responsabilidade pessoal, pois se estamos falando de comportamento pessoal, coisas desse tipo são inerentes.

Quanto à reprodutibilidade dos padrões de comportamento das explicações teleológicas, a existência e permanência de instituições sociais serviriam de garantia para tal atributo. Por conseguinte, poderíamos afirmar que essa reprodutibilidade dos padrões abre a possibilidade de previsão dos comportamentos (DUTRA, 2006 p. 121-123).

3.6 Explicação pessoal e behaviorismo teleológico

Nesta seção, procura-se visualizar uma explicação pessoal sob o viés do behaviorismo teleológico de Rachlin, sendo que predicados mentais ordinários⁶³ estariam associados a padrões molares de comportamento, os quais funcionariam como causas finais dos atos ou atividades desempenhados pelo sistema. Nesse sentido, “cada termo mental significa um padrão de comportamento manifesto”. Posto que o conceito de padrão de comportamento assemelhe-se ao de operante cunhado por Skinner⁶⁴, em tal padrão salienta-se uma molaridade temporal, em que contextos, variáveis discretas, contíguas e imediatas seriam consideradas no decorrer da história – isto é, em médio e longo prazo (LAZZERI, 2011, p. 11-15). Nessa leitura, quando perguntamos “por que uma pessoa teve o comportamento que teve?” não podemos restringir nossa resposta indicando apenas o contexto atual e os elementos neurofisiológicos da pessoa, sob pena de estarmos meramente respondendo ao *como* um comportamento se sucedeu (apresentando as causas eficientes do evento). Se se procura uma resposta realmente completa para um comportamento, é necessário indicar também suas causas finais, que tratam as relações entre atos ou atividades estendidas ao longo do tempo, podendo ser multiplamente explicáveis em sistemas de estruturas neurofisiológicas ou tecnológicas variadas (LAZZERI, 2011, p. 14-19).

Essas características teleológicas das predicções psicológicas ordinárias parecem dar razão para que se investigue a explicação pessoal pela linha evolutiva. Ora, é possível estabelecer um paralelo entre os conceitos de “causas próximas” e de “causas últimas” dos traços biológicos [de um lado]; com os conceitos anteriormente vistos de “como” e “por que”, respectivamente [de outro lado]. Por causas próximas e últimas, entenderemos:

- i) *Próximas*: mecanismos fisiológicos e anatômicos caracterizados pelo desenvolvimento ontogenético (causas genéticas e interação com o ambiente), relacionados às características individuais do sistema; e

⁶³ Geralmente, os predicados mentais (ou psicológicos) ordinários se subdividem em: *a*) predicados psicológicos intencionais; *b*) predicados relacionados a afecções; *c*) predicados para os processos cognitivos; e *d*) predicados para traços de personalidade ou caráter (LAZZERI, 2011, p. 1).

⁶⁴ Por operante, entende-se “um conjunto de respostas que se circunscreve pela consequência ambiental que elas produzem em comum e pelos contextos em que isso ocorre (LAZZERI, 2011, p. 13)”. Em outras palavras, um reforço para um comportamento pode ser entendido como o estabelecimento ou de uma punição ou de uma premiação, para o comportamento objeto.

ii) *Últimas*: mecanismos evolutivos caracterizados pela filogenética (sobrevivência, reprodução, adaptação, etc.), tendo maior relação com as características populacionais (aspectos relativos a espécies)⁶⁵.

Assim, dependendo da demanda da explicação, o foco destacado pode ser o “*por que* tais traços existem em certas espécies” ou apenas *como* certos mecanismos e aspectos anatômicos são ou funcionam.

Ao considerarmos um traço biológico, podemos nos perguntar pelos processos evolutivos dos quais ele resulta, destacando-se os processos de seleção natural, que são processos históricos, descontínuos no tempo e no espaço – as causas últimas do traço –; e, por outro lado, podemos estar interessados pelos processos estruturais envolvidos, ou seja, as condições físico-químicas subjacentes ao traço – suas causas próximas ou imediatas (LAZZERI, 2011, p. 43).

Outra maneira de se entender o caráter teleológico das predicções psicológicas ordinárias seria relacioná-las com o conceito de “função” biológica. Entenderemos o conceito de função no âmbito da concepção etiológica ou histórica de uma função (CHEDIACK, 2006, p. 161; 2008, p. 30; 2011, p. 84)⁶⁶. Houve críticas (Hempel, 1965; Nagel, 1961) à vinculação de função com teleologia, argumentando que apesar de as ciências biológicas gozarem de certa especificidade (com o envolvimento de causas estranhas à Física e à Química, por exemplo), isso não significa alocar suas explicações em *habitats* especiais, pois os fenômenos biológicos também podem ser traduzidos para uma “linguagem que siga a causalidade ordinária” – mesmo que uma explicação que não instancie o tipo de causalidade ordinária possa manter-se válida ou compatível com explicações que veiculem tal causalidade.

Ao que parece, há uma complexidade de elementos que podem contribuir para a correta interpretação de uma explicação pessoal. Não se pode negar que dentro da história dos traços comportamentais, a seleção natural direta e outros fatores biológicos como adaptação, exaptação, adaptação secundária e deriva genética devem ser levados em conta, de alguma maneira, no estabelecimento e na interpretação dos padrões molares operantes – embora tais fatores não sejam em si mesmos processos teleológicos (LAZZERI, 2011, p. 46-51).

Ora, sabemos que toda ação singular está ligada a um contexto

⁶⁵ Para uma abordagem completa, consultar Abrantes (2011, p. 262).

⁶⁶ Há autores que rejeitam essa concepção, por considerarem que uma função não fornece “a razão pela qual um traço, órgão, sistema ou comportamento existe no organismo considerado”, argumentando que aqueles que defendem a explicação teleológica erram na interpretação da teoria evolutiva (CHEDIACK, p. 47-48).

ambiental, contudo, esse contexto não explica (não é o determinante causal da ação), mas apenas uma circunstância eventual para a ocorrência da ação, que pode aumentar ou diminuir a probabilidade da ação vir à tona. Assim, o ambiente (contexto), por ser variado, faz com que a causa do comportamento seja também variável – a causação do comportamento seria seletiva. Uma causação seletiva do comportamento trata-se de um processo causal histórico e descontínuo tanto espacial como temporalmente, em que uma ação intencional *A* deve sua existência a uma história seletiva de ações comportamentais, de modo que as entidades internas (sejam cerebrais ou mentais) seriam apenas efeitos colaterais da evolução do comportamento (LAZZERI & CASTRO, 2010 p. 126-134).

Abrantes (2006, p. 192-196) procura estabelecer uma integração entre a imagem do senso comum, da filosofia e das ciências sociais com a biologia evolutiva, a fim de prover uma descrição sobre a evolução da arquitetura de sistemas cognitivos⁶⁷. Nesse sentido, sistemas cognitivos seriam explicados com base na complexidade ambiental, isto é, eles seriam adaptações decorrentes da interação complexa entre diversos ambientes em que se situaram ou situam. Em vez de perguntarmos sobre a existência real ou não de propriedades mentais, perguntamos sobre o que as mentes fazem; como elas funcionam e quais as suas funções. Com essa atitude, é-nos “possível verificar que as mentes favorecem, de alguma forma, a adaptabilidade desses sistemas [cognitivos], aumentando a plasticidade do seu comportamento” (ABRANTES, 2006 p. 197). Abrantes argumenta que, devido os ambientes típicos aos sistemas cognitivos serem complexos (onde não se pode estabelecer simples correspondência e relações entre propriedades funcionais do sistema e ambiente), há uma pressão seletiva alta no âmbito dos sistemas cognitivos, possibilitando-lhes o gozo de uma maior plasticidade comportamental e uma maior adaptabilidade, frente a outros tipos de sistemas (ABRANTES, 2006 p. 199-203).

Outro aspecto relevante para a explicação de um determinado comportamento é a componente sociocultural, no sentido sugerido por Abrantes & Almeida (2011, p. 262-263), em que se considera – além da evolução com base na herança genética – uma evolução cultural, da qual a cultura exerceria uma pressão seletiva sobre nossa psicologia, funcionando tanto como causa próxima quanto causa final, para o comportamento humano. Eles argumentam que cérebro e mente evoluíram para ajudar na resolução de problemas inerentes ao mundo social

⁶⁷ Pessoas humanas seria um tipo de sistema cognitivo.

humano, mas que essa evolução está vinculada à acumulação cultural (a informação adquirida, modificada e transmitida por aprendizagem e imitação), a qual atuaria filogeneticamente nos organismos. Nesse sentido, o que existe de fato é uma seleção baseada em elementos passados (causas históricas: processos passados e paulatinos) e elementos atuais (causas próximas), os quais seriam os verdadeiros propulsores do comportamento. Assim, se as causas do comportamento estão no passado, parece inapropriado falar-se em propósitos e desejos (pró-attitudes, nas palavras de Davidson) causando comportamento (LAZZERI & CASTRO, 2010 p. 135-136).

Portanto, explicações intencionais, *per se*, não seriam explicações causais, em razão de elas não procurarem explicitar as causas, mas somente contextualizar ações. Embora o contexto não sirva de causa para algo, isso não quer dizer que ele não seja explicativo. O porquê (a razão pela qual) de uma ação seria verificado na história de interação do organismo com seu contexto, seletivamente (LAZZERI & CASTRO, 2010 p. 137). Não obstante, é possível tomarmos uma explicação intencional como uma explicação causal (no sentido teleológico). Ora, o argumento de Lazzeri & Castro parece então ser específico de explicações causais eficientes. Assim, uma explicação intencional aos moldes aristotélico ou rachliniano satisfaria um critério de causalidade.

Veremos na próxima seção uma possibilidade de termos explicação intencional causal. Contudo, tal explicação se distancia da explicação pessoal no que tange à ontologia das entidades envolvidas, pois a abordagem a seguir não acolhe em seu bojo seres imateriais, malgrado rechace o naturalismo fisicalista. Verificaremos então em que medida uma perspectiva de primeira pessoa se relacione com o tipo de explicação defendida por Swinburne.

3.7 A perspectiva de primeira pessoa

Para Lynne Rudder Baker (1944-), o pronome pessoal “eu” pode tanto funcionar como um simples pronome (o que nos permite substituí-lo por um nome próprio qualquer), bem como “eu” pode representar uma *perspectiva de primeira pessoa* (doravante PPP), na qual o sujeito concebe a si mesmo com um si mesmo – não havendo possibilidade de referi-lo em terceira pessoa (BAKER, 2000, p. 65). Dizer que o “eu” é uma “perspectiva” evita a confusão do “eu” com um conceito, ou com uma substância, ou com uma mônada, por exemplo. Nesse sentido, ter uma PPP é ter a si

como centro de suas experiências, distinto dos outros seres a sua volta. Assim, seres humanos (adultos ou bebês) e animais gozariam desse tipo de perspectiva.

No entanto, Baker diferencia duas formas de PPP: a rudimentar e a robusta. A PPP robusta caracteriza-se pela capacidade de “conceber-se a si como si mesmo (BAKER, 2000, p. 67-68; 2013, 128)”, ou seja, o pleno exercício de sua autorreflexão e da vontade livre, em que o conhecimento de si é uma constatação de si ‘a partir de dentro’ – diferenciando-se de uma constatação do “eu” em terceira pessoa (Welinton pensou em...), ou do “eu” dos animais, ou do “eu” dos bebês. Portanto, esta PPP robusta é restrita a pessoas humanas capazes de autorreflexão e vontade livre, pois somente estas são capazes de pensar em si como si mesmas.

Por outro lado, outros organismos podem também ter uma PPP, à qual Baker denomina de PPP rudimentar. Na verdade, para que uma pessoa exista, a entidade deve possuir pelo menos a PPP rudimentar. Essa perspectiva é fundamentada em três critérios, os quais cada entidade deve possuir: *a*) ser consciente e sensiente (capaz de sentir); *b*) ter a capacidade de imitação e *c*) ter comportamentos explicáveis apenas pela atribuição de crenças, desejos, intenções (BAKER, 2005, p. 30). Em Baker (2013, p. 40-47), esses critérios foram reformulados. Ela manteve o critério *a*), eliminou o critério *b*) e especificou o *c*) como *intencionalidade*. Assim, haveria então duas condições para uma entidade ter uma PPP rudimentar: 1) ser sensiente e 2) intencionalidade⁶⁸.

Nesse sentido, um cachorro teria perspectiva de primeira pessoa, pois é perfeitamente possível atribuirmos a ele 1) e 2). Porém, ele não seria propriamente uma pessoa (característica restrita aos seres humanos). Assim, em uma criança ou em alguém que tenha alguma deficiência mental, por exemplo, eles seriam tidos como pessoas em razão de um caráter disposicional, ou seja, embora as suas PPP robustas não estejam desenvolvidas (não estejam em ato, usando uma terminologia aristotélica), tais perspectivas poderiam vir a ser realizadas.

Ser *pessoa* é ser um tipo primário, no sentido de que a ausência desse tipo inviabilizaria a existência do objeto. Assim, *uma pessoa humana é constituída de um corpo humano e da capacidade de pensar em si mesmo a partir de um ponto de vista próprio* (BAKER, 2013, p. 128). Cabe ressaltar que Baker descarta quaisquer aproximações com a filosofia cartesiana:

⁶⁸ Na nota de rodapé n.º 15 de Baker (2013), ela explica o porquê de ter removido a condição *b*) *ter a capacidade de imitação*, considerando que a posse de tal capacidade é uma combinação de percepção e intencionalidade.

Esta perspectiva [robusta] não é cartesiana: uma vida interior não requer uma alma imaterial, nem é ela independente do mundo que nos cerca. Nossas vidas interiores – embora ontologicamente peculiares – não são conceitualmente, temporalmente ou ontologicamente prioritárias em relação ao restante do mundo material (BAKER, 2000, 59).

Portanto, Baker não identifica “vida interior” com a existência de “uma alma imaterial” (*res cogitans*), pois aquela é tão somente o ato de pensar a si mesmo distintamente do mundo exterior. Baker argumenta que não é necessária a postulação desse tipo de entidade para caracterizar a personalidade, pois a própria perspectiva de primeira pessoa é capaz de responder no lugar de tais entidades. Nesse sentido, essa descrição diverge de um cartesianismo, em razão de que tal interioridade não é reificada (BAKER, 2000, p. 68-69).

3.8 Identidade pessoal

Resta-nos saber o que então faria uma pessoa P_1 em t_1 ser a mesma P_1 em t_2 ? Este é o problema das condições de persistência (*persistence conditions*): o que garantiria a continuidade da pessoa ao longo do tempo? Baker procura responder a esse tipo de questão, a fim de esclarecer certas objeções que se apresentam à PPP robusta, especialmente quanto à identidade pessoal.

O problema da identidade pessoal ao longo do tempo é tomado sob uma visão simples e uma visão complexa. Na visão simples, a identidade pessoal ao longo do tempo é tida como um fato inalizável, no sentido de ela não ser explicada com indícios observáveis e “experienciáveis”, abrangendo em sua constituição elementos imateriais. Na visão complexa, são oferecidas informações de condições necessárias e suficientes para uma pessoa ser identificada ao longo do tempo como a mesma pessoa. Ou seja, Baker, de um lado, rejeita um reducionismo-fisicalista (o qual entende a personalidade em termos não pessoais ou subpessoais), mas, por outro lado, não acolhe em sua descrição entidades imateriais (mentes imateriais ou almas, por exemplo), pois considera a corporeidade um dos critérios da personalidade: “somos necessariamente incorporados, mas não necessariamente temos os corpos que temos” (BAKER, 2013, p. 145-149). Nesse sentido, sua descrição é intermediária às precedentes, o que ela denomina de visão não tão simples (*view not-so-simple*).

Na verdade, ser uma pessoa é ser um tipo primário essencial (metafísico). Assim, a condição de persistência de uma pessoa é determinada por um tipo básico que

percorre toda sua existência; isto é, aquilo que nos faz sermos propriamente nós mesmos é a perspectiva de primeira pessoa. Em outras palavras, a perspectiva de primeira pessoa garantiria a possibilidade metafísica da permanência da identidade pessoal ao longo do tempo. Ora, mesmo que replicássemos molécula por molécula de nossos corpos, não estaríamos replicando nossa perspectiva de primeira pessoa, porque tal perspectiva tem um caráter metafísico. Baker (2013, p. 149) salienta que uma pessoa existe quando, e somente quando, sua perspectiva de primeira pessoa é exemplificada (*exemplified*).

O que me faz ser uma pessoa singular é que eu sou o estado de coisas de minha perspectiva de primeira pessoa atual. Daí eu ter essencialmente uma perspectiva de primeira pessoa, [pois] o estado de coisas de minha perspectiva de primeira pessoa vigente é o mesmo estado de coisas ao longo de minha existência⁶⁹.

Portanto, Baker (2013, p. 157-159) resume em uma tríade aquilo que esboça sua teoria: 1) não nega que somos organismos vivos (seres biológicos), endossando a teoria darwiniana – embora acredite que o desenvolvimento de nossos ancestrais permitiu o surgimento de um novo tipo de entidade constituída de PPP robusta; 2) não nega o fato de a Biologia ser uma ciência capaz de nos ensinar muito sobre nós mesmos – malgrado seu conhecimento seja insuficiente, quando consideramos toda nossa natureza e 3) não admite entidades imateriais em sua descrição, defendendo uma espécie de materialismo prático.

3.9 Crítica à perspectiva de primeira pessoa

Há uma crítica à perspectiva de primeira pessoa construída por Mark Johnston, cuja objeção parte da distinção entre “eus” e “pessoas”, onde afirmará que “eus” estão vinculados a uma arena de presença. Essa arena seria um “mero objeto intencional que não existe na realidade”, isto é, uma região mental onde o “eu” se faz presente (BAKER, 2013, p. 161). Daí “eus” seriam coisas irreais, porque estariam sustentados nessas regiões. Johnston parece identificar aquilo que Baker chama de *PPP* com essa *arena* ilusória, de modo que quando alguém pensasse em si mesma ela estaria, na verdade, ocupando tal região. A motivação para Johnston distinguir “eus” de “pessoas” é descrita segundo o *paradoxo da auto alienação*:

⁶⁹ What makes me the particular person that I am is the state of affairs of my exemplifying a first-person perspective. Since I have a first-person perspective essentially, the state of affairs of my exemplifying a first-person perspective is the same state of affairs at all times of my existence (BAKER, 2013, p. 150).

1. Embora eu saiba que eu sou Johnston, eu posso (sem incoerência semântica e sem ignorar a estrutura do fato de que eu sou Johnston) imaginar a mim mesmo existindo, sem que Johnston exista⁷⁰.
2. No que tange à semântica, tanto “eu” quanto “Johnston” refere-se rigidamente àquilo que eles indicam⁷¹.
3. O fato de eu ser Johnston é um fato de identidade, a saber, este fato: eu = Johnston⁷².

Para solucioná-lo, Johnston rejeita a afirmação 3 e argumenta que o “eu” não é idêntico nem ao ser humano [Johnston] nem à pessoa [Johnston]. O “eu” é como algo que habita um corpo e, por isso, a identidade de Johnston ao longo do tempo estaria vinculada ao “eu”. Ora, o “eu” se fundamenta na arena de presença. Por conseguinte, aquela identidade da pessoa ao longo do tempo também seria ilusória, em razão dessa arena intencional.

Baker procura responder a Johnston em três momentos. No primeiro, ela obtempera contra 1, mostrando que quando você tenta imaginar “o calor sem o movimento de moléculas”, na realidade, você não imagina o estado de coisas que você pensa que está imaginando. Dirá Baker: “se eu tentar imaginar ser Spinoza, eu posso imaginar ser muito parecido a ele; eu posso imaginar viver a vida de Spinoza, mas eu não imagino *ser Spinoza*”, pois, de fato, é impossível eu me livrar da minha perspectiva de primeira pessoa (eu ser eu mesmo) (BAKER, 2013, p. 164).

A segunda resposta da filósofa rejeita a tese de Johnston segundo a qual a persistência de minha arena depende de minha ocupação (*attending*) com ela. A persistência da pessoa ao longo do tempo não depende de sua ocupação ou pressuposição de alguma coisa, pois, na verdade, a garantia de uma pessoa ser ela mesma no futuro é ela possuir *sua* perspectiva de primeira pessoa particular.

Por fim, Baker mostra que a PPP robusta é uma perspectiva sem a qual muito de nossas capacidades humanas, das quais referimo-las à pessoa humana, não poderiam ser atualizadas (utilizando-me de uma expressão aristotélica). Ela afirmar que ter uma PPP é exemplificar/instanciar (*exemplify*) uma *propriedade disposicional*, a qual é única (particular). Assim, a PPP não é um centro ou arena de presença que é

⁷⁰ While knowing that I am Johnston, I can, without semantic incoherence and without ignoring the structure of the fact that I am Johnston, imagine myself existing without Johnston existing (BAKER, 2013, p. 161)

⁷¹ As a semantic matter, both “I” and “Johnston” rigidly denote what they denote (Ibid., p. 162).

⁷² The fact that I am Johnston is a fact of identity, namely, this fact: I = Johnston (Ibid., p. 162).

ilusório, mas algo que passa a existir juntamente com a existência de minha pessoa humana (BAKER, 2013, p. 165-166).

Em relação à distinção entre pessoa e “eus”, Baker diz ser mais apropriada a distinção pessoa-corpo, a qual goza de apoio mesmo de áreas como a biotecnologia, em que se utilizam de artefatos (próteses artificiais, implantes neurais, dentre outros) para substituir partes do corpo, sem afetar a pessoa. Além disso, certas descrições fenomenológicas também apoiam a tese de Baker, quando, por exemplo, pessoas que perderam os movimentos corporais por causa de alguma doença relatam *meu corpo está morto para mim*. Mesmo com um corpo morto, não se perdeu a unidade de referência: a pessoa. O fato é que, para Baker, uma PPP não é ser um objeto – seja este intencional (como o “eu” em Jonhston) ou não. A PPP é uma propriedade da qual todos nós pessoas possuímos, quando da nossa existência (BAKER, 2013, p. 167-168).

3.10 Singularidade da pessoa

Muito dos pensamentos que temos, só o temos em razão de possuímos uma perspectiva de primeira pessoa robusta. Além disso, há muitas habilidades, traços e atividades que nos diferenciam dos outros animais, sendo o critério de personalidade a razão dessa diferença. Ora, apenas nós, pessoas humanas (PH), temos uma linguagem totalmente articulada, somente nós (PH) nos admiramos diante de paradoxos lógicos, somente nós (PH) temos uma vida interior rica de pensamentos e contrafactuais, somente nós (PH) deliberamos sobre o que fazer e elegemos metas e estratégias para realizar coisas e resolver problemas, somente nós (PH) fazemos coisas desnecessárias (como bombas autodestruidoras, por exemplo), somente nós (PH) cometemos crimes de guerra, instituímos tribunais internacionais, estabelecemos direitos humanos, somente nós (PH) escolhemos viver contra nossa natureza biológica (como viver em castidade por toda vida), enfim somente nós (PH) temos PPP robusta para tornarmo-nos agentes responsáveis (BAKER, 2013, p. 185)⁷³.

⁷³ Sobre a singularidade do humano, Robert Foley, em *Apenas mais uma espécie única: padrões da ecologia evolutiva humana*, concorda que o humano moderno goza de uma posição especial no reino animal, porém, tanto quanto outras espécies – isso porque todas as classificações biológicas são singulares. Assim, os humanos modernos têm muitas características especiais, comparado a outras espécies, haja vista mudanças significativas e descontínuas restritas à espécie humana. Contudo, para Foley, o que deve ser acentuado não é tanto a singularidade ou a unicidade humana, mas os princípios biológicos fundamentais relativos aos humanos que poderiam explicar tanto fatores contínuos como descontínuos inerentes à espécie (FOLEY, 1993, 29-36).

Em defesa dessa singularidade humana, Baker destaca o fato de que embora toda pessoa seja um agente, nem todo agente é pessoa (cachorros e chimpanzés são agentes, mas não pessoas). Por agente, ela define como toda entidade capaz de provocar coisas que podem ser explicadas, adequadamente, somente através de suas crenças, desejos ou intenções. Explicações desse tipo, Baker chama de explicação intencional. O poder explicativo das explicações intencionais estaria vinculado à razão prática (razão que relaciona meios a fins), segundo o ponto de vista do agente. Ou seja, uma explicação intencional deve capturar o entendimento que um agente *A* tem de suas próprias atitudes (BAKER, 2013, p. 187-190).

Há que se ressaltar que a razão prática é sempre *da* primeira pessoa. Além disso, mesmo no caso de explicações não intencionais ou acidentais, notamos a presença de atitudes intencionais. Assim, seria possível explicar fatos acidentais ou não intencionais por meio de explicações intencionais.

Suponha uma enfermeira que foi dar banho em uma criança e, acidentalmente, tenha esquentado a criança sob seus cuidados. Suponha que a enfermeira não tinha a intenção de esquentar a criança, mas ela confundiu a torneira de água quente com a de água fria. (...) Ela quis banhar a criança e tinha a crença de que girar a torneira quente em 90 graus e a fria em 180 graus era a melhor forma de banhar a criança na banheira. Porém, visto que ela confundira as torneiras, acabou esquentando o bebê. Portanto, o esquentamento – embora inteiramente acidental – necessita de uma explicação intencional que invoque uma crença enganosa (BAKER, 2013, p. 190-191).

Assim, mesmo fazendo coisas não intencionais ou acidentais, a nossa perspectiva intencional vigora de alguma maneira.

Baker também estabelece uma tipologia de agentes. Aqueles agentes que têm apenas uma PPP rudimentar (animais, por exemplo) são chamados de agentes mínimos e aqueles que têm uma PPP robusta, chamados de agentes racionais e morais. Por conseguinte, temos que todo agente racional e moral é pessoa, mas nem toda pessoa (crianças, por exemplo) é agente racional e moral. A partir dessa tipologia, Baker irá argumentar em favor da causalidade ordinária (causalidade do senso comum). Para ela, “causalidade é o exercício de poderes causais”, no sentido de que *x* ter *F* em *t* provocaria *y* ter *G* em *t'*. A descrição de Baker parte do pressuposto que se eventos intencionais (eu escrever uma carta de recomendação para você, por exemplo) têm eficácia causal, então explicações intencionais seriam um tipo de explicação causal. E, como visto acima, essas explicações seriam explicativas “em virtude de sua conexão a uma razão prática de um agente, a partir de uma perspectiva de primeira pessoa”. Portanto, sua conclusão

é de que explicações intencionais têm duas características: 1) são explicações causais (razões são causas) e 2) são explicações fundamentadas na PPP rudimentar ou robusta (BAKER, 2013, p. 195-196).

3.11 Considerações sobre o capítulo

Neste capítulo, vimos primeiramente o conceito de sistema intencional cunhado por Dennett, no qual pessoas humanas são tidas como máquinas superdesenvolvidas e complexas. Desse modo, o valor epistemológico de uma explicação intencional seria meramente instrumental, haja vista seus termos não passarem de instrumentos úteis, os quais possibilitam uma melhor abordagem da complexidade inerente ao sistema S que comumente chamamos de pessoa humana.

Ora, vimos (como afirma Dennett) que tentar explicar ações intencionais com base em outras posturas (de projeto e física) é extremamente dispendioso e pouco satisfatório. Assim, é razoável concordar com o fato de que, em relação a eventos onde há participação intencional de agentes humanos, é necessário mantermos algum tipo de explicação distinto de explicações fisicalistas. Pode-se obtemperar dizendo que se tratam de explicações instrumentalistas, onde os seus termos são meras ficções. Mas, isso eliminaria grande parte do conhecimento humano, especialmente aqueles atinentes às ciências sociais e à psicologia.

Ademais, é possível ainda questionarmos se a estratégia de Dennett é plausível ou não, pois, por um lado, ele adota uma posição instrumentalista quanto às explicações intencionais e, por outro lado, em explicações fisicalistas ele rejeita o instrumentalismo, endossando que as posturas física e de projeto relatam coisas do mundo natural. Por que não poderíamos ser instrumentalistas também com relação às posturas física e de projeto? Ora, as explicações nessas posturas são uma forma de explicar eventos à maneira científica. Parece incorreto dizer, então, que os termos de uma explicação científica sejam meros instrumentos úteis para relatar eventos (seria difícil dizermos que biólogos ou psicólogos, por exemplo, tomem os termos de suas explicações como meros instrumentos úteis). Assim, argumentar que em explicações intencionais deve-se adotar uma posição instrumentalista, em razão da complexidade dos sistemas intencionais, parece pouco plausível.

Com relação às críticas ao mentalismo, embora elas gozem de bons argumentos, parece ainda admissível uma defesa epistemológica da causação mental, pois independente de se declarar a existência de entidades “internas” ao organismo (substâncias, no caso de Swinburne), tais entidades não atrapalham a explicação. Na verdade, não estamos à procura de uma coisa responsável pela ação de uma pessoa. Quando perguntamos “por que Pedro foi à Biblioteca?” queremos saber, na verdade, quais os motivos e as razões (crenças, intenções, poderes e suscetibilidades) que fizeram Pedro agir de tal forma para alcançar esse estado (ir à Biblioteca). Assim, considerar Pedro como uma pessoa, nesses termos, torna a explicação de seu comportamento mais simples e igualmente plausível.

Quanto às propostas que relacionam eventos mentais a contextos sociais ou ambientais, uma defesa da explicação intencional que leve em conta isso (explicar um comportamento à luz de um contexto) é perfeitamente coerente. Com base em Dutra, é possível construirmos um tipo de explicação nesse molde, interpretando eventos mentais como padrões de comportamento intencional (behaviorismo teleológico de Rachlin). Novamente, explicações que levem em seu bojo esse tipo conteúdo não prejudicam a proposta de explicação pessoal esboçada neste trabalho.

Naqueles tipos de explicação que consideram a teoria da evolução e outros elementos correlatos, percebemos que o viés metodológico é outro. Eles não negam que o conhecimento científico também é construído com base nas crenças e propósitos pessoais dos cientistas. Na verdade, somente afirmam que esse conhecimento pré-científico deve ser explicado à luz do processo evolutivo (variação cega, seleção e transmissão de características passadas). Portanto, isso não inviabiliza um tipo de explicação pessoal. Aliás, poderá ajudar a compreendê-la melhor.

Por último, trouxe a descrição de Lynne Baker sobre a perspectiva de primeira pessoa. Baker defendeu uma singularidade da perspectiva de pessoa nos humanos, porém negou qualquer compromisso com realidades extra materiais. Baker não nega que somos corpos materiais e biológicos, mas sustenta que somos, de certo modo, seres metafísicos, porque não nos é possível abdicarmos de nossa perspectiva de primeira pessoa. Desse modo, podemos dizer que, por um lado a descrição de Baker vem ao encontro da explicação pessoal, pois destaca a singularidade da perspectiva de primeira pessoa e sua distinção com outros formatos de explicação fisicalistas. Por outro lado, Baker nega a existência de entidades mentais, ao passo que Swinburne admite tais

entidades. Não obstante, esse desacordo não conduz a uma objeção fatal à explicação pessoal apresentada nesta dissertação, mas apenas sugere que há compromissos ontológicos distintos e que estes devem ser considerados.

CONCLUSÃO

No início e fim de cada capítulo, resumimos o conteúdo respectivo de cada parte deste trabalho. Assim, retomaremos aqui o caminho percorrido por nós, para concluirmos algo a respeito de nossa hipótese inicial: é a explicação pessoal um tipo de explicação que pode, de alguma maneira, ser sustentada? Ou ela pode ser subsumida por outro tipo de explicação?

Vimos que a explicação pessoal é um tipo possível de explicação, diante de vários outros, em que uma redução, a rigor, não se aplica. Isso, no entanto, não significa dizer que fenômenos típicos da pessoa humana não possam ser explicados por outros modelos de explicação. Este é o sentido entendido por Swinburne de que é possível termos duas explicações para um único e mesmo fenômeno. Por outro lado, como mostrou Lynne Baker, há uma singularidade característica própria de pessoas humanas, que as diferenciam de seres inanimados (regidos por explicações científicas), seres biológicos em geral (regidos por explicações intencionais, na forma rudimentar). Os seres humanos são os únicos seres verdadeiramente tidos como pessoas, (regidos por explicações intencionais, na forma robusta).

Partimos do dualismo em explicação defendido por Swinburne, segundo o qual temos dois tipos de explicação distintos: explicação científica e explicação pessoal. Foi assim que surgiu nosso problema: se o dualismo estiver correto (as explicações são realmente distintas), é possível perguntarmos se uma explicação pessoal é um tipo de explicação necessário (precisamos dela, para explicar certos fenômenos no mundo) ou somente um tipo possível (a explicação pessoal é plausível, mas os seus termos podem ser reduzidos a outros formatos de explicação).

Vimos que as explicações científicas partem da descrição de Carl Hempel, na qual ele argumenta sobre dois modelos de explicação científica: explicações nomológico-dedutivas (D-N), as quais são argumentos dedutivos em cujas premissas figuram determinadas condições iniciais e generalizações (*explanans*), para inferir uma conclusão *E* (*explanandum*). Nas palavras de Hempel, o modelo D-N constitui boa parte das formulações que chamamos de explicações científicas. Outro modelo provido por Hempel é a explicação estatístico-indutiva (I-S), a qual, embora também seja uma descrição nomológica (invocam igualmente leis gerais e princípios teóricos), os

conteúdos de suas premissas são distintos, envolvem leis estatístico-probabilísticas. A conclusão, portanto, é apenas provável e não-determinista.

Como evidenciamos, a palavra “modelo” é utilizada por Hempel na caracterização dos tipos de explicações D-N e I-S como tipos de idealizações teóricas, não figurando a realidade do mundo, tampouco a prática científica.

Posteriormente, abordamos uma série de propostas alternativas ou complementares à descrição hempeliana, donde concluímos que a teoria da explicação de Hempel, malgrado as críticas providas contra ela, manteve uma posição de destaque neste assunto. Além disso, falamos algo sobre problema da ambiguidade estatística, segundo o qual explicações probabilísticas podem ser cogentes para duas conclusões mutuamente contraditórias. Isso por que tais explicações não funcionam como argumentos dedutivos, salvo se admitirmos uma visão ingênua com respeito a argumentos estatístico-indutivos.

Assim, o *Capítulo I: Explicações científicas* serviu para vermos que, independente dos diversos modelos de explicação propostos, é possível o estabelecimento de uma estrutura própria que, de certo modo, agrega-os sob a regência da descrição de Hempel. Também, este capítulo nos ajudou a verificar a distinção entre as explicações científica e pessoal. No que tange às explicações pragmáticas de Van Fraassen, as quais levam em conta o ponto de vista do usuário da explicação, verificamos que esse tipo de explicação é igualmente distinto do tipo pessoal, pois ter *um ponto de vista* é algo diferente de ter uma explicação baseada no contexto (a capacidade de explicar um fenômeno à maneira pessoal é uma condição de possibilidade para se adotar uma postura pragmática, sendo, assim, coisas distintas).

No *Capítulo II: Explicações pessoais*, abordamos o conceito de explicação pessoal (explicação em termos da ação intencional de uma pessoa), do qual Swinburne estabelece seu dualismo explicativo. Seguidamente, aprofundamos o sentido desse conceito, mostrando o compromisso de Swinburne com uma metafísica, que admite entidades e propriedades mentais como coisas reais. Por isso, falamos que as ações intencionais são explicações de eventos cujo conteúdo deve conter propriedades ou entidades mentais, ou seja, fundamentadas sobre certos metacritérios. Tais metacritérios seriam “as propriedades” e “a substância”. Admitindo isso, avaliar a causação de um evento mental passa pela citação de certas propriedades mentais e envolvimento de certas substâncias, responsável por sua causação.

Depois, demos início a uma variedade de descrições que tentam explicar as ações intencionais. Vimos com o conceito de razão primária a teoria do monismo anômalo em Davidson, segundo o qual ações intencionais gozam de duas descrições validades (uma física e outra segundo a razão primária), porém ambas são sustentadas por uma única estrutura: a física. Swinburne tenta criticar essa abordagem, contudo parece-nos que tal crítica pouco afeta a teoria de Davidson.

Esboçamos, com Von Wright e Polanyi, algo a respeito da singularidade da pessoa humana. Von Wright argumenta que ações intencionais devem ser explicadas holisticamente, no sentido de que não basta considerar os fatores causais diretamente envolvidos, mas também se deve compreender a ação. Segundo ele, somente assim teríamos uma explicação plena da ação intencional. Com Polanyi, procuramos destacar sua crítica à chamada objetividade científica, indicando que há um tipo de conhecimento cujo conteúdo não é objetivo (no sentido cientificista). Nesse sentido, uma explicação do tipo pessoal lidaria com conteúdos não-objetivos, no sentido polanyiano.

Por fim, concluímos o segundo capítulo, primeiramente, com a proposta de Wilkinson em tomar a explicação pessoal como um nível de explicação possível, mostrando que não há competição entre explicações pessoais e subpessoais (científicas). A proposta de Wilkinson serviu para sustentar a tese de que um evento pode ser explicado por mais de uma descrição, a depender da demanda explicativa. Depois, voltamos a Swinburne para mostrar seu acorde com essa tese da multiplicidade de explicações para um mesmo evento, finalizando com a sua maneira de justificar a explicação pessoal, com base no Teorema de Bayes.

No terceiro capítulo (*Explicação intencional*), vimos que a proposta de Dennett em tomar pessoas humanas como sistemas intencionais permite explicarmos ações intencionais e, ao mesmo tempo, defender um único nível ontológico (físico). Explicações intencionais, para Dennett, são explicações instrumentais – um tipo pragmático de se explicar fenômenos que contém termos intencionais como crenças, desejos, expectativas, etc. –, cuja estrutura real reside nas posturas física e de projeto. Lazzeri concorda com Dennett em tomar seres vivos de modo geral como sistemas intencionais, porém não admite que isso possa ser estendido a máquinas. Contudo, a conclusão que chegamos é de que a postura intencional nem sempre condiz com o que a maioria das ciências e cientistas (psicólogos, biólogos, sociólogos, etc.) admite dentro

de seus campos de pesquisa, nem dá conta de certos fenômenos que pressupõem uma perspectiva de primeira pessoa.

Com Lazzeri, tivemos a oportunidade de ver como predicções psicológicas ordinárias funcionam, o qual rechaça a aplicação desses predicados sobre partes do sistema. Nesse sentido, foi construída a crítica ao mentalismo, pois predicados mentais incidem apenas sobre o sistema como um todo (não é meu cérebro que crê em Deus, é toda a pessoa). Nesse sentido, um predicado psicológico pode ser realizado de múltiplas maneiras, ou seja, pode ser verdadeira com respeito a vários tipos de entidades internas que causam os comportamentos atinentes à pessoa. Assim, a forma como usamos os predicados intencionais favorece a tese de Rachlin sobre o behaviorismo teleológico, no que tange à ideia de que há uma interação múltipla dentre as partes do sistema responsáveis para a manifestação de determinado comportamento.

Depois, vimos com Dutra, que essa interação múltipla de partes não deve ser tomada apenas no plano interno, mas também externamente com o contexto social. Eventos mentais devem ser avaliados não apenas entre si mesmos, mas também com relação ao contexto em que estão inseridos. No entanto, uma explicação para ser completa, além das análises de eventos mentais, de padrões comportamentais, de contextos sociais, deve abranger causas evolutivas (causas últimas).

Por último, foi abordada a proposta de L. R. Baker, segundo a qual os seres humanos gozam de uma singularidade: a perspectiva de primeira pessoa. Embora ela defenda um materialismo, sua proposta não deixa de indicar um viés metafísico, com relação às explicações intencionais. Assim, diferentemente de Dennett, uma explicação intencional é como tal por que pessoas humanas são os únicos seres biológicos capazes de apresentar perspectiva de primeira pessoa robusta (autorreflexiva). A proposta de Baker é plausível e, para nós, além de corroborar o dualismo de explicação visto no início deste trabalho, mostra que para explicar ações intencionais é necessário um tipo de explicação próprio, um tipo de explicação não fisicalista-naturalista. Nesse sentido, é possível defender que a explicação pessoal é um tipo de explicação válido (ou cogente) e não redutível (subsumido) por outro tipo de explicação.

Ademais, o ser humano não é mera *res naturalis* que pode ser descrito em termos de uma explicação científica. Tampouco, seria ele apenas ser biológico dotado de uma perspectiva pessoal rudimentar (um *autós*), que não pensa sobre si mesmo ou sobre questões a respeito de sua existência e do mundo que lhe circunda. Para Baker, o

ser humano é ser pessoal e, por isso, goza de uma perspectiva de primeira pessoa robusta.

De fato, a abordagem de Baker descreve adequadamente as ações intencionais e é capaz de suprir as demandas explicativas reservadas à explicação pessoal. Ou seja, este trabalho mostra que explicações de ações intencionais são possíveis e plausíveis, independentemente de postularmos seres materiais ou imateriais. Assim, aparentemente Baker possui uma ontologia mais econômica do que a de Swinburne, pois não postula entidades imateriais. Ou seja, enquanto que a ontologia de Baker refere-se à Perspectiva de Primeira Pessoa (mais restritamente às ações intencionais humanas), a de Swinburne é uma ontologia geral, onde se poderia ter uma explicação pessoal para eventos ocorridos no mundo⁷⁴. Nesse sentido, parece-nos que a distinção entre eles está mais próxima de uma diferença de objetos de pesquisa. Investigar a disputa metafísica desses autores necessitaria de uma discussão mais detalhada a respeito dos compromissos ontológicos previamente assumidos por cada um, envolvendo provavelmente uma pesquisa sobre a natureza humana (o que seria uma pessoa humana, considerando as suas características físicas, biológicas, antropológicas, sociais, metafísicas, etc.⁷⁵). Embora seja instigante a proposta, ela nos afastaria dos propósitos iniciais deste trabalho.

⁷⁴ Talvez pudéssemos utilizar da Navalha de Ockham como recurso epistemológico, no que tange às entidades aceitas por Swinburne, pois a descrição de Baker explica os mesmos fenômenos com uma ontologia mais estreita (não postula entidades imateriais). Embora a Navalha de Ockham seja útil, é necessário associar este recurso a outros (poder explicativo e simplicidade, por exemplo), para verificar as vantagens e as desvantagens de cortarmos partes da explicação. Caso contrário, essa estratégia não parece ser a mais adequada, porque pode eliminar partes do problema que estão em disputa.

⁷⁵ “Metafísica” aqui deve ser entendida no sentido *lato*, abrangendo aspectos imateriais e transcendentais à realidade física.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, P. C. (org.). **Epistemologia e cognição**. Brasília: Editora da UnB, 1993.

_____, P. C.; AMARAL, F. “Naturalismo epistemológico: apresentação”. In: **Cadernos de História e Filosofia da Ciência**, série 3, vol. 8, n.º 2, p. 7-26, 1998a.

_____, P. C. “Kuhn e a noção de ‘exemplar’”. In: **Principia**, Vol. 2, n.º 1, p. 61-102, 1998b.

_____, P. C.; AMARAL, F. “Funcionalismo e causação mental”. In: **CLE/Unicamp**, n.º 25, p. 13-45, 2002.

_____, P. C.; BENSUSAN, H. “Conhecimento, ciência e natureza: cartas sobre o naturalismo”. In: SIMON, S. (org.). **Filosofia e ciência**: das formas platônicas ao naturalismo. Brasília: Editora UNB, 2003.

_____, P. C.; AMARAL, F. “O programa de uma epistemologia evolutiva”. In: **Revista de Filosofia (PUCPR)**, VOL. 16, n.º 18, p. 11-55, 2004a.

_____, P. C.; AMARAL, F. “Models and the dynamics of theories”. In: **Philosophos**, VOL. 9, n.º 2, p. 225-270, 2004b.

_____, P. C. “A psicologia de senso comum em cenários para a evolução da mente humana”. In: **Manuscrito- Rev. Int. Fil.**, Vol. 29, n.º 1, p. 185-257, 2006.

_____, P. C. **Filosofia da Biologia**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

_____, P. C. **Método e ciência**: uma abordagem filosófica. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013a.

_____, P. C. “Evolução humana: estudos filosóficos”. In: **Rev. Fil. Aurora**, V. 25, n.º 36, p. 75-105, 2013b.

ACHINSTEIN, P. “Can There be a Model of Explanation?”. In: RUBEN, D. H. (org.), **Explanation**. New York: Oxford University Press Inc., 2004.

_____, P. “The Pragmatic Character of Explanation”. In: RUBEN, D. H. (org.), **Explanation**. New York: Oxford University Press Inc., 2004.

AGUIAR, T. **Causalidade e direção do tempo**: Hume e o debate contemporâneo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

APEL, K. O. **Understanding and explanation**: a transcendental-pragmatic perspective. Trad.: Georgia Warneke. Cambridge, MA: MIT, 1984.

BAKER, L. R. **Explaining Attitudes**: a practical approach to the mind. Cambridge/MA: Cambridge University Press, 1995.

_____, L. R. "What Am I?", In: **Philosophy and Phenomenological Research**. Vol. 59, n° 1, p. 151-159, 1999.

_____, L. R. **Persons and Bodies: A Constitution View**. New York: Cambridge University Press, 2000.

_____, L. R. "When does a Person Begin?", In: **Social Philosophy & Policy Foundation**. 22 (2), p. 25-48, 2005.

_____, L. R. **Naturalism and the First-Person Perspective**. New York: Oxford University Press, 2013.

BAUM, W. M. **Compreender o behaviorismo: comportamento, cultura e evolução**. Trad.: Maria A. Silva, Maria A. Matos, Gerson Y. Tomanari e Emmanuel Z. Tourinho. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BICKLE, John, "Multiple Realizability", **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Spring 2013 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL =<http://plato.stanford.edu/archives/spr2013/entries/multiple-realizability/>.

BIZARRO, S. L. F. M. **Internalismo e externalismo: um debate em filosofia da mente e da psicologia**. Dissertação de mestrado em Filosofia apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa/Pt, 1999.

BRAITHWAITE, R. B. **La explicacion científica**. Madri: Tecnos, 1965.

BRODY, B. "Towards an Aristotelian Theory of Scientific Explanation". In: RUBEN, D. H. (org.), **Explanation**. New York: Oxford University Press Inc., 2004a.

CHEDIAK, K. A. **Filosofia da Biologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____, K. de A. "Análise do conceito de função a partir da interpretação histórica". **Filosofia e História da Biologia**, Vol. 1, p. 161-174, 2006.

COELHO, J. G. "A "pessoa" de Rudder Baker é realmente incorporada?", In: **Princípios**. Vol. 15, n° 23, p. 191-203, 2008.

_____, J. G. "A causação mental segundo o realismo prático de Lynne Rudder Baker", In: **Cognitio-Estudos**. Vol. 7, n° 2, p. 99-107, 2010.

COFFA, J. A. "Hempel's Ambiguity". In: RUBEN, D. H. (org.), **Explanation**. New York: Oxford University Press Inc., 2004.

COTTINGHAM, J.; STOOOTHOF, R; MURDOCH, D. **The Philosophical Writings of Descartes**, n.º 2, p. 159, 1984.

CURD, M.; COVER, J. A. **Philosophy of Science: The central issues**. New York, NY: W. W. Norton & Company, 1998.

DAVIDSON, D. **Essays on actions and events**. Oxford: Clarendon Press, 2001.

- DAWES, G. W. **Theism and explanation**. New York, NY: Routledge, 2009.
- DAWKINS, R. **The Blind Watchmaker**. New York: W.W.Norton, 1996.
- DENNETT, D. C. **Brainstorms: Philosophical Essays on Mind and Psychology**. Cambridge, MA: MIT Press, 1978.
- _____, D. C. **Darwin's Dangerous Idea: Evolution and the Meanings of Life**. London, UK: Penguin, 1996.
- _____, D. C. **Brainstorms: ensaios filosóficos sobre a mente e a psicologia**. Trad.: Luiz Henrique de A. Dutra. São Paulo: Unesp, 2006.
- DESCARTES, R. **Meditações metafísicas**. Trad.: Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- DUHEM, P. **The aim and structure of physical theory**. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- DUTRA, L. H. de A. "Comportamento intencional e contextos sociais: uma abordagem nomológica". **Abstracta**, n.º 2, p. 102-128, 2006.
- _____, L. H. de A. **Introdução à teoria da ciência**. 3ª ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2009.
- _____, L. H. de A. "Realidades sociais, cognição e linguagem". **Principia** 18(1): 25-52, 2014.
- EBERLE, R. & KAPLAN, D. & MONTAGUE, R. "Hempel and Oppenheim on explanation". In: **Philosophy of Science**, n.º 28, p. 418-428, 1961.
- FRIEDMAN, M. "Explanation and scientific understanding". In: **J. Philos**, n.º 71, p. 5-9, 1974.
- HAUGHT, J. F. "Is nature enough? No". In: **Zygon**, n.º38, p. 769-782, 2003.
- HEMPEL, C. G. "Studies in the Logic of Explanation". In: **Philosophy of Science**, n.º 15, p. 567-79, 1948a. [Reimpresso, com posfácio, em *Aspects of Scientific Explanation*. New York, NY: Free Press, 1965, p. 245-95].
- _____, C. G. "Deductive-Nomological vs. Statistical Explanation". In: **Minnesota Studies in the Philosophy of Science**, n.º 3. Editado por H. Feigl e G. Maxwell. Minneapolis: University of Minnesota Press, p. 98-169, 1948b.
- _____, C. G. "Explanation in Science and in History". In: RUBEN, D. H. (org.), **Explanation**. New York: Oxford University Press Inc., 2004.
- _____, C. G. "Aspects of Scientific Explanation". In: RUBEN, D. H. (org.), **Explanation**. New York: Oxford University Press Inc., 2004.

HOBSON, E. W. **Domain of nature Science**. Cambridge: CUP, 1926. Disponível em: <<http://www.giffordlectures.org>>. Acesso em: 10/02/2014.

HUMPHREY, N. **A history of the mind: evolution and the birth of consciousness**. New York, NY: Copernicus, 1999.

JASPERS, K. **Psicopatologia geral**. 2ª edição. Trad.: Samuel P. Reis. Rio de Janeiro: Atheneu, 1987.

KIM, J. **Mind in a Physical World**. Cambridge/MA: MIT Press, 1998.

KITCHER, P. & SALMON, W. C. “Van Fraassen on Explanation”. In: RUBEN, D. H. (org.), **Explanation**. New York: Oxford University Press Inc., 2004.

KRIPKE, S. **Naming and necessity**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1980.

KUHN, T. **The structure of scientific revolutions**. Chicago: University of Chicago Press, 1962.

LAZZERI, F. V. “Um balanço de parte da Teoria dos Sistemas Intencionais de Dennett”. In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Vol. 28, nº 2, p. 245-53, 2012.

_____, F. V.; CASTRO, J. O. Sobre a função das predicções intencionais: objeções ao mentalismo. **Fundamento**, Vol. 1, nº 1, p. 111-139, 2010.

_____, F. V. **Funcionalismo e behaviorismo sobre predicções psicológicas ordinárias**: esboço de uma abordagem, discussão crítica e novos paralelos. Dissertação de mestrado em Filosofia apresentada ao Programa de Pós-graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília, 2011.

LEWIS, D. “Causal Explanation”. In: RUBEN, D. H. (org.), **Explanation**. New York: Oxford University Press Inc., 2004.

LIPTON, P. “Contrastive Explanation”. In: RUBEN, D. H. (org.), **Explanation**. New York: Oxford University Press Inc., 2004.

MAHER, B. A. “Delusional thinking and perceptual disorder”. In: **J. Individ. Psychol.**, n.º 30, p. 98-113, 1974.

MORAES, A. O. de. **O empirismo construtivo de Bas C. Van Fraassen e o problema da explicação científica**. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, 2008.

NAGEL, E. **Structure of science: The problems in the logic of scientific explanation**. London: Routledge&Kegan, 1961.

_____, E. **La estructura de la ciencia**. Trad.: Néstor Míguez. Barcelona: Paidós, 1989.

- NEWTON-SMITH, W. H. **Companion to the philosophy of science**. Malden: Blackwell, 2001.
- PINTO, E.C. M. **O programa adaptacionista**: uma investigação metodológica. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, 2012.
- PSILLOS, S. **Causation and Explanation**. Series Central problems of philosophy. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2002.
- POLANYI, M. **Personal Knowledge**: Towards a Post-Critical Philosophy. Chicago: The University of Chicago Press, 1962.
- _____, M. **A dimensão tácita**. Trad.: Eduardo Beira. Edição acadêmica. Braga/PT: Inovatec, 2010.
- POPPER, K. R. **Conjecturas e refutações**: o progresso do conhecimento científico. 5ª edição. Trad.: Sérgio Bath. Brasília: UnB, 2008.
- RUBEN, D. H. (org.), **Explanation**. New York: Oxford University Press Inc., 2004.
- RUTH, B. "Understanding science: why causes are not". In: **Philosophy of Science**, n.º 65, p. 306-33, 1998.
- SALMON, W. C. **Causality and explanation**. New York: OUP, 1999.
- _____, W. C. "The spirit of logical empiricism: Carl G. Hempel's role in the twentieth-century philosophy of science". In: **Philosophy of Science**, n.º 66, p. 333-349, 1999.
- _____, W. C. "Scientific Explanation and the Causal Structure of World". In: RUBEN, D. H. (org.), **Explanation**. New York: Oxford University Press Inc., 2004.
- SIMON, S. (org.). **Filosofia e ciência**: das formas platônicas ao naturalismo. Brasília: Editora UNB, 2003.
- SEARLE, J. R. **Liberdade e neurobiologia**: reflexões sobre o livre-arbítrio, a linguagem e o poder político. Trad.: Constança M. E. Morel. São Paulo: Editora UNESP, 2007, 102pp.
- SWINBURNE, R. **The Existence of God**. Oxford: OUP, 2004a. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199271672.001.0001>>. Acesso em: 09/06/2011.
- _____, R. "O argumento probabilístico em favor da existência de Deus a partir da consciência", tradução de Agnaldo C. Portugal. In: **Episteme**. Porto Alegre, n.º 18, p. 71-85, 2004b.
- _____, R. "Uma defesa do dualismo de substância". In: **Princípios**. Natal, v. 15, n.º 23, p. 291-313, 2008.

_____, R. **The Evolution of the Soul**. Oxford: OUP, 1986. Disponível em: <<http://www.giffordlectures.org>>. Acesso em: 10/12/2012.

_____, R. **Mind, Brain, and Free Will**. Oxford: OUP, 2013.

TEIXEIRA, J. de F. **A mente segundo Dennett**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

VAN FRAASSEN, B. C. **The scientific image**. Oxford: Clarendon Press, 1980.

_____, B. C. **Imagem Científica**. Trad. De Luiz Henrique de A. Dutra. São Paulo: UNESP, 2007.

WEBER, E. VREESE, L. De, BOUWEL, J. V. “How to study scientific explanation?”. In: **PhilSci Archive**. p. 1-15, 2011. Disponível em: <http://philsci-archive.pitt.edu/8769/1/Weber-HowTo_Study_Scientific_Explanation.pdf>. Acesso em: 15/05/2014.

WILKINSON, S. “Levels and kinds of explanation: lessons from neuropsychiatry”. In: **Frontiers in Psychology**. Vol. 5, n.º 373, p. 1-9, 2014.

WRIGHT, G. H. “Problèmes de l’explication e de la compréhension de l’action”. In: **Théorie de l’action: textes majeurs de la philosophie analytique de l’action**, de Marc Neuberger. Liège: Pierre Mardaga Éditeur, pp. 102-109, 1991. Disponível em <http://www.aartedepensar.com/leit_explacc.html>. Acesso em: 10/04/2014.